



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

GÊNERO, CLASSE E RAÇA:

**uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias
monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ.**

ANNA PAULA ECKHARDT DE ALMEIDA REGO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

MAIO - 2017

GÊNERO, CLASSE E RAÇA: uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

ANNA PAULA ECKHARDT DE ALMEIDA REGO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Área de concentração: Estado, Trabalho, Sociedade e Território

Orientador: Prof^o. Dr. Marcelo Carlos Gantos

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

MAIO/2017

ANNA PAULA ECKHARDT DE ALMEIDA REGO

GÊNERO, CLASSE E RAÇA: uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Marcelo Carlos Gantos
Orientador
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Professora Doutora Érica T. Vieira de Almeida
Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Lílian Sagio Cezar
Examinadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Professora Doutora Vânia Morales Sierra
Examinadora
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha mãe, que me ensinou a ser forte mesmo quando tudo favorecesse à fraqueza. Embora não esteja mais presente fisicamente, seus ensinamentos permanecem em mim e foram eles que me deram forças para continuar nos momentos em que tive vontade de desistir. Esta etapa que se finda teve sua grande contribuição e, onde estiver, sinta meu agradecimento e o meu mais profundo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu muita força durante esses dois anos tão difíceis para mim;

Agradeço aos meus pais por terem me mostrado o caminho dos estudos com muito carinho, amor e paciência. Se não fossem estas sementes plantadas, com certeza não estaria concluindo esta etapa.

Ao meu marido agradeço por estar me acompanhando há sete anos nesta longa jornada de estudos. Entre trabalhos, monografia, artigos e dissertação você foi quem falava “calma, você vai conseguir!” e, por acreditar tanto em mim, tento acreditar também.

Aos meus familiares de forma geral, agradeço o apoio e a paciência pela ausência nos últimos meses. Enfatizo os agradecimentos à minha sobrinha/afilhada Luíza por ter o menor e o melhor abraço do mundo, que me curou de tantas tristezas.

À professora Érica a minha mais profunda gratidão. Jamais poderei retribuir todas as sementes que plantou em mim durante a graduação e, que tanto me ensinaram no âmbito profissional e pessoal.

Às minhas amigas que também foram fundamentais neste processo, sobretudo: Camilla, Mayra, Mariana, Luana, Luna, Náthani e Mirian.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Gantos pela paciência e incentivo nos momentos de crise e por ter me ajudado a construir este trabalho.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, eu agradeço por ter me recebido há dois anos atrás e por ter trazido novos ensinamentos, pessoais e intelectuais.

À minha banca composta pela Érica, Vânia e Lilian. Por aceitar compartilhar e contribuir com este momento tão importante para mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por possibilitar a dedicação exclusiva à pesquisa por meio da concessão de bolsa.

Os meus últimos e mais especiais agradecimentos vão para as seis mulheres entrevistadas, por terem aberto a porta das suas casas, me confiado suas histórias e suas vidas, por terem me concedido parte do seu tempo, tão sagrado visto as tantas dificuldades enfrentadas diariamente. Torço para que este trabalho contribua na construção de uma vida melhor para elas.

Mulheres Negras- (Música de Yzalú)

Enquanto o couro do chicote cortava a carne,/ A dor metabolizada fortificava o caráter;/ A colônia produziu muito mais que cativos,/ Não fomos vencidas pela anulação social,/ Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial;/ O sistema pode até me transformar em empregada,/ Mas não pode me fazer raciocinar como criada;/ Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,/ As negras duelam pra vencer o machismo,/ O preconceito, o racismo;/ Lutam pra reverter o processo de aniquilação/ Que encarcera afros descendentes em cubículos na prisão;/ Não existe lei Maria da Penha que nos proteja,/ Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza;/ De ler nos banheiros das faculdades hitleristas,/ Fora macacos cotistas;/ Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão,/ Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação;/ Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador/ Falharam na missão de me dar complexo de inferior;/ Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu,/ Meu lugar não é nos calvários do Brasil;/ Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro,/ É porque a lei áurea não passa de um texto morto;/ Não precisa se esconder segurança,/ Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança;/ Sei que no seu curso de protetor de dono praia,/ Ensinaram que as negras saem do mercado/ Com produtos em baixo da saia;/ Não quero um pote de manteiga ou um shampoo,/ Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru;/ Fazer o meu povo entender que é inadmissível,/ Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino;/ Cansei de ver a minha gente nas estatísticas,/ Das mães solteiras, detentas, diaristas./ O aço das novas correntes não aprisiona minha mente,/ Não me compra e não me faz mostrar os dentes;/ Mulher negra não se acostume com termo depreciativo,/ Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino;/ Nossos traços faciais são como letras de um documento,/ Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos;/ Fique de pé pelos que no mar foram jogados,/ Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados./ Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria/ É atrair gringo turista interpretando mulata;/ Podem pagar menos pelos os mesmos serviços,/ Atacar nossas religiões, acusar de feitiços;/ Menosprezar a nossa contribuição para cultura brasileira,/ Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra;/ Mulheres negras são como mantas *kevlar*, Preparadas pela vida para suportar;/ O machismo, os tiros, o eurocentrismo,/ Abalam mas não deixam nossos neurônios cativos.

RESUMO

A dissertação ora apresentada traz como objeto de reflexão a trajetória e as estratégias desenvolvidas por mulheres trabalhadoras empobrecidas, que vivem com os seus filhos sem a presença do cônjuge, residentes no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Os arranjos formados por mulheres-mães e filhos podem ser observados desde a formação sóciohistórica da sociedade brasileira colonial e escravocrata, envolvendo mulheres negras que eram escravizadas, inclusive sexualmente. Se for considerar que estas mulheres ainda no século XXI são maioria dentre as chefes de famílias monoparentais sobretudo nas camadas populares, este cenário revela importantes elementos que precisam ser analisados e aprofundados. Para isto, escolheu-se a abordagem teórica que compreende a raça, classe e gênero como relações sociais estruturantes da sociedade, agindo em conjunto na produção e reprodução das desigualdades sociais. Sob esta perspectiva e os principais conceitos que permeiam este panorama, o trabalho objetivou fazer um levantamento do perfil das mulheres sem cônjuge e com filhos no município de Campos dos Goytacazes/RJ, bem como apreender as trajetórias de vida e de trabalho de seis mulheres trabalhadoras empobrecidas na condição estabelecida, além de buscar compreender as estratégias desenvolvidas por elas na conciliação entre trabalho remunerado e o cuidado dos filhos. Para alcançar essa realidade que se mostrou complexa e com variadas possibilidades de abordagem, além de uma ampla pesquisa bibliográfica, foi desenvolvida uma leitura e análise dos microdados do IBGE produzidos no referido município em 2010. Posteriormente, foi realizado um trabalho de campo, essencialmente qualitativo, utilizando-se de entrevistas narrativas divididas em três etapas (três encontros individuais), com seis mulheres. Os dados foram registrados através de gravação consentida e autoria preservada. As informações obtidas revelaram que a maior parte das mulheres sem cônjuge e com filhos em Campos/RJ são negras, empobrecidas e estão presentes, sobretudo, nos empregos domésticos. Além disto, através das narrativas foi possível verificar que elas são, de fato, as únicas responsáveis pelo cuidado e sustento de seus filhos, possuindo, neste quadro, uma ausência total dos homens-pais. As trajetórias de vida revelaram que entre os trabalhos precários e a ausência da Proteção Social Estatal essas mulheres tiveram suas histórias marcadas pelas mais variadas e duras faces da pobreza brasileira. No entanto, percebeu-se que a história dos seus filhos, especialmente os mais novos, vêm demonstrando tímidas melhorias no que se refere à alimentação, moradia e escolaridade. Além disso, compreendeu-se que atualmente na conciliação entre trabalho remunerado e o cuidado dos filhos essas mulheres contam com o auxílio descontínuo das redes informais de apoio apenas nos momentos mais difíceis, e o Estado mediante a Proteção Social demonstrou, ainda que muito aquém do necessário, ter importância central para que essas famílias sejam menos vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social. Deserção Parental. Pobreza. Raça. Mulher sem cônjuge, com filhos.

ABSTRACT

The dissertation presented here brings as an object of reflection the trajectory and strategies developed by impoverished working women living with their children without the presence of the spouse, living in the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ. The arrangements formed by mother woman and children can be observed since the sociohistorical formation of Brazilian colonial and slave society, involving mainly black women who were enslaved, including sexually. If it is considered that these women in the 21st century are the majority of heads of single-parent families, especially the poor, this scenario reveals important elements that need to be analyzed in more depth. For this, we chose the theoretical approach that includes race, class and gender as structuring social relations of society acting together in the production and reproduction of social inequalities. From this perspective and the main concepts that permeate this scenario, the objective of this study was to make a brief survey of the profile of women without spouses and with children in the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ, as well as to apprehend the life and work trajectories of six women Impoverished workers in the established condition, in addition to seeking to understand the strategies developed by them in the reconciliation of paid work and childcare. In order to reach this reality that was complex and with varied possibilities of approach, in addition to an extensive bibliographical research, a survey of IBGE microdata produced in the said municipality in 2010 was developed. In addition, a field work was carried out, from an essentially Qualitative, using narrative interviews divided into three stages (three individual meetings), with six women. The data were recorded through consented recording, being explicit that, by guarantee of identity preservation, the names would be substituted in the job description. The information obtained showed that the majority of women without a spouse and with children in Campos / RJ are black, impoverished and are mainly present in domestic jobs. Moreover, through the narratives it was possible to verify that they are, in fact, the only ones responsible for the care and sustenance of their children, having in this scenario a total absence of the man-parents. The trajectories revealed that among the precarious jobs and the absence of State Social Protection these women had their histories marked by the most varied and hard faces of Brazilian poverty. However, it has been noted that the history of their children, especially the younger ones, have been showing timid improvements in terms of food, housing and schooling. In addition, it was understood that today, in the conciliation between paid work and childcare, these women rely on the discontinuous support of informal support networks only in the most difficult moments, and Social Protection has shown, although much less than necessary, to have Importance for these families to be less vulnerable.

KEYWORDS: Social Policy. Parental Desertion. Poverty. Breed. Woman without spouse, with children.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Proporção de pessoas de 16 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por cor ou raça- Brasil- 2004/2014.....	71
Gráfico 2: Distribuição das pessoas de 10 anos de idade ou mais com rendimento entre os 10% com menores rendimentos e o 1% com maiores rendimentos, por cor ou raça- Brasil- 2004/2014.....	75
Gráfico 3: Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar <i>per capita</i> e tipo de composição familiar, 2010: mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos/ Estado: Rio de Janeiro e Município: Campos dos Goytacazes/RJ.....	113
Gráfico 4: Nível de Instrução segundo cor/ raça.....	116
Gráfico 5: Renda Mensal Familiar Total (Julho 2010).....	117

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Mapa com a distribuição regional por tipo de arranjo: mulher sem cônjuge com filhos.....	83
Figura 2: Mapa com as Regiões do Estado do Rio de Janeiro.....	105
Figura 3: Mapa dos Municípios da Região Norte Fluminense.....	106

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Salário mínimo e rendimentos do trabalho doméstico feminino, segundo cor/raça (1996/2007)-----70

LISTA DE SIGLAS

- CRAS — Centros de Referência de Assistência Social
- DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DNOS — Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- FNB — Frente Negra Brasileira
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDS — Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MNU — Movimento Negro Unificado
- PBF— Programa de Transferência de Renda Bolsa Família
- PIB — Produto Interno Bruto
- PLANAPIR — Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- PNA — Pesquisa Nacional do Aborto
- PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAS — Política Nacional de Assistência Social
- PT — Partido dos Trabalhadores
- SINAN — Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	19
1 GÊNERO, CLASSE E RAÇA: COMPREENDENDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL	26
1.1 O CAMINHO DOS CONSTRUTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DAS CONVERGÊNCIAS ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA.....	26
1.2 O CONCEITO DE GÊNERO E SUAS ARTICULAÇÕES.....	33
1.2.1 O patriarcado como proposta conceitual de Heleieth Saffioti.....	39
1.3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA RAÇA	50
1.4 A CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.....	57
1.4.1 Os moldes da pobreza e desigualdade no Brasil.....	59
2 AS MULHERES QUE VIVEM COM OS FILHOS SEM A PRESENÇA DO CÔNJUGE NA REALIDADE BRASILEIRA	78
2.1 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS.....	78
2.2 AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS SOB A ÓTICA DA AUSÊNCIA PATERNA.....	85
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O LUGAR ATRIBUÍDO ÀS FAMÍLIAS.....	93
3 A REALIDADE DAS MULHERES EMPOBRECIDAS COMO AS ÚNICAS RESPONSÁVEIS PELOS FILHOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	105
3.1 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	105
3.2 PERFIL DAS MULHERES SEM CÔNJUGE E COM FILHOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	114
3.3 A REALIDADE VIVENCIADA POR MULHERES EMPOBRECIDAS CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	118
3.3.1 As protagonistas deste estudo.....	118
3.3.2. As trajetórias de vida.....	120

3.3.3 As estratégias desenvolvidas entre o trabalho remunerado e o cuidado dos filhos.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	174

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem passando por importantes alterações em sua estrutura, sobretudo nas últimas duas décadas. Pode-se considerar uma destas mudanças a permanente queda do modelo de família formado por casal com filhos, aquele modelo relacionado ao conceito de família presente no imaginário coletivo. O crescimento dos arranjos formados por mulheres-mães e filhos vêm ganhando destaque nos dados oficiais como sendo uma destas mudanças. Algumas questões podem ser levantadas a partir destes dados e uma delas é a busca por compreender os principais motivos que suscitaram estas mudanças. A literatura explica que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1990 é um aspecto importante neste quesito.

De forma geral, as taxas de participação feminina aumentaram substancialmente e estão associadas, entre outros fatores, às transformações culturais, à redução da fecundidade, ao gradual aumento no nível de escolaridade e, especialmente, à necessidade de aumentar a renda das famílias, durante a década de 1990 — contexto marcado pela estagnação econômica, pelo empobrecimento dos trabalhadores e pela precarização das ocupações de forma geral (MONTALI, 2006; SARTI, 2010; BRITO, 2008) —. Desta forma, o crescimento dos arranjos formados por mulheres-mães e filhos precisa ser compreendido com base em um conjunto de transformações culturais, sociais, econômicas e comportamentais que vão se desenvolvendo ao longo do tempo, e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo com que esta chefia possa ter variados significados. (BERQUÓ, 2002)

Mas o que precisa ser destacado, neste contexto, é que esta configuração familiar não constitui um fenômeno novo no Brasil, especialmente entre as camadas mais empobrecidas. O que essas transformações citadas acima trazem, é a expansão desses arranjos também entre as classes médias brasileiras e o aumento do interesse por esse campo de pesquisas, visto que as pesquisadoras também passaram a vivenciar essa realidade (MACEDO, 2008). Mas ainda é um fenômeno que cresce principalmente entre as famílias mais pobres e está relacionada fundamentalmente à menor capacidade de ganho das mulheres, provocada por diversos fatores cujo principal vetor é a condição de gênero articulado à classe e à raça.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a maior parte dos estudos que tratam sobre este assunto utilizam-se da concepção de família monoparental feminina. Esta denominação surgiu a partir de problematizações realizadas por sociólogas feministas francesas que buscavam reconhecimento de unidades domésticas em que ou a mulher ou o homem viviam sem o cônjuge, com um ou vários filhos, com origem na separação, no divórcio, na viuvez, na

adoção ou na ausência de um dos genitores por abandono. Estas feministas se opunham às abordagens dominantes na França, por várias décadas, a respeito da maternidade fora do casamento e da dissociação familiar em termos de problemas psicossociais e de famílias de risco. Elas viam na utilização desta noção um meio de elevar os lares, nos quais o chefe de família fosse só uma mulher ou apenas o homem, à condição de verdadeiras famílias (VITALE, 2002).

Com base neste entendimento, a proposta geral do presente estudo é trazer à tona a realidade de vida e de trabalho de mulheres empobrecidas que vivem na condição de monoparentalidade feminina no município de Campos dos Goytacazes/RJ, na última década. Não se pretende aqui trabalhar as discussões em torno da conceituação de família, porque o enfoque do estudo são as mulheres em si. No entanto, nos mais variados momentos se faz necessário tocar neste quesito. Por isto, a família é aqui entendida como uma rede de relações de parentesco, compostas por afinidades, direitos, obrigações. Também compreende-se que a família, da mesma forma que qualquer outra instituição, é espaço privilegiado de conflitos, violência, dominação-exploração. Além disto, entende-se que a forma social família é ao mesmo tempo expressão das relações de gênero e também espaço de interação social que recria e dinamiza estas relações articuladas às relações de classe social, e de raça como elementos explicativos fundamentais da realidade social.

Os arranjos formados por mulheres-mães e filhos podem ser observados desde a formação histórica da sociedade brasileira colonial e escravocrata, envolvendo sobretudo mulheres negras que eram escravizadas, inclusive sexualmente. Se for considerar que estas mulheres ainda no século XXI são maioria dentre as chefes de famílias monoparentais pobres; este cenário revela importantes elementos que precisam ser analisados com mais profundidade. Desta maneira, escolheu-se a abordagem teórica que compreende a raça, classe e gênero como relações sociais estruturantes da sociedade e que agem em conjunto na produção e reprodução das desigualdades sociais. Entende-se, portanto, que para que se compreenda os aspectos que perpassam a realidade vivenciada por mulheres trabalhadoras empobrecidas que vivem com os seus filhos sem a presença de um cônjuge na atualidade, faz-se necessário antes entender como estas relações sociais fundamentais se entrelaçam e modificam a realidade dos sujeitos.

A importância de se utilizar desta tríade para compreender as desigualdades da sociedade foi observada inicialmente pelos estudos feministas. Esse campo teórico vem influenciando as formas com que se analisam as desigualdades sociais no mundo. Neste sentido, entende-se que não se pode compreender as opressões existentes na sociedade

somente pelo viés de classe, na qual, por muito tempo as discussões giraram em torno. Segundo estes novos estudos, que vêm ganhando espaço nas últimas duas décadas, é preciso articular as questões de gênero nesse contexto, visto que as desigualdades entre homens e mulheres não podem ser explicadas somente pela relação antagônica entre as classes. Além disto, as feministas negras trazem para o debate que compreender a realidade social apenas pelo viés de classe e gênero, opaca a realidade dos negros e negras. Especialmente em um país como o Brasil que, além de possuir um passado escravocrata, tem uma história de inclusão tardia dos negros e negras na sociedade, elementos que ainda são pauta de luta dos movimentos negros na atualidade.

Em resumo, entende-se essas relações sociais como categorias socialmente contruídas, produtos de discriminação que, apesar de terem surgido em momentos diferentes na história, foram se entrelaçando com o passar do tempo e construindo os sistemas de dominação-exploração, perpassando tanto pelo âmbito político quanto o econômico. Além disto, há que se considerar que estas relações são estruturantes da sociedade, não havendo hierarquia fixa entre elas, podendo cada uma apresentar um peso diferente em situações diversas (SAFFIOTI, 1996; KERGOAT, 2010).

Ainda que o objetivo do presente estudo seja evidenciar e analisar conjuntamente a realidade das mulheres empobrecidas que criam os filhos sozinhas no município citado, essa situação não é aqui vista como natural. Em especial porque em uma sociedade democrática não se pode conviver com tamanha indiferença para com uma alta incidência de crianças filhas somente de mãe. A concepção humana também implica a participação do homem-pai e não há nenhum impedimento colocado pela natureza masculina para que este pai não possa se ocupar igualmente da criação e da educação de seus filhos e filhas, independentemente de sua relação com a mulher-mãe. Analisar o objeto de estudo sob o viés da paternidade também é importante, sobretudo porque esta perspectiva foi percebida a partir das entrevistas realizadas, visto que a produção acadêmica em torno desta questão ainda é reduzida. Na quase ausência de estudos sociológicos encontrados, a proposta de Ana Thurler (2009) é considerada inovadora por tratar da paternidade no Brasil, mesmo diante da escassez de dados produzidos nesta área.

Diante de todas as colocações, faz-se a seguinte pergunta: por que estudar este tema? De onde surgiu a vontade de se debruçar sobre este objeto? Com base nas proposições feitas por Minayo (2001) de que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, o interesse inicial por este tema surgiu a partir da inserção da autora do presente trabalho em um projeto de pesquisa e extensão

realizado pela UFF com catadores de materiais recicláveis no município de Campos/RJ. Neste cenário, foi constatada a existência de um número expressivo de mulheres vivendo com seus filhos sem a presença do cônjuge. Além disto, algumas falas ouvidas informalmente demonstraram um panorama de desproteção e vulnerabilidade social daquelas mulheres. Neste sentido, foi realizado um breve estudo sobre elas para construção da monografia no curso de Serviço Social. No entanto, o quadro apresentado se mostrou tão complexo e revelador que propiciou manter o interesse em ampliar o contexto e aprofundar as análises da questão, no mestrado em Políticas Sociais.

Entende-se por pesquisa, a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Desta forma, ainda que o presente estudo seja uma prática teórico-metodológica, compreende-se que nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. O objeto em questão representa um problema a ser enfrentado no campo das Políticas Sociais, sobretudo pelas altas taxas de pobreza entre os arranjos formados por mulheres-mães e filhos na área de estudo escolhida. Como aponta Carvalho (1998), uma problemática-alvo de Políticas Sociais é, antes de tudo, uma construção globalizante, o que faz com que por detrás de um único problema se esconda, muitas vezes, uma diversidade empírica. Em outras palavras, não é apenas a pobreza entre estes arranjos que os tornam importantes objetos de intervenção das Políticas Sociais, mas variados elementos que se encontram por detrás deste quadro de pobreza, esta diversidade que procurou-se investigar por meio da pesquisa citada.

As questões que orientaram esta dissertação foram: quem são as mulheres chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ? Como as mulheres empobrecidas que vivem com os filhos sem a presença de um cônjuge lidam com as questões de trabalho remunerado e cuidado dos filhos? A partir disto e, utilizando-se do entendimento de que para que se produza mudanças em uma realidade, é preciso antes conhecê-la. Os objetivos específicos do estudo em questão são: identificar e conhecer o perfil das mulheres que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge no município de Campos dos Goytacazes/RJ; descrever as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres trabalhadoras empobrecidas nesta mesma condição, no referido município; compreender as estratégias desenvolvidas por essas mulheres na conciliação entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos e o papel desempenhado pela Proteção Social Estatal neste contexto. Entende-se, de forma breve, por Proteção Social, as formas institucionalizadas que o Estado compõe para

proteger parte ou o conjunto de seus membros, levando em consideração as contingências que podem ocorrer na vida natural ou social, tais como velhice, doença, infortúnio e privações.

A partir disso, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta os conceitos representados pelas relações entendidas como estruturantes da sociedade, tais quais: gênero, raça e classe e os principais elementos que os permeiam e os caracterizam. Ainda que se considere que estas relações ajam em conjunto na realidade social, o propósito do primeiro capítulo foi evidenciar algumas discussões realizadas em torno de cada conceito em separado, ao mesmo tempo em que também se traz dados que confirmam a necessidade de compreender as desigualdades sociais baseando-se nas três relações sociais. Os principais conceitos que perpassam estas relações e que demonstram ser de grande importância para o trabalho realizado foram: relações patriarcais de gênero (SAFFIOTI, 1992, 2004), divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010), ordem racial (FERNANDES, 2008; VALENTE, 1995), classe trabalhadora empobrecida (ANTUNES, 2002; KOWARICK, 1979, 2009), pobreza, desigualdade e segregação social (SEN, 1997; REGO E PINZANNI, 2013).

Também cabe lembrar, que embora a pesquisa tenha sido realizada entre 2015-2017, os capítulos fazem um resgate histórico dos conceitos apresentados, principalmente porque entende-se que a história não fala apenas sobre o passado, e sim de um processo que se desdobra do passado para o presente, com projeções para o futuro. A intenção não foi fazer um estudo detalhado sobre todas as fases econômicas, políticas e sociais da história do Brasil, apenas trazer alguns recortes da história que podem facilitar o entendimento, especialmente, do que resta, ainda no século XXI, do pensamento racista e colonialista, além de se considerar que a pobreza no Brasil tem raízes na sua formação sociohistórica, embora com roupagem renovada e desenvolvendo novas estratégias de exclusão e discriminação.

O segundo capítulo desta dissertação, traz algumas indagações consideradas importantes para a aproximação das mulheres que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge em escala nacional. A primeira delas é compreender a origem destes arranjos formados por mães e filhos; observar em que contextos eles se tornam mais expressivos e fazer um levantamento sobre algumas questões destas mulheres no país. A proposta também foi desnaturalizar o lugar da mulher-mãe como a única responsável pelos filhos, trazendo à tona um assunto ainda pouco discutido na Ciências Sociais: a paternidade. Outro aspecto trazido neste capítulo enriquecedor desta discussão é o papel que o Estado desempenha perante as camadas mais empobrecidas da sociedade, e sobretudo sua preocupação em fomentar políticas sociais, centradas nas famílias, especialmente nas mulheres e filhos.

O terceiro e último capítulo teve como proposta responder às questões e aos objetivos estabelecidos, trazendo para a discussão os resultados obtidos com a pesquisa quantitativa e qualitativa desenvolvidas. Também, considerou-se importante fazer uma breve apresentação do município de Campos dos Goytacazes/RJ, lugar em que a pesquisa foi realizada. Deste modo, aspectos gerais referentes a história econômica e as condições dos trabalhadores empobrecidos do município foram encarados como significativos para compreensão da vivência das mulheres selecionadas. Além disto, a proposta foi demonstrar como os elementos de classe, gênero e raça atuam na vida das mulheres entrevistadas.

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente estudo tem como objetivo geral uma aproximação da trajetória de vida e de trabalho de mulheres trabalhadoras empobrecidas que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge, no Município de Campos dos Goytacazes/RJ. Neste sentido, destaca-se aqui a importância de se compreender estas realidades em suas múltiplas determinações dentro de um contexto sócio-histórico. Em um movimento do particular para o geral, do geral para o particular, escolheu-se como base, o método dialético, que segundo Minayo (2001), propõe abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados dos mesmos. Este método, segundo a referida autora:

pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou "objetos sociais" apresentam (MINAYO, 2001, p. 8).

Neste sentido, a prática e o caminho escolhido para abordar esta realidade foram as metodologias quanti-qualitativas, que embora sejam, segundo Minayo (2001, p. 8) de naturezas distintas, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. ”. Desta maneira, enquanto cientistas sociais que se propõem a trabalhar com estatística apreendem dos fenômenos “apenas a região visível, ecológica,

morfológica e concreta" (MINAYO, 2001, p.9), a abordagem qualitativa permite um aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas, "um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas". (MINAYO, 2001).

Sobre isso Neves (1996) também afirma que mesmo que se possa contrastar os métodos quantitativos e qualitativos enquanto associados a diferentes visões da realidade, não se pode afirmar que "se oponham ou que se excluam mutuamente como instrumentos de análise." (NEVES, 1996, p. 2). Para o autor, uma pesquisa pode revelar a preocupação em "diagnosticar um fenômeno (descrevê-lo e interpretá-lo)", ao mesmo tempo em que também se preocupa em "explicar esse fenômeno, a partir de seus determinantes, isto é, as relações de nexos causal". E dessa forma, utilizar-se dos dois tipos de metodologia em um mesmo estudo podem contribuir para um melhor entendimento do fenômeno estudado (NEVES, 1996, p. 2).

A metodologia também inclui "as concepções teóricas da abordagem" do objeto de estudo e o conjunto de técnicas que possibilitam esta aproximação da realidade. Sobre as concepções teóricas, Minayo (2001) afirma que as teorias e os conceitos orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos. E caminham juntos com a metodologia são "intrincavelmente inseparáveis." (MINAYO, 2001, p. 8). Seguindo esta linha, é necessário aprofundar-se nas obras dos diferentes autores que trabalham o proposto pelo investigador, porque a construção teórica auxiliará na realização da pesquisa.

Na fase exploratória da presente pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico (MATTOS, 2015), no qual foi possível conhecer as principais referências encontradas sobre o tema proposto. Nesta etapa se teve acesso a livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas, monografias, dissertações e teses. Com isto, percebeu-se que as principais produções no sentido de compreender os arranjos formados por mulheres-mães e filhos são feitas por teóricos feministas que em geral, utilizam-se das mais variadas conceituações de gênero, classe e família.

Atentou-se para o fato de que além de analisar a realidade vivenciada pelos sujeitos a partir da articulação das questões de gênero e de classe (produzida nas sociedades capitalistas), era preciso trazer à tona a questão da raça. Assim, com base nas leituras feitas e nos dados produzidos pelo IBGE, foi possível perceber que tanto o gênero quanto a raça incidem diretamente nas questões de classe experimentadas pelos sujeitos e que se as análises fossem apenas pelo ângulo de gênero e/ou de classe, as desigualdades existentes estariam sendo recortadas. Entendendo isto, a concepção teórica da abordagem e o objeto desta investigação se estruturou na convergência produzida entre classe, raça e gênero e suas problematizações.

Após a fase exploratória do levantamento bibliográfico que possibilitou a escolha geral da concepção teórica da abordagem, foi realizada a revisão bibliográfica, que segundo Alves-Mazzotti (2002), teve o propósito de fazer uma seleção mais rigorosa dentre as diversas leituras realizadas, escolhendo os principais autores que auxiliaram a construção da contextualização teórica para o problema. Para tais fins, foi construída uma revisão bibliográfica narrativa que propôs descrever e discutir o desenvolvimento acerca do tema proposto sob o ponto de vista teórico. As revisões narrativas, de acordo com Mattos (2015) constituem, basicamente, na análise da literatura, na interpretação e análise crítica pessoal do autor.

Assim, tendo o presente estudo como um dos objetivos específicos conhecer brevemente o perfil das mulheres sem cônjuge e com filhos no município de Campos dos Goytacazes/RJ, a pesquisa quantitativa se pautou em realizar um levantamento sobre estes arranjos nos microdados do IBGE produzidos no referido município em 2010. Mas, para isto, foi necessário fazer um curso sobre o manuseio do programa SPSS¹, o qual faz a leitura dos microdados e permite o cruzamento de diferentes variáveis.

O banco com os microdados do IBGE foi dividido entre as variáveis de sexo feminino, vive sem cônjuge, com filhos. Aqueles que eram do sexo masculino, que viviam com o cônjuge ou então os que viviam sem cônjuge, mas não tinham filhos foram excluídos do banco. Restando apenas as mulheres, sem cônjuge e com filhos. Desta forma, em um primeiro momento houve o levantamento de alguns dados gerais sobre elas, como raça, idade, estado civil, renda, escolaridade e principais ocupações. No segundo momento, estes dados gerais foram divididos segundo a raça (brancas, pretas e pardas) dessas mulheres. Para que fosse possível perceber não apenas o perfil geral, mas as diferenças que permeiam este contexto, segundo a cor/raça.

É importante ressaltar, aqui, a opção por se trabalhar com a categoria negra, construída a partir da soma das categorias preta e parda, assim coletadas pelo IBGE. O *Retrato das desigualdades de gênero e raça* apresenta seus indicadores sempre distribuídos em torno de apenas duas categorias raciais: brancos e negros. Por questões de representatividade amostral, não foram consideradas, no processo de produção de indicadores, as populações indígena e amarela.

Com o objetivo de compreender as trajetórias de vida e de trabalho, bem como as vivências na conciliação entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos de mulheres

¹ IBM SPSS é um software aplicativo estatístico utilizado especialmente pelas Ciências Sociais.

trabalhadoras empobrecidas que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge, a pesquisa qualitativa foi efetuada com seis dessas mulheres. A escolha delas aconteceu por meio da amostragem nomeada como bola de neve, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência (VINUTO, 2014).

Segundo Vinuto (2014), para estudos que não objetivam alcançar uma probabilidade, a amostragem em bola de neve é bastante útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados. E, também é excelente para estudar questões delicadas, de âmbito íntimo que só poderão ser alcançadas se as pessoas pesquisadas tiverem alguma referência ou conhecimento mínimo do pesquisador. Neste caso, a proposta foi que a primeira mulher entrevistada, com a qual a pesquisadora já havia realizado uma entrevista em 2014, indicasse outra mulher com as características desejadas, e assim, sucessivamente, até alcançar as seis mulheres, número proposto no início da pesquisa.

Mas, antes de entrar em contato com as mulheres indicadas, foi pedido à mulher que indicou para antes perguntar à indicada, se o seu contato poderia ser repassado à pesquisadora. Não houve recusa e percebeu-se que este momento cuidadoso possibilitou uma aproximação de mais confiança e referências. Demonstra-se importante em uma pesquisa a qual objetiva tocar em assuntos tão íntimos, que por vezes perpassa memórias que ninguém socializa com qualquer pessoa estranha. Sabendo disto, tomou-se cuidado com esta abordagem.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, que segundo Minayo (2001) é um meio privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais, porque possibilita trazer à tona falas reveladoras de “condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.” (MINAYO, 2001, p. 110).

Dentre os vários tipos de entrevista existentes, optou-se por utilizar a entrevista narrativa por ser a mais adequada para alcançar os objetivos da pesquisa. Estas entrevistas se caracterizam, de acordo com MUYLAERT *et al* (2014), como ferramentas não estruturadas, que buscam a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida e as condições sociais do entrevistado. “Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social”. (MUYLAERT, *et al*, 2014, p. 194). Ainda, segundo os autores, as entrevistas narrativas:

combinam histórias de vida a contextos sócio–históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes. (MUYLAERT et al, 2014, p. 196)

Sob essa perspectiva, as entrevistas narrativas foram realizadas na residência das mulheres, nos dias e horários em que as mesmas julgaram o mais oportuno. Deste modo algumas entrevistas foram feitas sábado, domingo e inclusive em feriados, visto que trata-se, em sua maioria, de mulheres que trabalham o dia todo, e que, consideraram perigoso a ida da pesquisadora às suas casas ao anoitecer. A escolha de realizar a pesquisa na residência delas, foi feita porque, além de possibilitar um ambiente familiar e confortável para elas, também propiciou a observação, de forma “espontânea, informal ou assistemática” (CARVALHO, 1988, p. 156) dos fatos que surgiram e que auxiliaram na compreensão da realidade vivenciada pelas mulheres.

As entrevistas foram divididas em três fases, a primeira foi no sentido de apresentar os objetivos da pesquisa, saber se as mulheres indicadas aceitariam fazer parte do estudo, além de possibilitar uma aproximação entre entrevistados e entrevistador. A segunda foi realizada no sentido de buscar compreender as trajetórias de vida e de trabalho das mulheres com o perfil escolhido e, a terceira para desvelar as estratégias desenvolvidas por elas na conciliação do trabalho remunerado e o cuidado com os filhos. No entanto, outras questões surgiram a partir das entrevistas narrativas realizadas como, por exemplo, a ausência paterna e os seus significados, as condições de moradia, a violência no bairro, o acesso a bens e serviços, dentre outras que se mostraram importantes para compreender a realidade das mulheres em questão.

A forma como as entrevistas foram conduzidas baseou-se na proposta de Muylaert et al (2014), na qual o primeiro passo de cada fase da entrevista narrativa é formular tópicos centrais (Apêndice I), segundo os objetivos, e expor com clareza para o entrevistado. Este momento é de grande importância para que se alcance com profundidade os propósitos. Esses tópicos funcionam como um disparador da narração e devem ser “suficientemente amplos para permitir ao informante desenvolver uma história longa que, a partir de situações iniciais, passando por acontecimentos passados, leve à situação atual. ” (MUYLAERT, *et al*, 2014, p.195).

As entrevistas narrativas foram gravadas com a prévia autorização dos sujeitos da pesquisa, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II)

expressando a autorização para utilizar suas narrativas na pesquisa. Durante os depoimentos não houve interferência da pesquisadora, apenas em casos de dúvidas da parte das entrevistadas. As dúvidas da pesquisadora só foram sanadas após a finalização das narrativas. Cabe ressaltar, conforme também colocado pelo referido autor, que as narrativas, por serem consideradas representações ou interpretações do mundo, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, “pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sóciohistórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida. ” (MUYLAERT, et al, 2014, p. 197).

Após a realização das entrevistas, as transcrições foram feitas pela própria pesquisadora, com o intuito de garantir a máxima exatidão dos fatos narrados. Após a transcrição, separou-se o material indexado do não indexado. O primeiro corresponde ao conteúdo “racional, científico, concreto de quem faz o que, quando, onde e porque” o segundo, se refere ao material não indexado e que vai além dos acontecimentos e expressam “valores, juízos, à sabedoria de vida e, portanto, é subjetivo.” (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 196). Sendo assim, primeiro se separou aspectos relativos ao trabalho, aos filhos, aos lugares pelos quais essas mulheres passaram, etc. O segundo momento foi no sentido de buscar como elas se enxergam, os sentidos que deram às suas experiências, os seus sonhos e medos, etc.

Na etapa seguinte, utilizando o conteúdo indexado, foram ordenados os acontecimentos para cada história das mulheres entrevistadas, o que é denominado por MUYLAERT *et al* (2014) como “construção das trajetórias”. O próximo passo consistiu em selecionar os elementos que respondessem às questões levantadas pela pesquisa, além disto foram selecionados os fatos mais recorrentes nas narrativas para que fossem analisadas, estabelecendo semelhanças entre elas, mas também destacando informações importantes nos casos individuais.

As entrevistas narrativas foram apontadas pelos referidos autores, como técnicas que geram histórias e, por isto, podem ser analisadas de diferentes formas após a captação e a transcrição dos dados. Nesta perspectiva, MUYLAERT *et al* (2014) também afirma que a narrativa implica uma posição de participação assumida pelo escritor em face da vida e dos problemas da sociedade. A respeito disto, LUKÁCS (1965) corrobora, afirmando que um escritor narra uma experiência humana, ou desenvolve a narração de uma série de acontecimentos dotados de significação humana, “torna clara e compreensível para o leitor a seleção do essencial que já foi operada pela vida mesma.” (LUKÁCS, 1965, p. 45). Neste sentido, as narrativas foram apropriadas pela pesquisadora que, teve o intuito de estruturar com o máximo de clareza

possível, as trajetórias e as estratégias desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas. Para isso, no correr do texto foram utilizados variados trechos entre aspas que representam na íntegra as falas das mulheres.

Dentre esses elementos, também percebeu-se importante ao narrar as histórias das mulheres, trazer elementos que facilitassem o acompanhamento das trajetórias, como por exemplo, a idade das mulheres e dos filhos e filhas. Vale dizer, portanto, que as idades apresentadas são aproximadas. Em outras palavras, as mulheres lembravam com clareza as idades que tinham nos mais variados momentos de suas vidas como: gravidez, passagem de um trabalho para outro, união conjugal, separação conjugal. Desta maneira, utilizou-se da idade das mulheres e das gestações para calcular a idade dos filhos nos contextos apresentados. Também é importante dizer que os nomes referenciados não são verdadeiros, foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres. Não se usou termos como por exemplo, “entrevistada I”, “Pessoa II”, por acreditar que os nomes, embora não sejam verdadeiros, trazem um sentido e uma corporificação das trajetórias apresentadas.

Por fim, é importante dizer que apesar do receio por parte da pesquisadora de as entrevistas tocarem em assuntos íntimos, que as mulheres poderiam evitar falar, se observou o contrário, as mulheres precisavam falar e serem escutadas por alguém que não as julgasse, e por isto, as entrevistas realizadas propiciaram o espaço adequado para tal, o qual foi bastante rico. Desta maneira, compartilha-se das proposições de Minayo (2001), de que a realidade social é dinâmica e possui uma riqueza de significados que dela transbordam e assim, apesar da tentativa de trazer esta realidade à tona, sabe-se que não se pode alcançar com plenitude a vida dos sujeitos pesquisados. Portanto, segundo a referida autora, as Ciências Sociais apesar de possuírem uma gama de instrumentos e teorias que possibilitem uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, a faz “de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória”, exatamente por ser praticamente impossível alcançar a dinâmica e a riqueza da realidade social por completo.

1 GÊNERO, CLASSE E RAÇA: COMPREENDENDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Este capítulo apresenta o conjunto das concepções teóricas escolhidas para a construção e abordagem do objeto de estudo. Neste sentido, busca-se indagar e esclarecer como as principais formas de dominação-exploração estruturantes da sociedade se relacionam e influenciam no contexto experimentado pelos sujeitos, com ênfase nas mulheres que vivem com seus filhos sem a presença do cônjuge. Para isto, foram elencados como centrais para fazer estas análises, as relações sociais fundamentais que agem em conjunto, “como um nó” na sociedade, tais como: gênero, raça e classe (e os principais conceitos que as permeiam). Desta maneira, classe, raça e gênero, ainda que sejam separadas para a análise sociológica, não são passíveis de separação na realidade social.

Nessa perspectiva, os itens aqui elencados, apresentam uma tentativa de “separar” essas relações sociais, para fins analíticos, embora em muitos momentos seja difícil fazê-lo, como será percebido. Ressalta-se desde já que essas relações são muito complexas e que há uma gama de teóricos que as discutem em separado. Desta forma, não se pretende aqui aprofundar sobre todos os elementos que as compõem, mas trazer um panorama geral das principais questões que constroem o entendimento dos sistemas de dominação-exploração que produzem pobreza e desigualdade social na realidade brasileira.

1.1 O CAMINHO DOS CONSTRUTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DAS CONVERGÊNCIAS ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

A importância de se utilizar desta tríade para compreender as desigualdades da sociedade foi observada inicialmente pelos estudos feministas. São construtos teóricos recentes, que vêm avançando suas análises, especialmente nas últimas duas décadas. Entretanto, de acordo com Hirata e Kergoat (1994) a mudança teve sua origem no feminismo marxista francês, na década de 1960, cujos estudos demonstraram a percepção de que a exploração, o conceito chave do marxismo e a base da relação antagônica entre as classes era insuficiente para demonstrar a opressão sofrida pela mulher quanto às relações homem/mulher no seio da sociedade.

Foi especialmente Christine Delphy (1977) quem demonstrou, nesse período, a forma como o pertencimento de classe para a mulher era construído com base em um referencial exclusivo de homem (marido, pai) sem que as atividades da mulher fossem levadas em consideração. Outras feministas também começaram a colocar essas questões em evidência,

propondo formas de pensar o homem e a mulher na sociedade de classes, o que trouxe diversas conceituações para o debate. Desta forma, começou-se a pensar as relações de classe e as relações de gênero como estruturantes e fundamentais da sociedade, visto que todos os indivíduos são homens ou mulheres e possuem uma situação de classe a ser determinada por sua origem.

Dentre muitas diferentes e importantes abordagens trazidas por essa frente feminista, podem-se destacar duas. A primeira refere-se ao debate estabelecido primeiramente por Elizabeth Souza-Lobo (1991), mas também posteriormente desenvolvido por Helena Hirata, Danièle Kergoat (1994), o qual afirma que “a classe operária tem dois sexos”. Esta afirmação não só faz uma crítica a utilização exclusiva do masculino nos textos sobre a classe operária, como também lembra que as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são sempre assimétricas. Desta maneira, para as referidas autoras, raciocinar em termos de unidade e homogeneidade da classe operária sem considerar as desigualdades entre homens e mulheres leva a um conhecimento fragmentado do que é uma classe social. Também acreditam que lutar contra o capitalismo ignorando as relações desiguais de gênero, acaba por legitimar e reproduzir a exploração vivenciada pelas mulheres.

A segunda problematização traz a conceituação de classe, porém dando enfoque às hierarquias existentes entre as próprias mulheres, mostrando a forma como os privilégios de classe as posicionam diferentemente na sociedade e também modificam as formas de opressão. Heleieth Saffioti (1976, p. 133) expressa esta realidade ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”. Em consonância com esta linha de pensamento, Cecília Toledo (2001) afirma que “ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. (...) nunca soubemos de uma *socialite* que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche, e nem tampouco que precisasse de auxílio maternidade” (TOLEDO, 2001).

Essas problematizações possibilitaram avanços consideráveis nas análises das desigualdades e opressões existentes, porém esses estudos não davam ênfase para a questão da raça. Sendo produzidos, em sua maioria, por mulheres brancas e de classe privilegiada, as feministas negras, frequentemente de origem popular, não se sentiam totalmente representadas. Estas, percebiam a exclusão desta categoria analítica (raça) e a generalização de um sujeito coletivo de luta indiferenciado — nós, mulheres, como uma forma de desconsiderar um passado marcado pela escravidão, o qual produzia (ainda produz)

consequências em suas trajetórias e nas formas de opressão, que as mulheres brancas não experimentavam (experimentam) da mesma maneira (MIGUEL; BIROLI, 2015).

Percebendo que a sua condição de mulheres negras não estava contida nem na agenda feminista nem na antirracista, colocou-se o desafio de produzir lutas e formas de conhecimento que não suspendessem a sua vivência. É neste sentido que ao final da década de 1970, as feministas negras americanas, do chamado *Black Feminism*², contrariando o feminismo branco francês, começaram a produzir reflexões que são atualmente incontornáveis para as lutas e as teorias feministas. Mulheres negras e trabalhadoras construíram as problematizações sobre a sua própria condição, desafiando os modelos unilaterais. Nestas abordagens, “a raça ganha maior peso e a consideração conjunta do gênero, da classe e da raça organiza lutas e novos paradigmas para a produção do conhecimento sobre a posição das mulheres no mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 11).

A forma generalizada de opressão vivenciadas pelas mulheres dentro das análises de gênero é um dos pontos colocados em questão pelo feminismo negro, visto que, o machismo impacta as mulheres, mas as impacta de formas diferentes, em graus variáveis e com efeitos que precisam ser analisados contextualmente. Embora as produções desta vertente feminista direcionem mais atenção à relação gênero e raça, trouxe novas perspectivas para o debate das convergências entre gênero, raça e classe (MIGUEL; BIROLI, 2015).

É nesse cenário de discussões proporcionado pelo feminismo negro que nasce a problemática da interseccionalidade. Embora o uso desse termo tenha se alastrado nos anos 2000, ele começou a ser desenvolvido no início dos anos 1990, nos países anglo-saxônicos, especialmente por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs. Este conceito tem como proposta compreender de forma interseccional as múltiplas relações de poder existentes. Neste sentido, a interseccionalidade incorpora o debate construído até então, que a percepção da realidade de forma mais completa e complexa demanda uma análise com base no entrelaçamento da raça, do gênero e da classe, podendo esta conceituação abarcar outros marcadores de diferenças. (MIGUEL; BIROLI, 2015).

Para Patricia Collins (2015, p. 2) os estudos sobre interseccionalidade podem ser resumidamente analisados como um projeto de conhecimento que se organiza como um guarda-chuva, abrigando estudos motivados por distintos problemas e localizados socialmente de maneiras diferentes. Para a referida autora, a abrangência destes estudos é um ponto de preocupação, mas o que legitima a importância desta proposta conceitual, mesmo diante da

² Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collis, 1990; Dorlin, 2007. (HIRATA, 2014)

sua tamanha diversidade, é que estes partem da análise crítica de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas”. Neste sentido, Sirma Bilge (2009) traz que a interseccionalidade:

[...] remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p.70 tradução nossa).

Assim, a noção de interseccionalidade permite compreender que os sistemas de dominação são múltiplos e agem conjuntamente, no qual “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas” dos sujeitos. Para exemplificar a questão, a autora utiliza a intersecção entre vias de trânsito, na qual os indivíduos são o ponto em que diferentes opressões se cruzam fazendo com que a sua posição social seja produzida neste entrecruzamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em todos os casos, a abrangência e a heterogeneidade desses estudos ao mesmo tempo em que podem representar um aparato teórico e metodológico rico, também podem representar um enfraquecimento da sua capacidade explicativa, e também, segundo Kergoat (2010, p. 98), “pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas[...]”. Além de fazer uma crítica³ a noção demasiado fixa e geométrica de intersecção, o que fugiria da dinamicidade das relações sociais. A referida autora expõe que essa multiplicidade de categorias mascara as relações sociais.

O enfoque nos limites da interseccionalidade, feitos por Kergoat (2010-2012), parte do entendimento de que, esses estudos não se baseiam nas relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda a sua complexidade e dinâmica, e acabam desconsiderando ou considerando de maneira superficial alguns aspectos destas relações sociais estruturantes. Além disto, a autora expressa que a análise interseccional enfatiza o cruzamento “entre ‘raça’

³ Vale ressaltar que embora Kergoat (2010) tenha críticas eminentes sobre a noção de interseccionalidade. Ela reconhece o mérito de tais estudos, especialmente no sentido de terem desenvolvido o conceito de raça, sobretudo enfatizando a resistência dos movimentos sociais negros, bem como os estudos de violência conjugal e de violência entre mulheres brancas e negras

e gênero, enquanto a referência à classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória” (KERGOAT, 2010, p. 99). Resumidamente, as críticas à categoria de interseccionalidade feita por Danièle Kergoat (2012⁴ *apud* HIRATA, 2014) destacam os seguintes pontos:

1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação, etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetem a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categoria e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta, etc., sem historicizá-la e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014, p. 65).

Nesse sentido, Kergoat constrói um novo conceito analítico de articulação das relações sociais, qual seja a consubstancialidade, apontando fragilidades na categoria interseccional, bem como os seus limites analíticos das práticas sociais. O conceito de *consubstantialité*⁵, elaborado por Danièle Kergoat (2010, 2012) defende a tese de que as relações sociais são consubstanciais, em sua expressão mais simples uma “unidade de substância”. Desta forma, classe, raça e gênero, ainda que sejam separadas para a análise sociológica, compõem uma unidade e atuam em conjunto nas relações sociais. Trata-se, portanto, de compreender as relações sociais que estruturam a sociedade por meio da coextensividade das categorias de dominação que lhes configuram, classe, raça e gênero.

Um dos pontos mais importantes dessa proposta conceitual, e que a difere das outras perspectivas apresentadas é que nela as relações sociais estruturantes da sociedade são percebidas, utilizando-se da metáfora de Kergoat, como um “espiral”, pois não se trata de uma relação circular, porque não seria suficiente “fazer uma volta em todas as relações sociais, uma a uma”. Além disto, a autora inova no sentido de compreender que estes sistemas (gênero, classe e raça) não se restringem ao âmbito econômico ou político, pois cada um possui “suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem”. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e inter sistêmica, estruturando, assim, a totalidade do campo social (KERGOAT, 2010, p.120).

⁴ KERGOAT, Danièle. *Se battre, disent-elles...* Paris: **La Dispute**, 2012.

⁵ Cabe lembrar que, quando a autora se refere a relações sociais, ela quer dizer relações sociais de dominação. Deste modo, a relação social é compreendida "uma relação antagônica entre dois grupos sociais, estabelecida em torno de uma questão. É uma relação de produção material e ideológica" (Ibid, 2010, p. 112).

Sobre isso, a feminista marxista brasileira, Saffioti (2000, p. 74) afirma também que a realidade social deve ser analisada através do “nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo”, e que não é possível pensar o econômico desvinculado do político, porque “rigorosamente, o econômico e o político integram o social de maneira indissolúvel. Ou seja, o econômico e o político são consubstanciais ao social. A sociedade é uma totalidade, não com articulação entre elementos isolados, mas *orgânica* [...]”. A autora também afirma que os estudos desenvolvidos por Marx deixaram isto explícito, e que foi o referido autor que a ensinou “a pensar o nó, embora em sua época não lhe tenha sido possível fazê-lo” (SAFFIOTI, 2000, p. 74). Desta maneira, a sua análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, apenas na instância ideológica.

Ademais, a proposta da historização das relações sociais é de profunda importância para compreensão da atualidade. Mesmo que muitas questões tenham se desenvolvido e avançado com o passar das décadas, é utilizando-se da construção histórica que a aproximação da realidade dinâmica e complexa se faz mais propositiva. Neste sentido, o presente trabalho tem como base o entendimento e contextualização histórica realizada por Saffioti (2000) de que “ ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude as classes sociais” (SAFFIOTI, 2000, p. 73).

Dessa maneira, entende-se que na realidade social os três atuam em unidade, entretanto no plano histórico, surgiram em momentos diferentes se incorporando um ao outro com o passar do tempo. A preocupação de Saffioti em historicizar os conceitos é sobretudo em afastar a ideia de que todas as opressões surgiram por determinação econômica, em outras palavras, que ela não apoia a ideia de que as discriminações sobre mulheres e negros são frutos do capitalismo. Porque para Saffioti (2004) o racismo e o patriarcado preexistiram, de longe à emergência da sociedade de classes, e o que aconteceu é que este sistema tirou e ainda continua tirando proveito das discriminações que pesavam contra a mulher e contra os negros ao longo da história.

Apesar da consubstancialidade proposta por Kergoat (2010) colocar que as relações sociais de raça, gênero e classe modulam umas às outras e se constituem de forma recíproca, propõe, contraditoriamente, que o centro das relações sociais são as relações de produção, dito de outra maneira, o trabalho e a sua base material pautada no conceito de classe social é o que estruturam as relações sociais. A postura assumida por Saffioti (1996) é diferente porque, como já foi colocado, acredita que o gênero, mais especificamente o patriarcado, e a raça são

tão fundantes das relações sociais quanto a classe. Deste modo a referida autora exemplifica sua afirmação:

Percorrendo a literatura sobre violência contra crianças e adolescentes no Brasil, verificou-se que só as classes sociais eram tomadas como categoria histórica fundante, passando-se ao largo da raça e do gênero. Ora, são palpáveis as diferenças entre as formas de violência que atingem brancos e negros, assim como meninos e meninas. O privilegiamento da classe social obscurece as demais clivagens existentes na sociedade (SAFFIOTI, 1996, p. 144).

Nesse sentido, também se entende que a pessoa negra sofre preconceito independente de ser pobre ou rica, mulher ou homem. O mesmo acontece nas relações de gênero patriarcais, na qual as mulheres são violentadas, independente da classe social que ocupam e da cor que as descrevem. Entretanto, embora se possa compreender em termos analíticos que tanto a raça, quanto o gênero e a classe tem suas formas de dominar-explorar, na prática os três agem como um nó potencializando as contradições e experiências vivenciadas pelos sujeitos. Saffioti (1996) também traz um exemplo muito claro e atual sobre isso:

o adolescente masculino, pobre e negro não constitui um dos alvos prediletos dos homicidas que integram a Polícia Militar de São Paulo exclusivamente por ser homem, ou só por ser pobre ou apenas por ser negro. Estas três dimensões completam a imagem do perfeito bandido ou daquele cuja eliminação física a sociedade exige para ter um assaltante a menos. O imaginário social, carregado de conteúdos da ideologia de classe/ raça/ gênero hegemônica, pinta o retrato do marginal com as características das categorias sociais dominadas/ exploradas, ou seja, oprimidas (SAFFIOTI, 1996, p. 144)

Dessa maneira, compreende-se as relações sociais de classe, gênero e raça como consubstanciais no sentido de agirem em unidade na realidade, segundo a conceituação de Kergoat (2010). Entretanto, faz-se ressalvas quanto à classe ser o centro das relações sociais. Porque, com base nas problematizações de Saffioti (1996, 2004) estas relações são estruturantes da sociedade, não havendo hierarquia fixa entre elas, podendo cada uma apresentar um peso diferente em situações diversas, como afirma a referida autora, podendo “uma assumir proeminência numa situação, cedendo o lugar de relevo para outra, numa situação distinta”. (SAFFIOTI, 1996, p. 147).

Em consonância com Saffioti (1996, 2004) e com Kergoat (2010), esses conceitos só devem ser isolados para fins de análise. Porque na vida cotidiana, é impossível separá-los, já que eles se apresentam em termos consubstanciais. Admite-se, portanto, o isolamento destas três relações sociais exclusivamente para fins analíticos e dentro de limites, uma vez que no

plano histórico elas acabam se enlaçando. Nas palavras de Kergoat (2010, p. 94) “as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica [...]”.

Embora não seja simples desatar o nó dos três eixos estruturantes das relações sociais, os próximos itens concentrarão esforços para apresentar uma discussão analítica das relações de classe, gênero, sobretudo o patriarcado, e as relações de raça, de modo separado, a fim de historicizar e evidenciar o funcionamento de cada uma delas para então seguir as análises propostas pela dissertação.

1.2 O CONCEITO DE GÊNERO E SUAS ARTICULAÇÕES

A necessidade de historicizar os termos que são amplamente utilizados de forma figurada foi apontada por Scott (1995, p.71) quando faz a seguinte afirmação: “[...] aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar têm uma história”. Dessa maneira, os esforços aqui travados serão no sentido de trazer a historicidade por trás dos conceitos. Além disto, cabe lembrar novamente, que se compreende que mulheres brancas e negras, ricas e pobres, experimentam a realidade de forma diferenciadas. Mas o objetivo do presente item é tentar trazer os pontos que afetam todas as mulheres, independente do grau e intensidade.

A literatura é unânime em afirmar a estreita relação entre o movimento político liderado pelas mulheres, especialmente nos anos 1970, e a produção acadêmica sobre gênero, que buscava melhor entender as desigualdades entre homens e mulheres. Sobretudo ir contra as explicações dadas pela medicina social, que afirmava que as influências biológicas faziam com que pessoas do sexo masculino tivessem traços marcantes como uma maior força física, um perfil autoritário, empreendedor, tendo o lado racional mais a florado que o emocional e exacerbada sexualidade. Já as mulheres, segundo esta ciência, tinham como características: um instinto materno natural, a sexualidade recatada, o lado emocional a florado e a fragilidade; deste modo, esperava-se socialmente que as mulheres fossem submissas e prudentes (SOIBET, 2001).

Mas se a construção contra essas análises tem estreita ligação com o movimento feminista, vale fazer uma breve contextualização deste movimento. O feminismo, enquanto movimento social é essencialmente moderno e, segundo Almeida (2014) seus primeiros vestígios foram no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras das

Revoluções Francesa e Americana. Desta maneira, percebe-se que este movimento já era atuante em reivindicações antes de surgirem análises em torno do conceito de gênero.

O movimento feminista organizado internacionalmente em sua “primeira onda” possuiu uma pauta de reivindicações restrita à ampliação dos direitos civis às mulheres, direitos estes que já haviam sido conquistados pelos homens desde as revoluções liberais do século XVIII. Nestes termos, a centralidade estava na luta por direitos políticos, civis (como acesso à educação e o direito ao voto). As feministas deram atenção especial ao direito ao voto, o que justificou a alcunha de sufragistas⁶ concedida ao movimento feminista neste primeiro momento (ALMEIDA, 2014).

No Brasil, essa primeira tendência sufragista foi liderada por Bertha Lutz que foi uma das pioneiras do Movimento Feminista no Brasil, responsável direta pela articulação política, que resultou nas leis que deram direito ao voto⁷ e igualdade de direitos políticos nos anos 1930, às mulheres brasileiras. Com sua militância científica e política, lançou as bases do feminismo no país. Este momento do feminismo brasileiro foi considerado por Pinto (2003) como um processo "bem-comportado" para sinalizar o caráter conservador deste movimento, pois não questionava a opressão da mulher na sociedade. Em outras palavras, a luta para a inclusão das mulheres à cidadania ainda não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações entre homens e mulheres (PINTO, 2003, p. 45).

Já a “segunda onda” do movimento que deu luz ao conceito de gênero começa na América-Latina e sobretudo no Brasil nos anos 1970 e é caracterizada por Pinto (2003) como malcomportado, porque reunia uma gama heterogênea de mulheres (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) que, além do direito político, defendiam o direito à educação e já se manifestavam contra o papel atribuído às mulheres, colocando em pauta que a masculinidade e a feminilidade são construções sociais, ou seja, um produto histórico, variável no tempo e no espaço. Além disto, abordavam temas, que para a época eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio. Foi caracterizado também como “feminismo de resistência” em resposta a ditadura militar vivenciada no país, na medida em que articulava as lutas contra a opressão às mulheres, às lutas pela redemocratização do país⁸ (PINTO, 2003, p. 47).

⁶ Sufragista significa neste contexto, a mulher que reivindica, para seu sexo, o direito ao voto, nos países em que o mesmo não lhes foi ainda concedido (PINTO, 2003).

⁷ Após a Revolução de 1930, o movimento sufragista conseguiu alcançar seu maior objetivo, através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, do presidente Getúlio Vargas, que garantiu o direito de voto feminino no País (PINTO, 2003).

⁸ Com o presumo de redemocratização política, o Brasil passa por um processo de mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Isto fez com que o movimento feminista se mobilizasse para que suas propostas relativas a

No entanto a adesão à teoria feminista no Brasil ocorreu, segundo Figueredo (2008), de maneira parcial, visto que os estudos sobre gênero iniciados na década de 1970, não incorporaram a crítica realizada por feministas afro-americanas sobre a generalização em torno de uma unidade “mulheres”, como se todas vivenciassem a dominação-exploração da mesma forma. No caso brasileiro, quem dá início às especificidades das mulheres negras não é o movimento feminista e sim o movimento negro, na década de 1970. Isto é explicado por Figueredo (2008) como sendo a relativa ausência de mulheres negras na academia, uma vez que os estudos sobre gênero e raça, em nível mundial, começaram a ser conduzidos majoritariamente pelos intelectuais (FIGUEREDO, 2008).

Ainda segundo Figueredo (2008), a produção acadêmica brasileira sobre os estudos de gênero que incorporaram as diferenças de raça, começaram na década de 1980, como um desdobramento do que já estava instituído no campo dos estudos sobre as relações raciais por um lado, e, por outro, “da necessidade, derivada da experiência de mulheres negras na atuação em movimentos sociais negros que não respondiam às demandas específicas, provenientes da experiência das mulheres negras” (FIGUEREDO, 2008, p.238)

Retomando a construção conceitual de gênero, pode-se dizer que este começou a ser problematizado, em nível mundial, em meados do século XX, na chamada segunda onda do movimento feminista internacional, em um cenário de movimento estudantil na França, de lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento *hippie* internacional (ALMEIDA, 2004). O que precisa de destaque é que embora estas discussões e lutas tenham sido realizadas especialmente por mulheres, utilizar a nomenclatura “gênero” não significa estudar as mulheres, de forma isolada, como se gênero e mulher, fossem sinônimos. Scott (1995) alerta que não há como estudar ou falar em mulher sem a relação com o homem, ou vice-versa, o que demonstra gênero como algo relacional, dependente da interação entre homens e mulheres para que se constitua e tenha sentido (SCOTT, 1995).

A conceituação do termo gênero é destinada muitas vezes à Simone de Beauvoir, que em sua obra *O Segundo Sexo*, de 1949, impactou com a sua frase: “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, questionando o determinismo biológico e observando que a opressão sofrida pela mulher é uma construção, desenvolvida em uma trama de relações que vão

temas como trabalho, saúde, família, discriminação e violência fossem incluídas na Constituição de 1988. Pode-se dizer que mais de 80% das demandas do movimento foram incorporadas à Constituição. A primeira delas foi em seu Capítulo I que fala dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e que em seu artigo 5º, parágrafo 1º, traz que homens e mulheres passariam a ser iguais em direitos e obrigações e que todos seriam tratados de forma igual perante a lei. Entretanto não foi suficiente, afinal ainda existe uma grande contradição entre a anunciada igualdade política formal entre mulheres e homens e as desigualdades reais persistentes, sobretudo no que diz respeito ao mundo produtivo e o reprodutivo. (PINTO, 2003, p. 50).

constituindo as representações que se tem do masculino e do feminino. Desta forma, a autora estabelece que não é algo pronto, acabado e determinado, e é justamente nisto que reside a possibilidade de mudança e desconstrução (SAFFIOTI, 2004).

Em contrapartida, há aqueles que acreditam que foi a antropóloga norte-americana Gayle Rubin (1975) quem conseguiu, de fato, sistematizar conceitos que ainda eram dispersos no movimento feminista, sendo ela a responsável por trazer à tona o uso do termo “gênero” de forma mais precisa quando afirmou que “um sistema de sexo/ gênero consiste numa gramática, segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana” (RUBIN, 1975⁹ apud SAFFIOTI, 2004, p. 108). Assim, o sexo biológico foi assumido por Rubin como a matéria-prima sobre a qual os significados culturais e sociais são constituídos, cria-se, desta forma, o que ficou conhecido como sistema sexo/ gênero.

Essa relação entre sexo e gênero é bastante polêmica no meio feminista. Sobre isto Nicholson (1999) argumenta que esses conceitos vêm sendo usados de duas maneiras e, em até certo ponto, de forma contraditória. Por um lado, gênero foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a sexo, utilizado especialmente por feministas que acreditam que o primeiro descreve o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. Nesta concepção, gênero está diretamente relacionado a comportamento, e o sexo (corpo) é completamente desconsiderado.

Nessa vertente do pensamento feminista, gênero é exclusivamente social, o que para Saffioti (2004, p.110) seguir com essa linha de pensamento representaria cair no essencialismo social. Porque para ela o corpo também desempenha funções, sendo ele o próprio veículo da transmissão das tradições e culturas. Além disto, segundo a referida autora o ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível.

Do outro lado, segundo Nicholson (1999), gênero tem sido abordado como referência às construções de papéis femininos e masculinos, incluindo as construções sociais que separam os corpos femininos dos corpos masculinos. Seguindo a análise da autora citada, esta segunda forma de analisar gênero apareceu quando perceberam que as relações sociais são bases para a construção não só do comportamento e da personalidade, mas também das maneiras como o corpo é interpretado socialmente. Desta forma se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o sexo não pode ser independente do gênero, e sim uma unidade, como Saffioti apontou.

⁹ RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women*. In: REITER, Rayna R. (ed.). *Towardan Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

Nessa segunda linha de análise, tanto Joan Scott quanto Heleieth Saffioti forneceram importantes descrições na utilização conceitual do gênero associado ao sexo. Scott (1988, p. 2) apontou o gênero como “o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais(...)” e ressalta que estas diferenças sexuais não podem ser vistas sem um conhecimento sobre o corpo, entretanto este conhecimento “não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos”. A análise de Saffioti (1992) estabelece que:

[...] tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais. Já que o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo da mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p. 191).

O que se percebe é que apesar do ponto de partida ter sido consensual no interior do movimento feminista, no sentido de ir contra um determinismo biológico que as caracterizariam como seres inferiores, o desenvolvimento do conceito de gênero é marcado por uma diversidade e amplitude de reflexões, recebendo diferentes definições que variam de acordo com a corrente teórico-metodológica em que o estudo está embasado. Embora não se tenha a pretensão de analisar e aprofundar cada corrente, vale ao menos destacar as principais.

Um pouco dessas diferentes compreensões foram elucidadas por Joan Scott (1995) em seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, no qual a autora considera que há uma gama de abordagens, entretanto resume em três posições teóricas que mais têm sido adotadas pelas historiadoras feministas na análise do gênero:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p.9).

Já Saffioti (2004), estabelece três tipos de feministas que têm destinado esforços a estudar o conceito de gênero. A saber: as que se apoiam no conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que estudam, considerando a história como processo, utilizando-se do conceito de gênero para toda a história como uma categoria geral, mas que também é adepta ao conceito de patriarcado como “categoria específica de determinado período, ou seja,

para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade” (SAFFIOTI, 2004, p.35).

Essa última autora ressalta que ainda que seja limitado, há um campo de consenso entre elas: o entendimento de que o gênero é a construção social do feminino e do masculino, a recusa do determinismo biológico e a repulsa pela imutabilidade implícita em a anatomia é o destino. A partir deste consenso, cada feminista acaba enfatizando um determinado aspecto do conceito de gênero enquanto categoria analítica, a saber:

[...]como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc (SAFFIOTI, 2004, p.72).

Essa ampliação e riqueza da concepção do gênero enquanto categoria analítica tem grande validade para o desenvolvimento dos estudos feministas. Entretanto, segundo Saffioti (2004) isto acaba por solver a questão central para o movimento feminista: a opressão e a dominação sofrida pelas mulheres, representando uma perigosa armadilha para a luta feminista. Saffioti explica que “como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações, é difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder” (SAFFIOTI, 2004, p.113).

Scott (1995) também chama a atenção para o fato de que muitas vezes as análises construídas em torno do conceito de gênero, o faz parecer um campo neutro, na medida em que não deixa explícito, apenas presumido, as desigualdades e as relações de poder existentes entre homens e mulheres. Desta forma, Scott (1995, p.26) propõe uma “definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder (...) em que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente. ”. A proposta da historiadora é compreender gênero como:

[...] um primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas(eles) começam a compreender a natureza

recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 23-24).

A colocação do fenômeno do poder no centro da organização social de gênero, é considerada por Saffioti (2004) uma das grandes contribuições de Scott para o debate feminista. Entretanto, afirma que Scott não deixou claro o fato de que o poder pode ser cravejado tanto na direção da igualdade quanto da desigualdade entre homens e mulheres. O que a socióloga brasileira propõe é que o poder seja visto como algo que pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades. Definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada (SAFFIOTI, 2004, p. 98).

Além disso, Saffioti (2004), destaca que o movimento feminista sobrevalorizou o amplo conceito de gênero em detrimento do *patriarcado* e é justamente o movimento inverso que a autora defende. A socióloga brasileira reforça a importância de não marginalizar este conceito, porque a própria negação possibilita afirmar que “existe de fato uma relação de dominação-exploração e que ela precisa ser combatida” (SAFFIOTI, 2004, p. 100).

A crítica que identifica com precisão os elementos estruturantes das relações sociais que apontam para as relações de dominação-exploração e a elaboração de uma abordagem que objetiva a transformação social, confere à Saffioti um lugar privilegiado dentro das teorias feministas do ponto de vista da autora desta dissertação, especialmente no que se refere à articulação do gênero com as demais relações sociais estruturantes da sociedade: classe e raça. Desta maneira, o próximo item tentará, com base nas elaborações teóricas propostas pela referida autora problematizar acerca do conceito de patriarcado, o que proporcionará um entendimento mais aprofundado do objeto de estudo do presente trabalho.

1.2.1 O patriarcado como proposta conceitual de Heleieth Saffioti

O exposto no item anterior permite verificar que o gênero — apesar de ter sido construído com o intuito de denunciar a opressão sofrida pelas mulheres — é muitas das vezes, conceituado de maneira neutra. Desta forma, Saffioti (2004) coloca que

compreendendo gênero como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e mulheres, normas estas que são expressas nas relações destas duas categorias, pode-se dizer que “não pode haver uma só sociedade sem gênero”, visto que todas as sociedades constroem socialmente significados para homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 57). Por isto Saffioti reformula o conceito de patriarcado e o coloca como um caso específico das relações de gênero.

A referida autora também destaca que embora a maioria das definições de gênero traga de forma presumida a hierarquia entre homens e mulheres, não visibiliza de forma clara os perpetradores do controle e da violência. Já o conceito de patriarcado marca a presença masculina neste polo. O valor central da cultura gerada pela dominação-exploração¹⁰ patriarcal é o controle da mulher, seja de sua sexualidade, sua reprodução, sua postura perante a sociedade, dentre outras maneiras de controle. E este, atua no sentido da inferioridade da mulher, se enraizando em todas as áreas da convivência social (SAFFIOTI, 2004).

O termo patriarcado vem sendo usado de formas bastante heterogêneas. As diferentes acepções ficam bastante claras quando se passa de uma tendência feminista a outra e isto têm feito com que muitas feministas deixem de utilizar este conceito. Dentre as(os) autoras(os) que advogam contra a utilização conceitual do patriarcado estão Mary G. Castro e Lena Lavinias (1992)¹¹ que levantam uma crítica ao uso do conceito na sua forma adjetiva, ou seja, como família patriarcal, em detrimento da referência ao patriarcado na sua forma substantiva, como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal.

A crítica ao uso na forma adjetiva remete ao conceito weberiano de patriarcado, ou seja, “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237). Dito isto, os esforços de Saffioti vão no sentido de apresentar o patriarcado em uma forma substantiva, distanciando-se do estabelecido por Weber, em uma formulação mais abrangente e mais adaptada à complexidade das relações e instituições na contemporaneidade.

Apesar desse conceito ser muito criticado, sobretudo em virtude de suas origens weberianas e de seu considerado a-historicismo (BARRET,1980), isto não diminui a eficácia do seu uso para análise, desde que o conceito seja bem precisado. Assim, é com base na

¹⁰ Cabe ressaltar que a referida autora utiliza o par exploração-dominação ou dominação-exploração pois não analisa a dominação como sendo parte, atuando no campo político e a exploração apenas no campo econômico, ambas se relacionam por todo corpo social. “De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo.” (SAFFIOTI, 2004, p. 130)

¹¹CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

reformulação do conceito feita por Saffioti (1992, 2004) que esta pesquisa se apoia. A referida autora também apresenta respostas a praticamente todas as críticas ao uso do conceito, além de, reforçar o pensamento de que:

[...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque “patriarcado” ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado¹². Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 1993, p. 39-40).

Defendendo o uso do conceito, Saffioti (2004), em um primeiro momento, se debruça no sentido das origens weberianas do patriarcado. É evidente que os conceitos weberianos são historicamente datados e referidos, mas sofrem um relativo esvaziamento de conteúdos históricos ao serem modelados como típicos-ideais. A autora afirma que “o tipo ideal é construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. Trata-se de conceitos genéticos fechados” (SAFFIOTI, 2004, p.99-100). É especialmente por isto que Saffioti acredita não ser legítimo usar o conceito de patriarcado da forma como foi proposto nos dias atuais, e considera que isto não a impede de usar o termo, redefinindo o seu significado.

O que também merece destaque para afastar a concepção aqui utilizada da proposta de Weber é que o patriarcado proposto por ele, se trata de um esquema de dominação bastante centrado na família, na qual a esfera doméstica desempenha centralidade no conceito típico-ideal. É possível perceber isto quando o referido autor coloca: "chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente

¹² Quando Pateman (1993, p.26) se refere às visões patriarcais do patriarcado, alerta para uma interpretação literal do conceito como direito do pai, autoridade paterna absoluta na família patriarcal. Neste sentido, provoca-se, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. “O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento — um contrato original que instituiu o casamento e a família — e de que eles são marido e esposa antes de serem pais é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino” (PATEMAN, 1993, p. 49)

econômica e familiar, a dominação é exercida por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas" (WEBER,1964, p.184).

O patriarcado proposto por Weber, enquanto esquema de dominação, inscreve-se na esfera política, porém a sua origem reside na autoridade de um *dominus* (proprietário), ou seja, esta dominação é exercida no seio de uma comunidade doméstica. O mesmo acontece com a dimensão econômica da dominação, também tem a marca familiar, pois o poder patriarcal de Weber se organiza na economia de *oikos* (doméstica).

Além disso, para Saffioti (1992), outro grande problema contido no conceito weberiano de patriarcado reside no fato de que ele se refere a um esquema puramente de dominação e “não a um esquema de dominação-exploração, com todas as conseqüências que a visão holística acarreta” (SAFFIOTI, 1992, p.193). É justamente por isso que a referida autora não substitui o uso do termo patriarcado pela dominação masculina de Bourdieu, mesmo tendo o referido autor sido muito promissor em abranger a dimensão simbólica, inconsciente e as representações sociais da dominação masculina (BOURDIEU, 2010).

O patriarcado reformulado por Saffioti pode, então, ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração exercido pelos homens sobre as mulheres, cuja intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época, sendo componentes de uma simbiose da qual participariam também o modo de produção capitalista e o racismo (SAFFIOTI, 2004). Além disto, o patriarcado não se restringe à esfera privada, da família, visto que o público e o privado, mesmo com suas diferenças estão profundamente ligados e parcialmente mesclados. Neste sentido, as relações patriarcais, as suas hierarquias e a sua estrutura de poder, aqui compreendidas, contaminam toda a sociedade, perpassando não apenas a sociedade civil, mas impregnando também o Estado.

Cabe ressaltar que a relação de dominação-exploração das mulheres explicitada por Saffioti (1992, 2004), também diferente da proposta weberiana, não presume o total esmagamento delas, mas integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Para a socióloga brasileira, há poder nos dois polos da relação, ainda que em doses tremendamente desiguais. As mulheres detêm parcelas de poder, em todas as sociedades conhecidas, permitindo minimamente um posicionamento contra a supremacia masculina e, de alguma forma, gerar espaços nos interstícios do machismo (SAFFIOTI, 1992, p. 72).

Retomando às críticas levantadas e objetivando explicitar melhor o uso do conceito aqui problematizado, torna-se imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação-exploração masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o

patriarcado, visto que é considerado muito simplista, do ponto de vista de Saffioti, a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro, porque este conceito pode, sim, apreender a historicidade do patriarcado como fenômeno social que é, além do fato do conceito ser heurístico. Em segundo lugar, a base do julgamento do conceito como a-histórico reside na negação da historicidade do fato social (SAFFIOTI, 2004).

No sentido de contextualizar historicamente os conceitos, pode-se considerar, que as relações de gênero existem desde o início da humanidade (25.000-30.000 anos), enquanto o patriarcado vem ocorrendo há cerca de 6.500-7.000 anos. O patriarcado, portanto, refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. A socióloga brasileira, utilizando-se de trabalhos de variados historiadores, em especial de Lerner (1986 apud SAFFIOTI, 2004)¹³, demonstra que foi nas sociedades de caça e coleta¹⁴, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres.

Nessas sociedades as mulheres, embora não fossem detentoras de mais poder que os homens, eram consideradas seres fortes, mágicos, em virtude de sua capacidade de conceber e dar à luz, presumivelmente sozinhas. Mesmo que nestas sociedades, houvesse uma certa divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres eram as responsáveis pela coleta¹⁵ e os homens pela caça, isto não implicava que as atividades socialmente desenvolvidas pelas mulheres fossem desvalorizadas em relação às dos homens. Em tais sociedades, por exemplo, as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão dos víveres necessários ao grupo (LERNER, 1986 apud SAFFIOTI, 2004).

É neste sentido, que há um grande esforço de Saffioti (2004) em demonstrar que a dominação-exploração masculina não é a-histórica, tendo havido momentos na história em que as mulheres e homens viveram em igualdade de relações, mesmo que desenvolvessem funções diferentes, estas não eram diferentes em termos valorativos. Cabe lembrar aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, e estes são conceitos políticos. Utilizando-se de estudos desenvolvidos por historiadores, a socióloga esclarece o momento em que houve a transição:

¹³ LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque/ Oxford, Oxford University Press, 1986.

¹⁴ Vale ressaltar que Saffioti (2004) deixa claro que não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta.

¹⁵ A explicação de Lerner (1986 apud SAFFIOTI, 2004) para a não participação das mulheres na caça é que o trabalho feminino era realizado com o seu bebê amarrado ao peito ou às costas, para facilitar o aleitamento toda vez que sentisse fome, desta maneira, o menor sussurro do bebê espantaria o animal escolhido.

Johnson (1997)¹⁶ atribui a dois fatores históricos a lenta transição desta sociedade igualitária às sociedades que se conhecem hoje: 1) a produção de excedente econômico, cerca de 11 mil anos atrás; 2) a descoberta de que o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida, o que se deu logo depois. Baseada em resultados de pesquisas paleontológicas, arqueológicas e outras evidências, Lerner apresenta outro sistema de datação. Desprezando a produção de excedente econômico, parte do conhecimento da participação masculina na antropoprodução¹⁷, o que dá mais poder aos homens, permitindo-lhes a implantação de um regime de dominação-exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 59).

Passaram, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto tudo, de acordo com Saffioti (2004) foi crucial para estabelecer entre homens e as mulheres relações de dominação-exploração. Além disto, como já foi explicitado pelos historiadores, a compreensão do fenômeno reprodutivo humano, observando-se o acasalamento dos animais, retirou da mulher o caráter mágico da reprodução. “Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida” (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

Vale ressaltar que esse processo foi extremamente lento, visto à resistência das mulheres. Segundo a historiadora austríaca Lerner (1986¹⁸ *apud* SAFFIOTI, 2004), o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a. C, mas só se consolidou no ano 600 a.C. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Entretanto, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura de dominação-exploração é de tão somente 2.603-4 anos. “Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se veem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido as sociedades igualitárias ” (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Fica evidente, portanto, que a utilização do conceito de patriarcado aqui adotado se difere de uma concepção que o estabelece apenas no âmbito privado e de forma a-histórica, como no construto weberiano. Mesmo assim ainda fica uma pergunta no ar, se houve uma reformulação do conceito, por que se manter o nome patriarcado? Saffioti (2004) explica o porque não mudar:

¹⁶ JOHNSON, Allan G. (1997) *The Gender Knot- Unraveling our Patriarchal Legacy*. Filadélfia, Tempe University Press.

¹⁷ “Antropoprodução consiste na produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social.” (SAFFIOTI, 2004, p. 59)

¹⁸ LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque/ Oxford, Oxford University Press, 1986.

1) Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento nos códigos penais. Há apenas uma década, e depois de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente, há denúncias contra maridos que violentam suas esposas. No Brasil, felizmente não há especificação do estuprador; 3) Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) Tem uma base material; 5) Corporifica-se; 6) Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p.70).

Pensa-se, de maneira geral, que houve primazia masculina apenas em um passado remoto, sendo verbalizado oralmente e por escrito, que o que se vê atualmente nas relações desiguais entre homens e mulheres são apenas resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos suspiros. O que a socióloga brasileira vem demonstrar é que, de fato, da mesma forma que os fenômenos sociais mudam, o patriarcado também está em permanente transformação. Entretanto, não se pode fazer afirmações no sentido de negar sua atual existência ou seu fim próximo, visto que após extensa análise de dados de dezenas de nações situadas nos cinco continentes, Castells (1999¹⁹, *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 102), conclui: “[...]o patriarcado dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem [...]”.

O importante a reter, segundo Saffioti (2004, p.106) é que a base material do patriarcado não foi destruída, mesmo com os avanços obtidos para as mulheres pela luta do movimento feminista, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais ocupações em postos políticos. Ainda há, por exemplo, de forma bastante acentuada, desigualdades de salários entre homens e mulheres, mesmo quando o grau de escolaridade delas é superior. O que demonstra que a base econômica do patriarcado produz intensa discriminação salarial, segregação ocupacional e marginalização de importantes papéis econômicos e político das mulheres.

Isso se dá porque dentro do sistema patriarcal há uma divisão sexual do trabalho²⁰ que desqualifica o trabalho feminino. Nas palavras de Kergoat (2009), a forma de divisão sexual do trabalho, é historicamente adaptada a cada sociedade, mas tem por características básicas a

¹⁹ CASTELLS, Manuel. O Poder da identidade. Vol 2, da trilogia **A Era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, p. 169-285.

²⁰ Cabe dizer que a expressão divisão sexual do trabalho foi apresentada primeiramente por etnólogos para “designar uma repartição ‘complementar’ das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam” (KERGOAT, 2009, p. 67). No entanto, antropólogas feministas além de terem utilizado a divisão sexual do trabalho como conceito, deu-lhe um novo sentido: “demonstrando que não traduzia uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (ibid.).

prioridade dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67). Cabe lembrar que esta divisão sexual do trabalho preexistiu de longe à emergência do capitalismo, mas este se utilizou da desvantagem feminina já existente permitindo "reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo 'sexuada' e de 'classe', de acordo com a expressão de Kergoat" (HIRATA, 2002, p. 277).

Nas sociedades pré-industriais, o que caracterizava, em geral, a vida das famílias era a integração entre as funções de cuidado (sempre femininas) e o trabalho produtivo (feito na maioria das vezes pelos homens), realizados num único ambiente doméstico. Com o avanço do desenvolvimento industrial houve a descaracterização do modelo de trabalho domiciliar e a separação entre os gêneros nos espaços e os tempos de produção e reprodução se expandiram. (ALVES, 2013)

As mulheres prioritariamente foram (continuaram) designadas para o lugar da reprodução e cuidado com os filhos, e os homens para a produção (esfera pública) (ALVES, 2013). Nas palavras de Davis (1983) “a manufatura saiu de casa para a fábrica, e a ideologia da natureza feminina começou a crescer entre os ideais de esposa e mãe. ” (DAVIS, 1983, P. 30). A implantação dos moldes da chamada família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa contribuição invisível, não remunerada, o trabalho doméstico das mulheres (ÁLVARES, 2003).

Entretanto, pode-se considerar que essa separação não acontece de forma indiscriminada, tendo em vista que mulheres sempre estiveram presentes na esfera da produção em grau inferior aos homens, mas sempre estiveram. De acordo com Gardey (2003, p.37), as mulheres sempre trabalharam, sobretudo as mais empobrecidas, mas, os estudos capazes de resgatar a história do trabalho das mulheres eram (e ainda são) pouco conhecidos. Ainda segundo Gardey (2003) é necessário compreender o trabalho das mulheres em perspectiva histórica antes do século XIX, porque a partir deste, os estudos já começaram a reconhecer as mulheres trabalhadoras assalariadas. Mas relegaram as empregadas domésticas, as camponesas, donas de casa, e as mulheres negras que foram escravizadas e sempre trabalharam. Estas últimas foram esquecidas por muito tempo inclusive pelas feministas da época, em sua maioria brancas.

No entanto, as atividades domésticas continuavam sendo obrigações da figura feminina, ainda que elas trabalhassem em atividades externas como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, entre outras, para auxiliar no sustento familiar. A responsabilidade pela reprodução da família ainda continua sendo quase que exclusivamente feminina. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2015), no Brasil a jornada de trabalho masculina fora de casa é em geral, de 41 horas e 36 minutos por semana e o tempo dedicado ao trabalho na esfera familiar é de 10 horas semanais. Já a mulher manteve uma média de jornada de trabalho fora de casa de 35 horas e meia, mas em casa elas trabalham cerca de 21 horas e 12 minutos por semana, o que representa mais que o dobro do tempo dos homens. Desta forma, percebe-se que ainda há uma enorme massa de trabalho sendo realizada gratuitamente pelas mulheres diariamente, um trabalho quase invisível que é feito para os outros e sempre “em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68).

Essa questão dos tempos sociais é discutida por Duque-Arrazola (2010), no sentido de afirmar a existência de um tempo organizado, vivido e representado de modo diferente por homens e por mulheres que é utilizado tanto pelo capitalismo quanto pelo Estado, especialmente em tempos de crise do capitalismo, de reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado e hegemonia neoliberal. As mulheres, especialmente as mais empobrecidas são vistas pelo Estado patriarcal e de classe, como coparticipes e corresponsáveis pela realização das políticas sociais²¹. Assim, na realização destas políticas o tempo feminino é percebidos como um tempo gratuito, de doação e “tempo de não trabalho” e um “tempo disponível” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

Nesse sentido, a autora destaca a existência de dois tipos de tempo: “os tempos do corpo e os tempos da máquina na sociedade capitalista” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p.1). O primeiro é naturalizado como um tempo feminino, sempre associado à maternidade, às práticas e objetivações da vida cotidiana e processos materiais que servem à reprodução da vida social. O segundo é identificado pela autora como tempo do capital, tempo racional da produção dos bens e serviços nos espaços públicos do trabalho, muita das vezes associado e naturalizados como tempos masculinos, tempos do provedor: “assalariado e do proprietário dos meios de produção, segundo a ideologia patriarcal” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p.2).

Dessa forma entende-se que a materialidade do patriarcado em termos de divisão sexual do trabalho se coloca como um grave obstáculo à inserção da mulher nos espaços públicos, produzindo menores salários e piores condições de trabalho, bem como a

²¹ Especialmente as de Assistência Social, de Saúde, atendimento a crianças, combate à pobreza e de renda mínima (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico atribuído ao gênero feminino. Romper com este paradigma, compreendendo a importância da valorização do trabalho realizado pela mulher tanto como agente produtiva e reprodutiva, significa também compreendê-la como um importante instrumento na construção de um desenvolvimento verdadeiramente justo.

No interior do debate feminista em torno do patriarcado há também a questão do controle dos corpos das mulheres, sendo os diversos tipos de violência perpetuados contra a mulher, reflexos diretos desta ideologia patriarcal²², na qual a mulher é vista como objeto de desejo do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência. De maneira geral esta é a “condição comum que, apesar de variações de grau, é a experiência de todos os seres humanos que nascem mulheres [...] somos vistas num contexto sexual de definição masculina, com a conseqüente epidemia de estupro, assédio sexual, prostituição forçada e tráfico sexual de mulheres [...]” (MORGAN, 1984, p.4-8).

Cerqueira e Coelho (2014) dão um exemplo, dentre muitos, de como a cultura da dominação-exploração das mulheres passa não apenas a ser admitido, como romanceado e admirado na sociedade. Os referidos autores falam dos sambas imortais de Ataulfo Alves, “Ai que Saudade da Amélia” e “Mulata Assanhada”, reconhecidamente um dos mais argutos compositores em relação aos ditos populares de sua época. Alguns trechos de sua música expressam: “Ai, mulata assanhada/ Que passa com graça/ Fazendo pirraça/ Fingindo inocente/ Tirando o sossego da gente (...) Ai, meu Deus, que bom seria/ Se voltasse a escravidão/ Eu pegava a escurinha/ Prendia no meu coração/ E depois a pretoria/ É quem resolvia a questão” (CERQUEIRA;COELHO, 2014, p.2).

É claro que esse trecho não apenas faz referência à coisificação do corpo da mulher de maneira genérica, mas traz de forma transparente sexualização do corpo de mulheres negras e mulatas. Isto é explicado por Gonzalez (1983) como fruto das representações submissas e sexualizadas das mulheres negras na cultura brasileira, reveladas através da figura da mãe-preta, da mulata e da empregada doméstica. As questões levantadas pela autora são ainda muito atuais e não se restringem apenas ao contexto brasileiro. Referindo-se a experiência das intelectuais afro-americanas, Hooks (1995²³ *apud* FIGUEREDO, 2008, p. 472) considera que, “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra

²² Saffioti (2004, p.123) coloca que quase nunca se pensa a dimensão material das ideias, a ideologia é interpretada como pairando acima da matéria. O ponto de vista aqui assumido permite ver a ideologia se corporificando em sentido literal e em sentido figurado. Desta maneira, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai.

²³ HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1984.

que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.”.

Retomando o debate, no Brasil, até pouco tempo debatia-se no meio jurídico se o marido poderia ser sujeito ativo do crime de estupro contra sua esposa, visto que era dever dos cônjuges manter relações sexuais. Apenas em 2009, a partir da sanção da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009²⁴, é que o estupro passou a ser um crime contra a dignidade e liberdade sexual, não importando ser cônjuge ou não. Portanto, pode-se dizer que é somente nos últimos anos que o legislador reconheceu a dignidade e a liberdade sexual como um bem jurídico protegido, “em que toda pessoa humana, independentemente do seu sexo, tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais alheias” (CERQUEIRA;COELHO, 2014, p.4).

A violência doméstica²⁵ e o estupro são alguns elementos importantes que demonstram como o sistema de dominação-exploração da mulher continua vivo e pujante na sociedade brasileira. Com base no Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN), o IPEA desenvolveu em 2011, a primeira pesquisa nacional a traçar um perfil dos casos de estupro no Brasil e revelou que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que, destes casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Os registros do SINAN apontam que 89% das vítimas são do sexo feminino e possuem, em geral, baixa escolaridade. Sendo este tipo de violência praticado 98,2% por uma esmagadora maioria do sexo masculino (CERQUEIRA;COELHO, 2014, p.4). Estes dados assustadores confirmam, o debate que vem sendo feito até aqui.

Sobre a violência contra mulher, de acordo com uma pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo em 2015, 43% das mulheres entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência masculina ao longo de sua vida, “sendo que as violências psíquicas e morais foram as mais prevalentes; seguidas por agressões brandas (tapas e empurrões); ameaças de

²⁴ “Estupro é definido no Código Penal Brasileiro como um crime de ação pública, que consiste no ato de ‘constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso’” (CP, art. 213). Tal tipificação passou a vigorar no Título VI, que trata de crimes contra a dignidade sexual, conforme disposto na Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterando a redação anterior que previa os crimes contra os costumes, cuja ação penal era privada” (CERQUEIRA;COELHO, 2014, p.3).

²⁵ Violência física ou psicológica praticada no núcleo familiar, com o objetivo de manter poder ou controle. Esta pode acontecer por meio de ações ou de omissões e a maioria das vítimas deste crime são mulheres. Até a sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a violência doméstica era julgada com base na Lei nº 9.099/1995, como crimes de menor potencial ofensivo, em que nenhuma medida protetiva era oferecida à vítima, ao passo que nos poucos casos em que o perpetrador era condenado, sua pena se reduzia ao pagamento de cestas básicas. Atualmente existe a Lei Maria da Penha — Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que representou um marco institucional importante neste caminho, pois procurou tratar de forma integral o problema da violência doméstica (CERQUEIRA *et al*, 2015). Há uma grande discussão neste sentido, mas não será trabalhado neste trabalho.

espancamento; espancamento; e ameaças com armas de fogo”. Estes dados revelam que a violência contra mulher, especialmente em suas modalidades doméstica e familiar, é uma realidade latente no Brasil e muitas vezes ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda *per capita*, de distintos tipos de cultura etc. (CERQUEIRA *et al*, 2015, p.15). Além disto, o que precisa ser destacado é que se, por exemplo, na Roma antiga, o patriarca tinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje este poder não mais existe, pelo menos no plano de *jure*. Entretanto, homens ainda continuam matando suas parceiras, “às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo nelas, atirando e as deixando tetraplégicas etc.” (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Durante um longo período até bem pouco tempo (1970-80) essas atitudes eram legitimadas, utilizando-se da tese de legítima defesa da honra que era admitida para inocentar quem assassinava seu cônjuge. Mas após com muitos protestos feministas, tal tese, sem qualquer fundamento jurídico ou de outra espécie, deixou de ser utilizada. Embora o percentual de condenações, continue situado aquém do desejável, visto que o julgamento destes criminosos sofre, é claro, a influência da ideologia patriarcal reinante na sociedade. Se o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições, como já se afirmou, por que a Justiça não seria?

Quase todos o são, tanto homens quanto mulheres, pois todos respiram, comem, bebem, dormem etc., nesta ordem patriarcal de gênero. Se todos são socializados para serem machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista. E embora a realidade brasileira demonstre que há ainda uma grande distância para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, as lutas feministas têm conseguido avançar neste sentido.

1.3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA RAÇA

A raça, como categoria de análise sociológica e como conceito padece de um relativo desamparo de paradigmas, demonstrando um cenário onde nenhuma teoria abrangente e consensual se impõe. Isto faz com que em torno da raça haja uma gama de abordagens que combinam com grande multiplicidade de interesses temáticos. Além disto, destaca-se também uma carga social e histórica nesta palavra, que vem sendo utilizada em termos políticos por aqueles movimentos sociais que tem como pauta de luta a discriminação que os negros sofrem

na sociedade brasileira, sobretudo o Movimento Negro Unificado (MNU) e o movimento feminista negro.

Antes de prosseguir é importante enfatizar que se fala aqui de movimento político de mobilização racial, ainda que este movimento assuma em muitos momentos uma face fundamentalmente cultural. É na década de 1930, que o movimento negro se desenvolve qualitativamente, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926. Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Até o golpe militar de 1964, muitas foram as mobilizações políticas desenvolvidas pelo movimento. Entretanto, o golpe representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que fervilhavam no enfrentamento do preconceito racial no país. Desta forma, o movimento negro, enquanto proposta política, só ressurgiu em 1978, quando um ato público organizado em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, deu origem ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). Os debates propostos por este movimento sobre a discriminação racial culminaram na criação em 1984 do primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais negros, além deste processo ter proporcionado a criminalização da discriminação racial na Constituição brasileira de 1988. (DOMINGUES, 2007, p. 100-101)

Dito isso, cabe inicialmente a pergunta: o que é entendido sobre raça? De acordo com Guimarães (2008) a palavra raça tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia, lembrando que nesta última a raça não é aceita de forma homogênea. Para a biologia, não existe raça humana, isto significa dizer que as diferenças internas entre os seres humanos não são maiores do que as diferenças externas, aquelas existentes entre populações africanas e populações europeias, por exemplo. Isto é, a definição genética de raças humanas, segundo a biologia é impossível para que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, de raça. Portanto, segundo Guimarães (2008, p.65) “a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico”.

Portanto, partindo desse entendimento permite-se afirmar que as raças humanas são uma construção social e que devem ser estudadas pelas ciências sociais, fazendo sentido somente neste campo. Segundo Munanga (2004), assumir que existe raça em termos

sociológicos significa assumir que existe racismo²⁶, sobretudo porque, — embora o termo não exista para os estudos científicos biológicos destinados aos humanos —, ele ainda está presente nas representações coletivas construídas em diversas sociedades contemporâneas.

Dessa forma, Munanga (2004) considera prematuro o abandono do termo, mas ressalta que o mesmo deve ser entendido como uma realidade sociocultural e política, podendo ser usado para dominar e excluir. Em consonância, Guimarães (2001) afirma que a raça quando se refere a humanos é um conceito sociológico e não biológico que expressa uma construção social e que se aplica numa relação social de dominação-exploração, especialmente em que a cor da pele escura e os traços fenotípicos (como nariz largo e cabelo crespo/ enrolado) implicam segregação racial.

Em uma análise mais aprofundada, Quijano (2005) explica que a ideia da raça partiu de uma noção eurocêntrica do mundo, fabricando uma classificação da população sobre o parâmetro racial. O autor explica que os europeus que chegaram nas Américas criaram uma ideia de duplicidade colonizados/ colonizadores, cuja superioridade ou inferioridade era explicada de acordo com características físicas inatas. Desta maneira, a se afirmou também como uma categoria teológica e não científica, que justificou a escravidão sobretudo no Brasil.

É justamente nesse sentido que Guimarães (2008) propõe que a primeira coisa a lembrar quando a discussão é raça, é que esta foi, de fato, utilizada na prática e, durante muito tempo, foi uma categoria de posição social. Segundo o autor, até pelo menos o começo do século XX, esta categoria era totalmente antinatural e, complementa dizendo:

[...] somos uma nação que se formou com a escravidão, e essa escravidão não era uma escravidão generalizada de todos os povos, mas somente daqueles localizados numa determinada parte do continente africano [...] Essas pessoas escravizadas foram chamadas de “africanas” e “negros”; essas foram, digamos, as duas identidades criadas originalmente na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão (GUIMARÃES, 2008, p. 69-70).

Segundo Valente (1995), a justificativa usada pelos países colonialistas para a escravidão negro-africana era de que os negros pertenciam a uma raça inferior, possuíam costumes primitivos, e por isto era necessário que fossem civilizados e cristianizados. A religião católica era imposta aos negros logo que eram embarcados na África ou quando

²⁶ De acordo com Algarve (2005, p.25), o racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial pautado em fatores observáveis, como a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do olho, etc; isto é, está ligado às características físicas. No racismo compreende-se que existem raças melhores ou piores, cuja valoração é pautada em traços fenotípicos.

pisavam na nova terra. O fato dos africanos possuírem costumes diferentes, uma cultura e um modo de vida que continham valores próprios, fez com que fossem vistos como seres inferiores. Diferença nunca deveria ser sinônimo de inferioridade, mas infelizmente foi (e ainda é).

A referida autora afirma ainda que apesar dos agentes escravizados conhecerem bem as tarefas para as quais eram designados, desenvolviam o trabalho sob chicote²⁷. O castigo era fundamental para manter e legitimar a estrutura colonial escravista. Os castigos, as péssimas condições de higiene nas senzalas e a má alimentação oferecida pelos senhores caracterizavam aquele momento. A violência física, sexual e a atribuição de qualidades negativas aos negros e negras faziam parte de um conjunto de instrumentos e técnicas de tortura e castigo para domar e subjugar. E, mais do que a subjugação física, o castigo era importante para fazer com que homens e mulheres escravizados interiorizassem uma ideia negativa de si mesmos (Idem, 1995).

Na medida em que as relações sociais que estavam se configurando naquele momento eram relações de dominação-exploração, as identidades formadas sobretudo em torno do negro e do branco também foram se associando à hierarquia, e aos papéis sociais que cada um deveria desempenhar no padrão de exploração-dominação que se impunha. Isto fez com que o conceito de raça fosse disseminado ao longo da história, como naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Especialmente, inculcando-se a ideia de que os brancos europeus eram superiores, e por isto desempenhavam funções de mando e de exploração, enquanto os negros, compreendidos como naturalmente inferiores, deveriam ter o trabalho explorado garantindo o andamento da economia colonial (CHERFEM, 2014).

Segundo Quijano (2005, p.230), essas identidades produzidas no Brasil foram associadas aos papéis sociais desempenhados na estrutura de controle do trabalho, ou seja, raça e divisão do trabalho foram “estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente”. Havendo desde então, uma imposição sistemática desta divisão: os índios²⁸ e índias, como

²⁷ Ainda que não se tenha o objetivo de aprofundar esse assunto, cabe trazer à tona brevemente que alguns homens e algumas mulheres conseguiam fugir desta situação iniciando, junto a outros escravos fugitivos, a formação dos chamados *quilombos*, local de refúgio dos escravos e escravas. No entanto, não foi a realidade da grande maioria, que não conseguiu participar desta construção e foram escravizados, além de no caso das mulheres, exploradas sexualmente (CHERFEM, 2014).

²⁸ Segundo Cherfem (2014) os primeiros negros chegaram ao Brasil em meados do século XVI. Neste período o Pau-Brasil era o principal produto da época, mas cedeu espaço para o plantio de cana-de-açúcar. O trabalho na cana, contudo, exigia mão-de-obra braçal, permanente e intensiva, a qual era desempenhada pelos índios brasileiros. Porém, segundo os autores em questão, “o índio reagiu de forma marcante, tornando-se ameaça para capitânicas como Espírito Santo e Maranhão, reagindo com fugas, alcoolismo, suicídio, pois estava acostumado a trabalhar somente o necessário para sua sobrevivência, através da caça, coleta e pesca”. Com isso, foram

servos, as negras e negros africanos como escravos e escravas e aos brancos era destinado o mando da administração colonial.

Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. Um novo sistema político se instaurava no Brasil junto de um novo sistema de trabalho livre e assalariado, no entanto, isto não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra, que foi marginalizada. Se os negros e negras foram deixados de lado, quem foram os trabalhadores assalariados? Esta é uma questão importante e que marca de forma peculiar a divisão racial do trabalho no país (IANNI, 1972).

Conforme Ianni (1972), os homens e as mulheres negras que foram por séculos escravizados, não foram de imediato aqueles que passaram a ser os assalariados. Pelo contrário, o governo passou a fazer propaganda para receber estrangeiros, especialmente europeus, para ocupar este trabalho, pagando inclusive o transporte até o Brasil, e após chegar ao país foram distribuídos nas diferentes fazendas de acordo com as demandas de trabalho. Sobre isto, Fernandes (2008, p. 53) também afirma:

A célebre fórmula de Antônio Prado — “trabalho livre na pátria livre”— não só pressupunha que o trabalho livre expulsaria o trabalho escravo, mas ainda, que no regime da livre iniciativa o “branco” iria, fatalmente, substituir o “negro” como agente do trabalho. “Imigração em larga escala, na mais larga escala possível”, eis o fundamento de seu programa como ministro da agricultura (FERNANDES, 2008, p.53).

Percebe-se que esse processo estimulou a chegada de milhões de espanhóis, italianos, japoneses, alemães, sírios e libaneses no país, ao final do século XIX e início do século XX. Ademais, esta imigração passou a contribuir com a tentativa de branqueamento da população brasileira, tal como almejada pelo governo, porque acreditavam que a presença negra impediria o progresso brasileiro. Neste processo, o trabalho assalariado, pago e privilegiado foi associado ao trabalho dos brancos, porque eram considerados capazes de aprender as novas técnicas de produção que se instauravam no Brasil (VALENTE, 1995; FERNANDES; 2008; IANNI, 1972).

A ideia de que os negros e negras tinham maus costumes, más qualidades, eram pagãos e primitivos, passou a ser uma justificativa para que não fossem incorporados às novas relações de produção capitalista. Porque se antes da abolição, era suficiente a coerção exercida sobre os escravos, depois, os negros poderiam ameaçar o monopólio de algumas posições ocupadas pelos trabalhadores brancos, além de serem considerados inimigos

considerados pelos europeus como preguiçosos e passaram a ser explorados de maneira distinta dos negros no processo de colonização (CHERFEM, 2014).

domésticos e inimigos públicos que poderiam causar uma rebelião a qualquer momento. Desta maneira, era preciso criar mecanismos de controle dos negros, que preservassem os privilégios dos brancos, em nome de uma desigualdade natural (VALENTE, 1995).

Em resumo, segundo Fernandes (2008), a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse “a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre” (FERNANDES, 2008, p. 29). Desta maneira, estes se viram convertidos, abruptamente, em senhores de si mesmos, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizá-los nos quadros de uma nova economia competitiva. Para o autor, isto imprimiu à Abolição o caráter de uma “espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 30).

A incorporação dos homens negros e das mulheres negras à sociedade de classes foi tardia e lenta. Fernandes (2008) destaca que se estes tivessem conseguido uma classificação social rápida no seio do sistema de classes emergente, suas relações com os brancos se converteriam, simultaneamente, em relações de classes. Mas não foi o que aconteceu, pois por muitas décadas esta relação foi marcada por relações tradicionalistas e patrimonialistas. Por isto, neste caso, o que se deve enfatizar não é, propriamente, a existência de relações de dominação-exploração, visto que em toda a sociedade de classes existem formas do exercício deste par. Mas a interpenetração entre o regime de classes e formas arcaicas de dominação racial (FERNANDES, 2008, p. 40).

O que também é preciso ressaltar no interior deste debate é que no início do processo de industrialização brasileira, o Estado teve que lidar com a questão dos negros e negras no país, principalmente para manter a ideia de progresso social. Deste modo Guimarães (2001, p. 101) sintetiza o pensamento da época: “não temos mais escravos e agora não podemos mais fazer de conta que o negro livre é caboclo, que o negro livre é índio. Vai ser preciso incorporar agora esse povo, essa raça, nessa nação nova, criar símbolos nacionais”. Então, iniciou-se um movimento de transmissão de uma ideologia da democracia racial que mascarasse o processo de exclusão da população negra.

A ideia transmitida era a de que “a cor é apenas um acidente. Somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; “raça”, então, nem se fala, esta não existe, quem fala em raça é racista” (GUIMARÃES, 2011, p. 101). O uso da ideia de democracia racial, ou melhor, desta forma de interpretar o país, se constituiu em excelente auxílio para impedir, ou para dificultar por muitos anos, o surgimento e a organização, de modo forte e consistente no tempo, de um movimento negro reivindicador de direitos substantivos e não meramente formais (REGO; PINZANI, 2013).

Segundo Guimarães (2008), é apenas a partir de 1978 que surgirá um ator político, o Movimento Negro Unificado, a golpear esse discurso nacional, de forma mais contundente. Ainda que a denúncia da democracia racial como mito, seja de 1964, a repressão política no período militar no país impediu qualquer reação organizada. Desta maneira, cabe a pergunta: por que o MNU irá golpear de forma tão contundente a democracia racial? Segundo o referido autor, porque o movimento reintroduz a ideia de raça, reivindicando a origem africana para identificar os negros, colocando em ênfase os seus antepassados, cultivando sua origem africana e denunciando um passado de escravidão, que ainda traz resquícios, no sentido social, econômico, cultural e político para a população negra.

Para o MNU, um negro, para ser denominado cidadão, precisa, antes de tudo, incorporar a sua raça. Desta maneira, a ideia de raça passa a ser parte do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorreram também na cena cosmopolita, que tornaram este discurso bastante poderoso internamente. Mas o fato é que se introduz de novo a ideia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira (GUIMARÃES, 2008, p.79).

O fato do termo raça, ter uma carga histórica e social muito grande, como demonstrado acima, ao invés de ser deixado de lado, começou a ganhar sentido político. Paixão e Carvano (2008) explicam que há uma persistência na utilização deste termo por parte do MNU e feminismo negro porque para estes movimentos, a raça, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Deste modo, tal ponto de vista entende que a reavaliação da palavra raça, aqui visto em sua estrita variante social e cultural, corresponde, de acordo com Paixão e Carvano (2008):

a um modo de constituição de padrões de solidariedade entre os afetados pelo problema, assim favorecendo sua ação coletiva em defesa da integridade física, legal e/ou territorial; pela adoção de medidas de promoção da qualidade de vida desses contingentes; de resgate positivo da trajetória histórica e cultural de seus ancestrais e; em prol de mudanças de padrões estéticos e simbólicos tradicionalmente atribuídos a essas determinadas características físicas (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p.31).

Nesse sentido, pode-se dizer que o termo raça também possui um sentido político e por tanto não deve ser deixado de lado e nem substituído pela categoria cor. De acordo com Guimarães (2008, p.76), cor não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois “quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação”. Portanto, raça é aqui compreendida da mesma maneira

que classe, gênero e/ou patriarcado, “como categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica (...)” (KERGOAT, 2010, p. 22).

1.4 A CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Diferente dos debates acerca dos conceitos de gênero, patriarcado e raça, a conceituação marxista sobre as classes sociais teve uma enorme influência dentre os intelectuais, proporcionando um certo consenso, que, se não é completo, é bastante generalizado. Desta maneira, quando se menciona a opressão de classe, há um entendimento relativamente homogêneo de que se trata do fenômeno capitalista de exploração/ dominação da classe trabalhadora pelos proprietários dos meios de produção. Os intelectuais não aderem, necessariamente, à teoria marxista das classes, mas a conhecem, o que permite um certo diálogo (SAFFIOTI, 1996)

A partir do entendimento de que as classes sociais são, conforme elaborações de Marx e Engels, produtos da burguesia e a base da sociedade capitalista, pretende-se abordar os contornos do sistema capitalista no Brasil e o produto estrutural do seu desenvolvimento para a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2002). Dando ênfase ao processo de acumulação da riqueza, cuja apropriação privada pela classe dominante remete à classe trabalhadora a condição de explorada, pauperizada, destituída dos frutos de seu trabalho. Havendo, portanto, a acumulação de riqueza por um lado e a pauperização por outro.

Parte-se da compreensão de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais, são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, “entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional” (SILVA, 2010, s/p). Desta maneira, entende-se que categorias fundamentais para explicar a pobreza que grande parte dos trabalhadores brasileiros vivencia na contemporaneidade são: as classes sociais, exército industrial de reserva²⁹, exploração-dominação, desigualdade social e a ausência de um efetivo Estado democrático de direito.

²⁹ O Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção (SILVA, 2010).

Kowarick (1979) afirma que esse processo de pauperização da classe trabalhadora só pode ser plenamente compreendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, processo que o autor denomina de espoliação urbana. Sendo esta espoliação “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresenta como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p.45).

Ainda segundo Kowarick (1979), tanto no que diz respeito ao processo de acumulação capitalista quanto no que se refere à espoliação urbana, o papel do Estado é fundamental. Primeiro porque é quem cria o suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando e agindo diretamente enquanto investidor econômico. Segundo porque é o agente mantenedor da ordem social necessária à realização de um determinado modelo de acumulação. Neste sentido, se os recursos estatais se canalizam em sua maioria para os imperativos da acumulação do capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, há um intenso processo de espoliação urbana e formação de periferias(KOWARICK, 1979, p. 41). Sobre este último processo, Kowarick (1979) coloca:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração do trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1979, p. 41).

Tendo como base essas problematizações acerca dos processos de desenvolvimento e acumulação capitalista, a proposta do presente item é trazer à tona os moldes em que a sociedade de classes se constitui no Brasil, dando ênfase às condições enfrentadas pelos trabalhadores pobres com os processos de mudança e sobretudo para a existência do nó composto por essas relações com gênero e raça. Especialmente porque considera-se que no Brasil a classe trabalhadora não é exclusivamente masculina (HIRATA, KERGOAT, 1994) e tem a formação de classes fundada na persistência das relações sociais do passado colonial escravagista, na qual os negros não só foram incluídos tardiamente ao processo capitalista de produção, como se constituem hoje, grande parte dos trabalhadores mais pobres.

1.4.1 Os moldes da pobreza e desigualdade no Brasil

A desigualdade social no Brasil, caracterizada pela concentração de renda (uma das maiores do mundo) faz parte da história do país, desde a época colonial até a República. Isto significa a abertura de um verdadeiro abismo econômico, social e político entre as classes sociais. O país foi traduzido por Oliveira (2003) como uma estranha combinação de setores altamente desenvolvidos, um setor financeiro “macrocefálico, mas com pés de barro” (OLIVEIRA, 2003, p.5). Ou nas palavras de Schwarz (2003) uma figura muito magra, com uma cabeça enorme (o sistema financeiro), mas que tem pernas extremamente anêmicas (a desigualdade social e a pobreza).

Para prosseguir é importante esclarecer o que se compreende por ser pobre. O critério tradicional de identificação da pobreza tem sido a renda. Mesmo que o estudo da pobreza não se limite a análise da desigualdade social, tal fenômeno sempre se associa a uma renda insuficiente. É evidente que a baixa renda gera uma série de outras privações que segundo Sen (1997) fazem dela um elemento importante a ser considerado em qualquer estudo sobre pobreza. (SEN, 1997, p. 164). No entanto não deve ser o único critério, porque por si só “não diz tudo sobre o nível de bem-estar dos indivíduos” (REGO; PINZANI, 2013, p. 149). Por exemplo:

[...] no caso de um Estado de bem-estar altamente desenvolvido, que oferece quase tudo gratuitamente aos cidadãos (...), uma baixa renda não implicaria necessariamente uma vida sem confortos, na qual as necessidades básicas são satisfeitas. Por outro lado, se o Estado não garante os serviços mencionados, até uma renda relativamente elevada pode não ser suficiente para proteger os indivíduos de riscos normalmente ligados à pobreza (pense-se por exemplo, no sistema de assistência de saúde dos Estados Unidos: uma doença pode levar à falência até mesmo membros da classe média, já que não há praticamente assistência pública gratuita) (REGO; PINZANI, 2013, p. 149).

Dessa maneira, a presença da renda estável isolada, não constitui uma garantia absoluta contra os problemas ligados à pobreza. Ela deve ser percebida tanto do ponto de vista econômico quanto do ético, tanto do objetivo quanto do subjetivo. Rego e Pinzani (2013) colocam que a pobreza se caracteriza por vários elementos, dentre eles a falta de condições básicas para uma vida saudável, o acesso nulo ou irregular à renda derivada de um trabalho irregular, o trabalho infantil e abandono escolar, a exclusão da cidadania etc. Além disto, Sarti (2010) afirma que os pobres são assim caracterizados porque “vivem em bairros periféricos, exercem ocupações com baixa qualificação profissional, estão entre os que têm mais baixa escolaridade, recebem as mais baixas remunerações” (REGO; PINZANI, 2013, p. 2).

Compreende-se, portanto que, os critérios tradicionais para medir a pobreza com base na renda ou na distribuição da riqueza são importantes, mas deveriam ser complementados, em segundo passo, pela consideração de outros fatores como acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada. Além disto, Rego e Pinzani (2013) acreditam que há critérios objetivos a serem considerados na definição de quem é pobre no Brasil, sendo a raça e o gênero fatores importantes. Especialmente porque dados sócios demográficos demonstram que a condição social vivenciada pelos indivíduos é produzida pela combinação entre gênero, classe e raça, especialmente quando relacionado ao acesso a renda, ocupação e participação política.

Neste sentido, os dados recentes sobre pobreza no Brasil (IPEA, 2014) mostram que 57,8% dos homens e 59,1% das mulheres encontravam-se em 2013 na faixa da população em situação de extrema pobreza, de pobreza e de vulnerabilidade³⁰ (em todos os casos, com renda domiciliar inferior a um salário mínimo)³¹. Mesmo que a diferença de 1,3 % seja considerável, quando analisada a distância entre as mulheres brancas e as mulheres negras, esta distância se torna bem mais acentuada. Entre as mulheres brancas, 45,9% estão em condição de extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade, já entre as negras este número chega a 70,9%. Então, não é ideal concluir a partir somente da desigualdade entre homens e mulheres, porque há questões de raça que incidem diretamente neste contexto. “Uma não se sobrepõe à outra; retirar uma ou outra da análise significa perder parte significativa da descrição da realidade” (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Ainda segundo os dados do IPEA (2014), a renda *per capita* média dos domicílios em que o chefe-de-família é homem é 12,3% maior do que os lares chefiados por mulheres, isto sem considerar a raça. Mas quando observados os domicílios chefiados por mulheres, a renda das chefes brancas é 90% maior do que o de mulheres negras. Além disto, a renda da mulher-chefe branca é 66,8% maior do que a renda média *per capita* dos domicílios chefiados por homens negros (IPEA, 2014).

Para que se compreenda os moldes da pobreza no Brasil atual é preciso destacar uma trajetória histórica marcada pela exclusão, inicialmente dos trabalhadores negros, dos

³⁰ “Insegurança e sensibilidade no bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades diante de um meio ambiente em transformação, e implícito nisto sua capacidade de oferecer respostas e de resistir a riscos enfrentados em cada transformação negativa” (MOSER, 1998, p. 3)

³¹ “São números baseados nos dados do Programa Brasil Sem Miséria, que trabalha com as seguintes variáveis e valores para o ano de 2013: extremamente pobres são indivíduos com renda domiciliar *per capita* de até R\$79,12; pobres são aqueles com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 79,12 e menor que R\$ 158,24; vulneráveis têm renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 158,24 e menor que R\$678, valor do salário mínimo em 2013.” (BIROLI;MIGUEL, 2015, p. 25)

trabalhadores rurais e então dos trabalhadores urbanos. Desta maneira, vale lembrar do movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a partir de meados do século XIX. Para Fernandes (2008), o que está em questão é a emergência de um regime de classes que se desenvolveu sem romper com as hierarquias e estruturas sociais do passado colonial e escravista.

Isso implicou num processo social bastante particular que se desenvolveu com uma brutal situação de segregação social, que também deve ser entendida aqui como uma segregação racial, já que, segundo o referido autor, os padrões assimétricos das relações raciais no Brasil foram sendo incorporados ao regime de classes. Em suas palavras : “A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente [os negros], pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social” (FERNANDES, 2008, p. 62).

Tal situação pode ser explicada porque na passagem para o trabalho livre, ao invés de incorporar os negros e negras ao trabalho assalariado, houve um financiamento estatal para receber imigrantes europeus para trabalhar no complexo cafeeiro, que orientou a constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. Segundo Dedecca (2005) este acordo permitiu que a montagem deste mercado se fizesse sem aproveitar a disponibilidade de força de trabalho existente. Enquanto se organizava um mercado de trabalho livre associado à expansão cafeeira, mantinha-se em situação de latência uma grande disponibilidade de população, sobretudo negra.

Observa-se então a forma como a sociedade de classes vai se configurando no Brasil, formando uma classe dominante branca privilegiada, formada especialmente por proprietários de terra. Uma classe média branca formada por imigrantes europeus que veio viver do salário como pagamento de seu trabalho livre. Enquanto, os negros (e pardos) se veem excluídos deste processo, pois só começam a ser incorporados décadas após a abolição, especialmente no período da industrialização (FERNANDES, 2008, p.65).

Sobre o período de industrialização, Pochmann (2012), afirma que o Brasil assume uma nova forma de inserção na economia mundial passando do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial, inicialmente pela substituição de importação por produção doméstica e, posteriormente, pelo movimento de internacionalização da produção de bens e serviços. É quando o mercado de trabalho torna-se nacional e o assalariamento passa a ser predominante no conjunto das formas de uso da força de trabalho no país. É um momento relacionado à evolução geral do trabalho, que transcorreu durante a

Revolução de Trinta (1930) até o início do último governo da ditadura militar (1980) (POCHMANN, 2012, p. 39).

Nesse contexto de industrialização, ainda que a predominância da renda interna advinda do processo industrial só se concretize no Brasil mais especificamente em 1956, — momento em que pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura —, Oliveira (2003) destaca que este processo mediante o qual a posição hegemônica se concretiza é crucial. Visto que se instaurava no país uma nova correlação de forças sociais, a reformulação da ação do Estado com a regulamentação do trabalho ou do preço do trabalho e políticas de proteção aos trabalhadores formais. Em resumo, tratava-se de introduzir um novo modo de acumulação diferente, que dependia substantivamente de uma “realização parcial interna crescente” (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Nesse conjuntura ocorrem grandes transformações econômicas e sociais, tendo como pilares a modernização econômica e o aprofundamento de um processo de urbanização caótico (SILVA; YAZBEK, 2012, p.12). Caótico porque com o desenvolvimento da indústria e urbanização no Brasil, há a saída de um grandioso número de trabalhadores e trabalhadoras do campo em direção às cidades, sobretudo as mais desenvolvidas em termos industriais. Entretanto essas cidades não estavam preparadas para receber tantas pessoas, o que contribuiu para a formação de bairros periféricos, sem o mínimo de infraestrutura. De acordo com Mello e Novais (1998):

Migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas! (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581)

Sobre isso Kowarick (1979) coloca que a distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes das cidades, espelhando em nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. Desta forma, surge no cenário urbano o que passou a ser designado de periferia: “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p. 40)

Nesse sentido, é necessário perceber o que esse movimento “de uma sociedade abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência da grande cidade” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 586) representou para os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Mello e

Novais (1998, p. 586), esta transição trouxe um movimento de melhoria de vida para uma parte da população. Porque passar a trabalhar na indústria ou nos serviços organizados era considerado um avanço, já que representava o acesso aos direitos trabalhistas, garantidos pela legislação. Porém ao mesmo tempo em que, de alguma forma muitos trabalhadores ascenderam socialmente com a urbanização, uma grande parcela de trabalhadores ainda estava, na década de 1980, mergulhada na pobreza “absoluta” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 599).

Segundo Rego e Pinzani (2013) nos anos 1950 e 1960, os índices de crescimento econômico do Brasil estiveram entre os maiores do mundo e isto coloca em questão a natureza do crescimento econômico ocorrido no Brasil no período da industrialização. Porque tal processo de modernização econômica foi desprovido de um projeto democrático substantivo, o que possibilitou a permanência da pobreza em níveis muito altos. Este processo evidencia a insuficiência profunda do “crescimento econômico como modo de inclusão dos habitantes de um país no mundo dos direitos e da herança civilizatória da humanidade” (REGO; PINZANI, 2013, p. 146).

De acordo com Silva e Yasbek (2012, p.16) esse período não proporcionou o desenvolvimento de um movimento de homogeneização social, vivenciado pelos países desenvolvidos no segundo pós-guerra. Ao contrário, no caso brasileiro aprofundaram-se as desigualdades sociais fazendo do Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Em consequência, não ocorreu a universalização dos direitos sociais básicos, nem mesmo a adoção de uma educação de qualidade, o que contribuiu para o atraso econômico e social no Brasil, com repercussões ainda vivenciadas (SILVA; YASBEK, 2012).

Também é preciso destacar que, especialmente entre 1950 e 1980, segundo Hasenbalg *et al* (1999) a desigualdade social acentuada, também tinha como característica uma grande diferença salarial por ocupação e também forte desnivelamento educacional entre brancos e negros. O rendimento médio dos profissionais liberais, maior parte homens brancos, era vinte vezes maior do que o do trabalhador negro. Aos negros e mulatos, analfabetos ou semianalfabetos, com cerca de dois anos de estudo, era destinado principalmente o trabalho na agricultura, mas também havia os trabalhadores manuais que trabalhavam por conta própria no setor informal urbano, como os ambulantes e, no caso das mulheres negras, o emprego doméstico (HASENBALG *et al*, 1999).

No outro extremo, havia ainda os empresários, empregadores e os trabalhadores não manuais, na maior parte homens brancos. Os proprietários de terra eram 0,7% da população e exclusivamente homens brancos. Os negros se mantiveram, sobretudo, na classe proletária

devido ao aumento da demanda de trabalho nas indústrias a partir de 1950. Alguns chegaram à classe média e muito poucos nas classes altas, especialmente os profissionais liberais com prestígio social. De qualquer maneira, o que vale reter é que os negros e negras, na sua imensa maioria, ficaram segregados a lugares especificamente reservados a eles numa sociedade que se configurou na estrutura de classes (IANNI, 1972).

Já os trabalhos de escritório foram destinados às mulheres brancas que estudaram. Em geral, as mulheres brancas e negras tiveram pouca participação na classe operária industrial no Brasil, quando comparadas aos homens. Em 1900 cerca de 45,3% da força de trabalho brasileira era feminina, no entanto com o processo industrial instaurado no país a participação feminina caiu para apenas 15,3% da população economicamente ativa. Como já foi apontado, com a separação da produção da esfera doméstica, as mulheres prioritariamente foram designadas para ocupar o lugar da reprodução (esfera doméstica), e os homens para a produção, ao mesmo tempo em que começou a crescer a ideologia da natureza feminina de esposa e mãe (ALVES, 2013).

A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro só volta a aumentar a partir da década de 1970. O enfrentamento ao discurso conservador de que existia um destino natural para a mulher (ser mãe e esposa), era uma das principais pautas do Movimento Feminista Brasileiro neste momento e isto de alguma forma trouxe ganhos significativos para o sexo feminino (SAFIOTTI, 1976, p. 242). Entretanto, para além de conquistas sociais do Movimento, segundo Antunes (1995) o aumento dos percentuais do trabalho feminino está vinculado ao processo de precarização do trabalho sobretudo na década de 1990:

Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos domésticos subordinados ao capital (ANTUNES, 1995, p. 45).

Esse período foi marcado por um contexto de crise externa do capitalismo que se inicia em 1973, com a crise do petróleo³² e se aprofunda nas décadas subsequentes. A mudança da

³² Em resumo, na década de 1970 descobriu-se que o petróleo é um recurso natural não renovável. Tal descoberta fez o preço do produto triplicar. Entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa e desestabilizando a economia por todo o mundo. Este momento coincide com o fim do milagre econômico ocorrido na ditadura militar no Brasil. A crise do

economia mundial, partindo pela cobrança das altas taxas de juros, sufocou os países tomadores de empréstimos (sendo o Brasil um deles). Especialmente a política do dólar forte dos Estados Unidos que, com o aumento das taxas de juros, arruinou a economia brasileira nos anos de 1980. Leva o país a um processo de estagnação econômica acompanhada de inflação, sendo denominada de década perdida devido a avassaladora escalada inflacionária e imposto progressivo ao qual estava imerso o país. Neste sentido, para Lacerda, *et al* (2010, s/p) “a crise da dívida externa desestruturou profundamente a economia brasileira e conduziu o país à hiperinflação”.

Com a crise da dívida externa, o país optou por adotar programas de ajustes macroeconômicos, o que provocou uma forte estagnação da economia e uma intensa diminuição dos postos de trabalho. Para Pochmann (2008) o país rompeu com a estruturação do mercado de trabalho que havia sido inaugurada nos anos 1930 e que até a década de 1980 estava trazendo resultados positivos para o país, como: expansão dos empregos assalariados com registro formal, e, portanto, a diminuição do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração ou por conta própria (POCHMANN, 2008, p. 62).

Primeiramente, com a presidência de Collor (1990-1992) e, depois, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), é possível destacar algumas transformações no Brasil a partir da década de 1990. Destaca-se, por exemplo, a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, a queda na taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia, o que propiciou maior liberdade para a entrada de mercadorias e de investimentos externos, derrubando assim, muitas barreiras protecionistas. Além da privatização intensa onde uma grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro passou do setor produtivo estatal para o capital privado, em especial para transnacionais, decorrente do significativo processo de privatização dos anos 1990 (ANTUNES, 2012, p. 62).

Ocorre, dessa forma, o esgotamento do padrão centrado na industrialização e a incorporação de um projeto político e econômico neoliberal³³, que articulado a forma de

petróleo que barrou os altos índices de crescimento do Brasil foi fundamental para a sociedade civil começar a se rebelar contra o regime militar no país, fazendo aumentar as críticas e transparecer os abusos que o governo encobria ao longo dos anos com a máscara do crescimento nacional (ANTUNES, 2012).

³³ Desde os anos 1980, o termo neoliberalismo vem sendo utilizado para se referir a um novo tipo de ação estatal, a uma nova configuração da economia, a um novo tipo de pensamento político e econômico, que guarda algumas relações com o liberalismo clássico, ao mesmo tempo em que apresenta um certo número de inovações. Suas principais características são bem conhecidas. Dentre elas, destacam-se a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (de trabalho e financeiro), e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais — tais como saúde, educação e previdência social — para o setor privado. Estas medidas concretas contribuíram para difundir a tese do Estado mínimo e “enxuto” (GALVÃO, 2008, p. 2).

acumulação flexível³⁴, incentivou a privatização e as desregulações desde a economia até as relações de trabalho, desde o mundo financeiro até as leis fiscais (ANTUNES, 2012, p. 61). A partir da década de 1990, verifica-se o alinhamento do Brasil ao movimento geral da globalização financeira e a implementação de um conjunto de reformas no país.

Segundo Druck (2011) essas profundas alterações diante das exigências do mercado mundial sob comando do capital financeiro gerou um novo modo de trabalho e de vida, agora flexibilizado e conseqüentemente, precarizado. Houve um crescimento da esfera financeira, que contaminou as práticas produtivas e os modos de gerir o trabalho e ainda, um modelo pautado em uma reconfiguração do Estado, que passa a defender a desregulamentação dos mercados, em especial o de trabalho e o financeiro, assumindo o papel de “gestor dos negócios da burguesia” (DRUCK, 2011, p. 40). É esperado que estas mudanças ultrapassem o espaço estritamente econômico e avancem para todos os âmbitos da vida social, transformando todo o universo dos trabalhadores, inclusive trazendo muita instabilidade e insegurança aos mesmos.

O número de operários manuais fabris também diminui, já que nesse novo processo, há uma inovação comercial e tecnológica muito grande que vem substituindo a mão de obra por aparelhagens informatizadas. O que por um lado pode ser considerado um avanço na qualidade do trabalho, uma chamada “intelectualização do trabalho social” (ANTUNES, 1995, p. 50), por outro lado traz a desqualificação e/ou expulsão de uma gama de trabalhadores do mercado de trabalho gerando para a classe trabalhadora a oscilação e instabilidade:

Entre os trabalhos temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da ‘economia informal’, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial (ANTUNES, 1995, p. 52).

No Brasil parcelas significativas da população brasileira sempre estiveram na aleatoriedade e insegurança do mercado de trabalho informal e, a pobreza nunca deixou, muito pelo contrário, de compor a paisagem brasileira. Porém, para Telles (2004) o trabalho assalariado, direitos sociais, proteção social, operavam como referência, e é “nisso que se

³⁴ Instauração de um novo sistema econômico, definido por Harvey (1992) de “acumulação flexível”. Diferente do sistema fordista que levou à saturação da produção em massa, este novo leva a uma crescente diferenciação dos produtos. E produtos diferenciados exigem uma forma de produzir diferenciada e flexível, e, unidades de produção menores e mais flexíveis. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

alojava sua força estruturada no mundo social”. Além disto, Pochmann (2012) também coloca que o Brasil, como um país periférico, sempre apresentou taxas consideradas altas de desemprego e de informalidade, mas ainda era considerado um país cuja economia estava “protegida” da concorrência internacional, tendo conseguido construir um mercado de trabalho estruturado para algumas categorias de trabalhadores assalariados que por sua vez, garantia um poder de negociação e conquistas relativo.

No que se refere à informalidade brasileira, na década de 1990, o Brasil apresentou um número aproximado de 12 milhões de trabalhadores pertencentes ao setor informal — e, portanto, sem carteira assinada — subindo para 36,3 milhões em 2002 (IBGE, 2000). Todos os fatores aqui explicitados justificam o aumento elevado nas taxas de desemprego. No entanto para Gomes (2002) os principais elementos para esta elevação foram a abertura econômica ao comércio exterior e o baixo crescimento que modificaram a estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Com esse cenário de precariedade, após a reestruturação produtiva, aumentaram também as desigualdades raciais no mercado de trabalho. Chérifem (2014) observa que de maneira geral tanto trabalhadores brancos quanto negros foram afetados pelo desemprego. Mas, os empregos estáveis que restaram eram reservados aos brancos. Enquanto, no outro extremo, os negros, ao lado das mulheres, foram relegados aos trabalhos precários e de forte fragilidade do vínculo empregatício. Observa-se que a flexibilização possibilitou um aumento de postos de trabalhos para os negros, mas estes espaços foram os mais atingidos pela precarização.

Além disso, o aumento da desigualdade e da pobreza durante esse período, segundo Montali (2006), fez com que aumentasse a importância da participação das mulheres no mercado de trabalho, sejam elas cônjuges, ou chefes de família, na tentativa de “conter o empobrecimento da família”, em outras palavras, na tentativa de aumentar a renda familiar. De acordo com um levantamento de dados do IBGE (1960-2009) realizado por Vieceli (2011) a taxa de participação feminina no mercado de trabalho em 1960 era de 17,9%, passando para 52,66% em 2009 (VIECELI, 2011).

Os dados sobre o crescimento da participação feminina são analisados também em consonância com as conquistas do Movimento Feminista, sobretudo incorporadas à Constituição de 1988, que proporcionaram uma maior escolaridade feminina e menores taxas de fecundidade. Contudo, um ponto importante a ser levado em consideração é o contexto econômico (precarização, desemprego) em que essas mulheres ingressam maciçamente no

mercado, especialmente em ocupações precárias³⁵, se comparadas às do sexo masculino³⁶ (MONTALI, 2006, s/p). São ocupações como empregos domésticos e faxina, ocupações consideradas improdutivas³⁷ e, portanto, desqualificados e desvalorizados (VIECELI, 2011, p. 10).

Nesse sentido, a partir da década de 1990, fica evidente o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas atividades formais quanto nas informais, bem como um considerável avanço no setor de serviços. Além disto, há também uma bipolarização dos empregos femininos, ou seja, de um lado cresce o número de mulheres exercendo profissões intelectuais e valorizadas, e de outro lado cresce as mulheres presentes em atividades domésticas, pouco qualificadas e tradicionalmente femininas. Este fator exacerba ainda mais as desigualdades sociais e demonstra que além das desigualdades entre homens e mulheres, existem também desigualdades entre as próprias mulheres (HIRATA, 2011, p. 15).

Nesse panorama o que precisa ser considerado é que se atualmente para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para sua autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação, para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve em patamares desvantajosos (SILVA, 2013). O trabalho doméstico, segundo Sanches (2011), se configura como uma importante porta de entrada para essas jovens, especialmente nas situações de crise e nos mercados de trabalho desestruturados e com escassa oferta de postos de trabalho.

Dessa forma, o trabalho doméstico no Brasil é caracterizado pela grande presença de mulheres negras, pela informalidade e pela precariedade salarial. Conforme afirma o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando-se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de

³⁵ “As possibilidades de expansão de sua inserção no mercado de trabalho são, principalmente, em ocupações precárias, tais como assalariadas sem carteira assinada, emprego doméstico, autônomas e trabalhadoras familiares, que oferecem baixos rendimentos” (MONTALI, 2006).

³⁶ Apesar de Montali (2006) apontar que os chefes masculinos e filhos adultos, a partir da década de 1990, sofreram profundo processo de precarização do trabalho.

³⁷ Para Marx, a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo não se radica no fato de serem necessários ao capital – ambos o são – mas sim nas distintas funções sociais que exercem: o primeiro produz mais-valia, o segundo não o faz. Considerando que o significado de mais-valia seria a diferença entre o salário recebido por um funcionário e o valor do trabalho que produziu. Portanto um trabalho improdutivo, para Marx, seria aquele cujo valor não pode ser contabilizado em termos monetários. (MARX, 1985 apud LESSA, 2000).

contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência (DIEESE, 2005 p.5).

Para essas últimas, embora tenham havido diversas mudanças no que se refere ao trabalho doméstico³⁸ alguns aspectos ainda continuam iguais. Se no passado a mulher negra, mesmo após a escravidão continuou trabalhando nas casas das famílias brancas, realizando o serviço doméstico, o trabalho doméstico remunerado ainda emprega 6.731.197 pessoas, das quais 94% são mulheres, dentre estas, 61% são negras e 39%, brancas (SANCHES, 2011). Ou seja, o trabalho doméstico ainda é realizado em sua maioria por mulheres negras, como afirma Bento (1995) “o lugar destinado à mulher negra na sociedade brasileira é, ainda, a atividade doméstica”. É a partir da figura da mucama que é engendrada a doméstica, com frequência articulando relações de classe, gênero e raça, agravadas pelas condições históricas de escravidão de ingresso de negros e negras na história do país.

O que vale destacar, segundo Sanches (2011) é que o trabalho doméstico está entre as ocupações mais precarizadas, com níveis de remuneração muito baixos e frequentemente com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. Além disto, os direitos das trabalhadoras domésticas só passaram a ser equivalentes aos direitos do conjunto dos trabalhadores em 2013 com a chamada PEC das domésticas³⁹, e ainda assim muitas vezes não são cumpridos, uma realidade que não é somente brasileira.

Ainda de acordo com Sanches (2011) os rendimentos das trabalhadoras domésticas, no Brasil, equivaliam a apenas 40, 2% da média dos rendimentos de todas as pessoas que tinham uma ocupação em 2007. Na comparação, as trabalhadoras domésticas negras recebem ainda menos: somente 38,2% da média dos ocupados do país. Para o conjunto das domésticas, os rendimentos situam-se muito próximos ao salário mínimo como pode-se verificar na tabela 1.

³⁸ O trabalho doméstico remunerado é de acordo com Sanches (2011, p.95) “afazer realizados por uma pessoa em troca de remuneração (em dinheiro ou espécie, como ainda é corrente em várias partes do mundo). Estes afazeres compreendem o cuidado com o lar, o que envolve a realização de um grande e variado conjunto de atividades: serviços de limpeza, arrumação, cozinha, cuidado das roupas e outros itens de vestuário e, em muitos casos, cuidado das crianças, idosos ou mesmo plantas e animais domésticos”.

³⁹ A PEC 77/2013 que ficou conhecida como PEC das Domésticas, tem como objetivo central a alteração do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal com o objetivo de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Outros critérios como a definição da jornada de trabalho, o pagamento de adicionais por serviços desempenhados em período noturno ou durante viagem a pedido do patrão ainda precisavam de definições legais. Ainda neste grupo de determinações que permaneciam pendentes estava a definição de quando o vínculo empregatício se tornava obrigatório, a proibição da contratação de menores de 18 anos como empregados domésticos e o controle de ponto.

TABELA 1 – Salário mínimo e rendimentos do trabalho doméstico feminino, segundo cor/raça (1996/2007)

Rendimento real mensal da ocupação principal	Renda média mensal (em R\$)		Rendimento das domésticas sobre o rendimento dos ocupados
	1996	2007	%
Rendimento dos ocupados	843,72	820,92	100
Do total das trabalhadoras domésticas	301,79	329,87	40,2
Das trabalhadoras domésticas brancas	329,39	355,65	43,3
Das trabalhadoras domésticas negras	279,19	313,34	38,2
Salário mínimo real	187,53	380,00	-

Fonte: IBGE.PNAD. In: PINHEIRO *et al.* Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília, 2008. Elaboração da autora.

Embora apresente crescimento constante desde os anos 1990, a porcentagem de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada ainda estava atingindo os 30% para as mulheres brancas e, para as negras, ainda se situava em 25,2%, segundo a PNAD de 2012. Esta situação, aliada à baixa contribuição previdenciária das domésticas que trabalham como autônomas (GUIMARÃES, 2008), reforça a situação de desproteção social em que vivem estas trabalhadoras.

Mas, o cenário de igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais propostos pela PEC das domésticas em 2013, pode vir a indicar melhorias para o futuro dessas trabalhadoras. Outras questões foram propostas a partir dos anos 2000, especialmente com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que começou com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e seguido por Dilma Rousseff (2010-2016) a primeira presidente mulher da história do país.

Nesse sentido, se instaura no Brasil um momento diferenciado, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Há a volta do crescimento econômico, especialmente a partir do governo Lula (2003-2010), e uma considerável diminuição do desemprego e da informalidade, se comparados à década de 1990. Segundo Druck (2011), no período de 2001 a 2009 o crescimento das taxas que dizem respeito a pessoas ocupadas com remuneração foi de 26%, enquanto que o trabalho com carteira assinada, empregos públicos ou militares cresceu em torno de 44%. Sobre isto Pochamnn (2009) afirma que a maior parte dessts ocupações com carteira assinada foi criada no setor de construção civil e serviços, tendo remunerações entre 1 a 3 salários mínimos.

Além das taxas de informalidade terem decaído, nesse período, o que também merece atenção são alguns elementos que as taxas de trabalho informais entre brancos e pretos ou pardos trazem. O Gráfico 1 revela de início que os pretos ou pardos estão mais presentes em trabalhos informais quando comparados aos brancos. No entanto, se for atentar para as distâncias entre pretos ou pardos e os brancos, percebe-se que a distância em 2004 representava 15,7%, e em 2014 passou a ser 13%. Isto mostra que as taxas de informalidade decaíram mais entre os negros ou pardos cerca de 14,3% de 2004 para 2014 e entre os brancos foi uma queda de 11,7%. (IBGE, 2004/2014)

Gráfico 1. Proporção de pessoas de 16 anos de idade ou mais ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por cor ou raça — Brasil— 2004/ 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014

Nota: Não houve pesquisa em 2010

É uma realidade que merece atenção, visto que durante o governo PT houve um maior desenvolvimento de políticas públicas de combate ao racismo e de ações afirmativas⁴⁰, que começaram a agir em torno de variadas questões como: trabalho, educação, saúde, diversidade

⁴⁰ Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA), essas ações “são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.”

cultural, direitos humanos, dentre outros. Alguns marcos legais já haviam sido propostos no sentido de denunciar a discriminação racial, como nos tratados internacionais, tais como “disposto no Artigo II, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU de 1965”. Outro marco legal importante foi o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) em 1996 e seis anos depois o PNDH II (2002), que prevê a elaboração de estratégias de combate às desigualdades raciais.

No entanto, foi em 2009 que o governo brasileiro deu um passo fundamental para a efetivação de políticas de igualdade racial, com a aprovação do Decreto 6.872, conhecido como Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) que indica ao Estado as metas para superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, por meio da adoção de ações afirmativas associadas às políticas universais. O primeiro eixo desta política fala sobre “Promover a inclusão e a igualdade de oportunidades e de remuneração das populações negra, indígena, quilombola e cigana no mercado de trabalho, com destaque para a juventude e as trabalhadoras domésticas;”(MEDEIROS, 2011). Apesar destas ações apontarem um caminho de mudanças, ainda há um caminho extenso pela frente sobretudo porque ainda há uma concentração de riqueza assustadora entre os brancos no Brasil, que será demonstrado mais à frente.

Retomando o debate, a conjuntura de grande desemprego passa a ser revertida a partir de 2003, com o incremento dos postos de trabalho e emprego com carteira assinada, além da elevação das remunerações do trabalho, com o aumento do salário mínimo. De acordo com Silva e Yazbek (2012), o Governo de Luiz Inácio, beneficiou-se de uma conjuntura internacional favorável do ponto de vista do saldo da balança comercial e de pagamentos o que repercutiu positivamente no comportamento do PIB brasileiro e conseqüentemente na geração de novos postos de trabalho no segmento formal da economia.

Conquanto, o legado deixado pela década anterior da mercantilização da força de trabalho gerou um mercado heterogêneo, segmentado, vulnerável, precário e flexibilizado, onde as taxas de desemprego e as formas de ocupação ainda, mesmo que inferiores a década de 1990, revelam uma grande precarização social nos dias atuais (DRUCK, 2011, p. 45). Como já alertava Pochmann (2008), a “estruturação”, ainda que incompleta, do mercado de trabalho no período da industrialização foi rapidamente destruída no período de 1990, o que traz para reflexão até que ponto estas melhorias alcançadas nos anos 2000 conseguirão se manter ou continuar avançando (POCHMANN, 2008, p. 78).

Pochmann (2008) parecia prever que o ajuste fiscal e o desemprego voltariam a caracterizar o cenário econômico do país, visto a situação recente vivenciada no Brasil, a

partir do início de 2015. Segundo Pochmann (2015) este panorama se refere ao corte no gasto público que contrai o nível de atividade da economia, reduzindo a arrecadação de impostos, taxas e contribuições. Este processo exige a contenção de despesas públicas e como consequência, há uma retração simultânea no nível de produção e na arrecadação governamental. O que gera recessão, crise fiscal, ajuste fiscal e interfere nas configurações do mercado de trabalho com a perda de postos de trabalho.

Para o referido autor esses são reflexos da trajetória do mercado de trabalho significativamente modificada a partir da década de 1990. Na qual, não apenas o desemprego voltou a crescer rapidamente, como o salário médio dos ocupados perdeu poder aquisitivo nos primeiros sete meses de 2015, decaindo 4,7%, enquanto a taxa de desemprego subiu 41,5%. Pela intensificação do desemprego nestes primeiros meses, o ano 2015 se apresenta como o terceiro momento temporal de ajuste econômico mais grave observado nas últimas três décadas (POCHMANN, 2015).

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) houve uma crítica aos modelos neoliberais anteriores, no entanto, Gonçalves (2012) acredita que o “novo desenvolvimentismo” instaurado no país, foi um “novo” pouco diferente das outras formas de liberalismo já mencionadas. A diretriz estratégica desse novo desenvolvimentismo, segundo o autor é associar o crescimento econômico com menor desigualdade, havendo um destaque para reformas das instituições, principalmente a maior eficácia do governo e a maior eficiência dos mercados (GONÇALVES, 2012).

Dessa maneira, no que se refere ao papel do Estado em relação à proteção social, o chamado novo desenvolvimentismo, focaliza sua atenção nas camadas mais pobres. Sendo criado, no governo do então presidente Lula (2003-2010) o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF)⁴¹, que consistiu não apenas na unificação dos programas de

⁴¹ Instituída pela Medida Provisória nº 132 de outubro de 2003, o PBF é um programa federal de transferência de renda destinado às famílias em situação de extrema pobreza, isto é, são alvos do programa as famílias em que a média de renda entre todos os membros da família não ultrapasse os R\$170,00 mensais. Caso a renda mensal da família ainda seja inferior a R\$ 85,00 por pessoa, a família poderá receber um auxílio extra. Além disto, é necessário comprovar que as crianças estão estudando, no período apropriado e se estão com a carteira de vacinação em dia. Estes dois critérios são mandatários para que o benefício continue sendo pago, caso uma família não cumpra alguma destas obrigações, o benefício é cortado até que a situação seja regularizada. Ademais, no governo de Dilma Rousseff (2010-2016), o PBF passou a integrar o Plano Brasil sem Miséria e teve algumas mudanças. A primeira é o aumento de três para cinco benefícios variáveis para os adolescentes e a outra é a criação de mais dois benefícios variáveis: — o variável para gestante (BVG) e para nutrízes (BVN). Recentemente, o governo Dilma criou o Brasil Carinhoso, prometendo assegurar às famílias mais pobres com crianças de 0 a 6 anos um piso de no mínimo R\$70,00, já que muitas famílias não atingiam esta meta, mesmo com os recursos do PBF (ALMEIDA, 2013).

transferência de renda já existentes, como também em uma expansão significativa da cobertura do mesmo, que passou a atingir mais de 14 milhões de famílias.

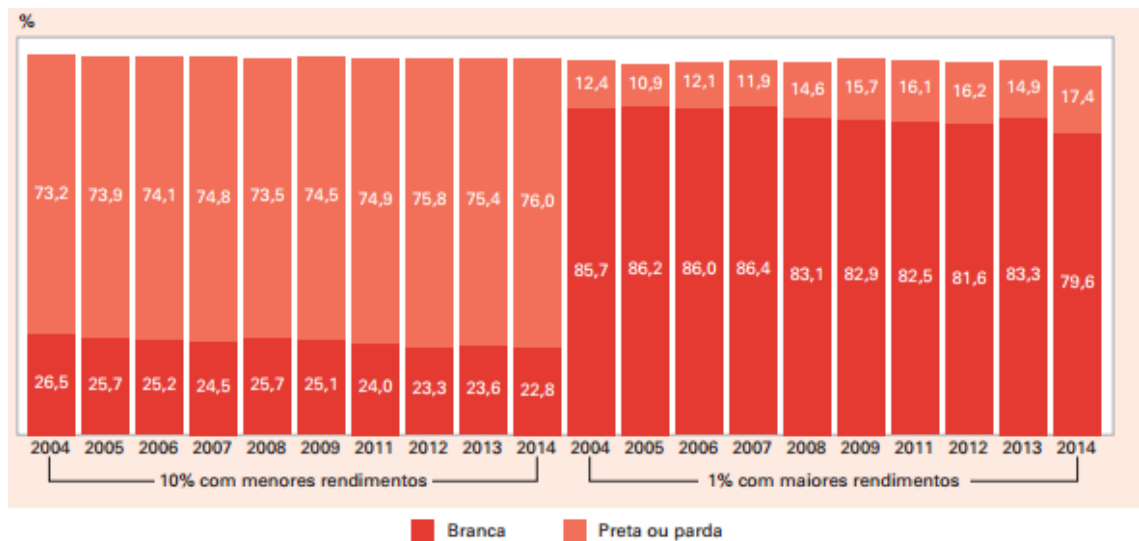
Nesse sentido, Mota (2012) afirma que esse período foi marcado pela mediação do mercado e pelo crescimento econômico induzido pelo Estado. Além disso, o governo atendeu a alguns interesses das classes subalternas, ao mesmo tempo que assegurou a hegemonia das classes dominantes. Nesse sentido, a referida autora coloca que,

Se do ponto de vista prático estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital (MOTA, 2012, p. 37).

Para Mota (2012) não se pode desconsiderar que esse período propiciou importantes avanços sociais, sobretudo a partir da incorporação de algumas reivindicações feitas por movimentos sociais e a ampliação do acesso à renda e ao consumo. No entanto, não foi capaz de gerar transformações na estrutura social ou na base de reprodução do capital. Segundo Silva (2010) há um certo consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos de variados matizes ideológicas e partidárias, que a pobreza no Brasil ainda é marcada por extrema desigualdade social e profunda concentração de renda.

Essa situação coloca o Brasil entre os países mais desiguais do mundo, apesar do declínio desse índice a partir de 2004. O país ainda continua numa posição internacional desfavorável, inclusive em relação a outros países em mesmo estágio de desenvolvimento, como os da América Latina. Ainda que tenha sido incluído entre o grupo de países com alto desenvolvimento humano, desde 2007, em 2010 ainda estava em 73º lugar (SILVA, 2010). Ademais, pode-se observar segundo o gráfico 2 que além de uma concentração de renda exacerbada, há uma concentração de renda entre a população branca alarmante. Mesmo tendo havido alguns avanços para os negros e pardos no país, não alteraram substancialmente a estrutura de distribuição de rendimentos sob a ótica da cor ou raça da população.

Gráfico 2- Distribuição das pessoas de 10 anos de idade ou mais com rendimento entre os 10% com menores rendimentos e o 1% com maiores rendimentos, por cor ou raça- Brasil- 2004/2014



Fonte: IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015.

A partir disso, há um reconhecimento de que a elite branca do Brasil ainda vive num padrão que se iguala aos países com maior desenvolvimento humano, enquanto as condições de vida dos mais pobres se igualam aos vividos em países de baixo desenvolvimento, registrando-se a manutenção de índices elevados de concentração de renda, e de propriedade de terra, entraves estruturais para o desenvolvimento da pobreza no Brasil e a constituição de um mercado de trabalho estruturado e inclusivo (SILVA; YAZBEK, 2012).

Sobre isso, Souza (2009) acredita que o grande drama histórico brasileiro consiste na “constituição da reprodução de uma sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir ‘gente’ de um lado e ‘subgente’ do outro” (SOUZA, 2009, p.24). O que equivale a dizer que há uma desumanização de parte da população, considerada menos humana por outra parte. Ademais, o referido autor chega a uma conclusão sobre a realidade no Brasil:

Em vez da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, numa sociedade perifericamente moderna como a brasileira, nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas. (SOUZA, 2009, p.25)

É inegável, que nos últimos 13 anos, o Brasil conseguiu alguns avanços econômicos, políticos e sociais. Entretanto a pobreza e a desigualdade social acentuadas continuam sendo os grandes desafios da sociedade brasileira do século XXI. Como foi possível evidenciar, o

Brasil, sempre conviveu com um grande contingente populacional à margem da sociedade, que nunca se inseriu no trabalho formal nem participou da “sociabilidade ordinária” (SILVA, 2010, s/p). Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações no Brasil.

Dessa forma, tem-se segundo Silva (2010), uma sociedade marginalizadora tanto do ponto de vista econômico quanto social que tem constituído massas de trabalhadores autônomos ou assalariados com baixos rendimentos que os levam a uma vida precária e sem proteção social. Segundo a referida autora, a pobreza no Brasil tem raízes na formação sócio histórica e econômica do país e, “aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano” (SILVA, 2010, s/p)

Nessa direção, se verifica que o crescimento econômico que o país experimentou em vários momentos de sua história, aconteceu sem uma distribuição de renda efetiva. Furtado (2002, p.21), afirma : “[...] o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada”. Para a sustentação desta política de desenvolvimento, no entanto, é necessário que o Estado brasileiro se configure como um Estado democrático de direito. O que tem se configurado uma realidade distante, visto que se vivencia um contexto de capitalismo mundializado, que combina desemprego estrutural com liberalização da economia e flexibilização dos direitos sociais, no qual há uma gama de trabalhadores mal remunerados, sem as condições mínimas de proteção social e trabalhista (ALMEIDA, 2013).

Com todas as problematizações realizadas até aqui, é possível afirmar que as opressões são múltiplas (gênero, raça e classe) e bastante complexas, o que torna difícil a compreensão adequada das desigualdades sociais contemporâneas através de uma variável isoladamente. Além disto, percebeu-se que estas relações são compostas por uma gama de fatores complexos e históricos, que não puderam ser mensurados em sua totalidade, visto a extensão de debates em torno delas. Contudo o objetivo maior era demonstrar o quanto a realidade se modifica quando gênero, raça e classe são articuladas e analisadas conjuntamente, fazendo com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos.

Em específico, era trazer à tona que as mulheres sofrem a dominação-exploração de uma ordem patriarcal de gênero, independente da classe social que ocupam e da raça que as descreve, mas evidentemente “as identidades de raça e de classe criam diferenças em qualidade de vida, status social e estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum

que as mulheres partilham” (HOOKS, 1984, p. 4). Como é o caso das mulheres negras na sociedade brasileira, aqui evidenciado.

Dessa forma, as discussões aqui apresentadas, são a base para o entendimento do próximo capítulo, porque os dados oficiais têm demonstrado intensas mudanças no interior das famílias brasileiras. Uma delas é o crescente número de famílias compostas por mães e filhos, e este número aumenta especialmente a partir da década de 1990, em um cenário de maior presença feminina no mercado de trabalho, de crise e de aumento da pobreza. Considera-se que estes arranjos não são novidade na história do Brasil, principalmente entre as camadas mais empobrecidas e entre as mulheres negras, como será observado a seguir, entretanto é importante trazer para o debate as possíveis causas deste aumento e em qual classe tem sido mais expressivo. Além disto, um viés do patriarcado será analisado com mais profundidade, que é a deserção parental. Esta será a tarefa do próximo capítulo.

2 AS MULHERES QUE VIVEM COM OS FILHOS SEM A PRESENÇA DO CÔNJUGE NA REALIDADE BRASILEIRA

Tendo em vista que o objeto desta dissertação são as mulheres trabalhadoras empobrecidas, que vivem com os seus filhos(as) sozinhas, é importante fazer algumas considerações em torno deste assunto em âmbito nacional que permitirão adentrar no universo da pesquisa realizada. Alguns pontos são considerados importantes para esta aproximação. O primeiro deles é compreender a origem destes arranjos formados por mães e filhos, em que contextos eles se tornam mais expressivos e fazer um levantamento sobre algumas questões destas mulheres no país. A proposta aqui também é desnaturalizar o lugar da mulher-mãe como a única responsável pelos filhos, trazendo à tona um assunto ainda pouco discutido na sociologia: a paternidade.

Outro elemento importante para a discussão proposta é o papel que o Estado desempenha perante as camadas mais empobrecidas da sociedade e principalmente a sua preocupação em fomentar políticas sociais, centradas nas famílias, especialmente nas mulheres e filhos. Além disto, vale ressaltar que no âmbito das políticas sociais, a paternidade ainda é questão marginal, o que legitima a responsabilidade feminina com o cuidado dos filhos, remetendo “a situações assimétricas entre mulheres e homens, a múltiplas expressões de dominação reforçadas pela racialização e condição econômica das mulheres. ” (BANDEIRA, 2009, p.19).

Antemão, cabe reforçar que quando se fala em famílias ou arranjos monoparentais femininos, entende-se que a forma social família é ao mesmo tempo expressão das relações de gênero e também espaço de interação social que vai recriar e dinamizar estas relações articuladas às relações de classe social, e de raça como elementos explicativos fundamentais da realidade social. Além do mais, o objetivo principal desta pesquisa é focar as mulheres e mães que por diversos motivos se veem na condição de responsáveis pelo cuidado e sustento de seus filhos. Este quadro se agrava quando estas mulheres são pobres e negras, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

2.1 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

A sociedade brasileira vem passando por importantes alterações em sua estrutura, sobretudo nas últimas duas décadas. Pode-se considerar uma destas mudanças a permanente queda do modelo de família formado por casal com filhos, aquele modelo relacionado ao

conceito de família presente no imaginário coletivo. Em 1993, esta estrutura familiar respondia por cerca de 63% das famílias brasileiras, já em 2010 passou a corresponder a 52% das famílias (IBGE, 2010). Ao mesmo tempo vem aumentando a importância de outros tipos de famílias, como casais sem filhos, que neste período passou de 14,9% para 20,2% do total de famílias, as mulheres e homens morando sozinhos e as chamadas famílias monoparentais, especialmente femininas. Este último tipo, respondia por aproximadamente 13% das famílias em 1993 e, em 2010, passou a representar 16,2% dos arranjos familiares brasileiros (IBGE, 2010)⁴².

Algumas questões podem ser levantadas a partir desses dados e a principal delas é a busca por compreender os motivos que suscitaram essas mudanças. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é um aspecto importante nesse quesito. De forma geral, como já foi falado anteriormente, as taxas de participação feminina aumentaram substancialmente nas últimas décadas e estão associadas, entre outros fatores, às transformações culturais, à redução da fecundidade, ao gradual aumento no nível de escolaridade e, especialmente, à necessidade de aumentar a renda das famílias, durante a década de 1990, contexto marcado pela estagnação econômica, pelo empobrecimento dos trabalhadores e pela precarização das ocupações de forma geral (MONTALI, 2006; SARTI, 2010; BRITO, 2008).

Esse processo de ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 1990 e sua maior participação na renda familiar, segundo vários estudiosos, interferiu na organização familiar, alterando a sua distribuição interna de poder. Segundo Sarti (2010), isto se explica porque, na divisão sexual do trabalho, o homem é historicamente considerado o chefe da família, o responsável pelo provimento econômico e pela mediação da família com o mundo externo, e a mulher é a responsável por manter a organização da casa e de seus membros (SARTI, 2010, p.65).

Dessa maneira, pode-se dizer que o aumento expressivo da mulher do mercado de trabalho e os casos em que ela acaba por assumir a responsabilidade econômica da casa trazem modificações importantes no jogo de relações de autoridade. A autoridade masculina é abalada por não ser mais o único ou até mesmo não ser mais o provedor de alimento e teto para sua família, funções ditas masculinas. E as mulheres neste contexto, segundo Sarti (2010), ganham certa autonomia e acabam por rejeitar uma autoridade desmedida do homem

⁴² Para mais informações, consultar: IBGE, 2010. Censo demográfico: famílias e domicílios resultados da amostra. Rio de Janeiro, p.1-203, 2010

“que abusa de seus direitos e descuida de seus deveres”, o que gera um cenário de conflitos, tornando as relações conjugais mais instáveis. (SARTI, 2010, p. 70)

Fora o exposto, as escolhas políticas e econômicas feitas na década de 1990 trazem para a realidade brasileira, uma outra questão que repercute diretamente no interior das relações familiares. Segundo Sennet (1999), o capitalismo de “curto prazo”, instaurado no Brasil, corrobora para a corrosão do caráter que liga os seres humanos uns aos outros, destruindo um senso de solidariedade e identidade. Desta forma, Sennet (1999), afirma:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo, numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida, numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência, como a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (SENNET, 1999, p.79).

Pode-se dizer, então, que há uma dinâmica articulação de diferentes fatores que influenciaram nas mudanças societárias apresentadas e na diversidade das estruturas familiares. Isto permite, portanto, a compreensão de novas formas de convivência entre as pessoas e o aumento da heterogeneidade das estruturas familiares. Assim, o aumento dos arranjos formados por mães e filhos (monoparentais) constitui uma destas mudanças. Como afirma Berquó (2002) o crescimento destas famílias precisa ser compreendido com base em um conjunto de “transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo”, e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo com que esta chefia possa ter variados significados.

O que precisa ser destacado nesse contexto é que essas famílias não constituem um fenômeno novo no Brasil, especialmente entre as camadas mais empobrecidas. O que essas transformações citadas acima trazem, segundo Macedo (2008), é a expansão destes arranjos entre as chamadas camadas médias brasileiras e conseqüentemente o aumento do interesse por este campo de pesquisas. Sobre isso Woortmann (2002), explica que ... “tendo o fenômeno penetrado na própria camada social dos pesquisadores (ou melhor dizendo, das pesquisadoras), foi ele como que redescoberto e revalorizado, na medida em que deixou de ser algo característico de um ‘outro’, para se tornar presente entre ‘nós’” (WOORTMANN, 2002, p.2).

Assim, as três últimas décadas testemunharam uma significativa expansão de famílias compostas por mães e filhos em todos os estratos sociais e, o crescimento de sua visibilidade social. Entretanto, este aumento continua acontecendo, predominantemente, entre os grupos mais pobres e urbanos. Segundo o IBGE (2010) 88% destes arranjos vivem nas áreas urbanas

da cidade. Mais da metade dos arranjos formados por mães e filhos no Brasil, possuem renda *per capita* de até 1 salário mínimo. Segundo Santos (2008) e Macedo (2008), de fato as famílias formadas por mães e filhos sozinhos estão representadas entre as famílias com menores rendimentos, mas este não pode ser o único viés de análise destes arranjos, pois legitimaria um olhar negativo sobre estas mulheres.

Algumas questões que podem remeter a pobreza em termos de renda desses arranjos é o fato de terem como provedor somente uma pessoa e esta, ser mulher. De fato, as mulheres estão em situação de desvantagem quando comparadas aos homens, tanto no que se refere ao usufruto de direitos quanto à carga de trabalho e ao nível de remuneração. Possuem desvantagens ainda em relação à possibilidade de mobilidade socioeconômica, visto que enfrentam barreiras culturais, legais, obstáculos no mercado de trabalho, entre outras limitações. Portanto, a desigualdade de gênero e raça presentes no mercado de trabalho explicam, em parte, o porque destas mulheres chefes de família monoparentais enfrentarem dificuldades extras, ao terem que administrar sua dupla participação nas esferas da produção e da reprodução, em condições desfavoráveis em termos de renda, em relação aos homens chefes (MACEDO, 2008, p.10).

Entretanto, ainda que se aborde esse cenário não se pode correr o risco de corroborar com a visão negativa construída em torno das unidades domésticas chefiadas exclusivamente por mulheres. Ao focar somente o aspecto da pobreza contribui-se para a crença de que são as mulheres chefes que geram a pobreza, como se elas fossem incapazes de cumprir as obrigações de chefia familiar, um papel atribuído historicamente aos homens. Atribuem-se a estes arranjos o status de desorganização familiar, legitimando a ideia de que há a “transferência desse papel para alguém destituído dos atributos desejáveis ao enfrentamento da dupla condição de provedor e responsável pelo domicílio.” (MACEDO, 2008, p. 11). Esquece-se que em um país capitalista com baixa proteção social, várias são as insuficiências existentes nas mais variadas famílias, inclusive nas que têm o chefe masculino.

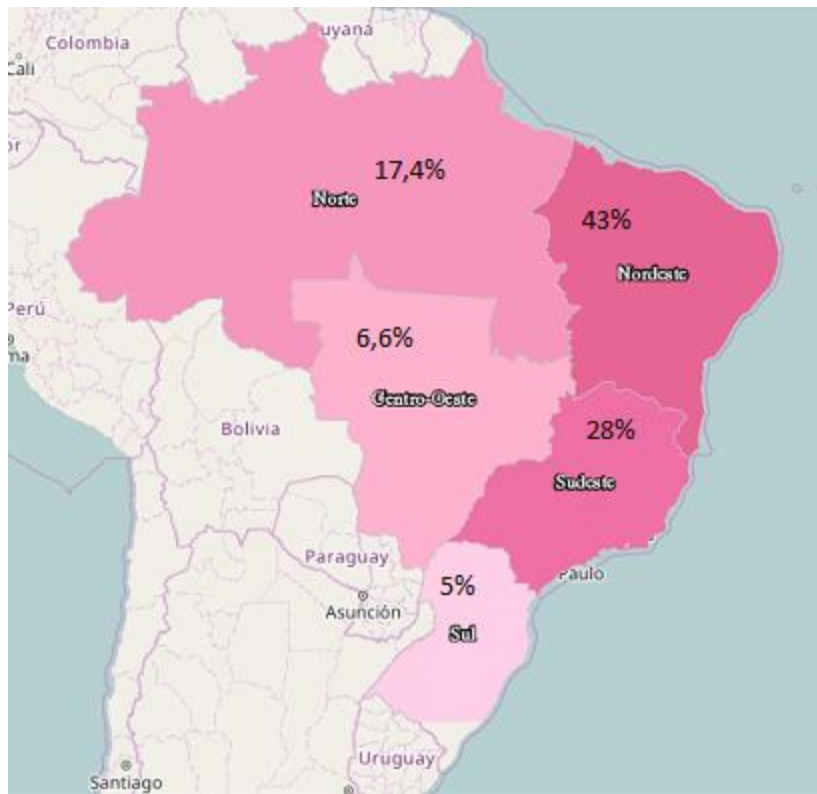
Autores como Macedo (2008), Carvalho (1998), Oliveira e García (2004) e Arriagada (2002) demonstram que há diferenças consideráveis na distribuição de recursos nos domicílios com chefia masculina e feminina. Os autores apontam que a socialização do cuidado e de responsabilidade com os filhos incutidas nas mulheres fazem com que estas chefes invistam grande parte do seu ganho na manutenção do domicílio, o que traz efeitos positivos para fatores como melhoria dos níveis nutricionais, dos cuidados de saúde e de educação dos filhos. No entanto, isto não deve ser utilizado no sentido de legitimar o lugar da mulher-mãe como a que possui a qualidade do cuidado, e sim para desconstruir a ideia de que

o bem-estar dos filhos destas mulheres são inferiores quando comparados a outros arranjos com chefes homens.

As mulheres sem cônjuge com filhos quando comparadas às mulheres casadas com filhos possuem uma maior participação no mercado de trabalho cerca de 73%. Das que estão ativas, estão mais representadas na categoria trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada (55,6%), empregado com carteira de trabalho assinada (35,8%) e o restante em atividades não remuneradas ou em atividades por conta própria. Além disto 50% delas trabalham cerca de 44 horas por semana no trabalho remunerado. Estes dados mostram o baixo índice de registro em carteira, baixos salários, longas jornadas de trabalho, menos direitos trabalhistas e que estas mulheres assumem um alto ônus entre a inserção profissional e as responsabilidades familiares (IPEA, 2010).

Outra questão sobre a análise da pobreza nesses arranjos no Brasil é a região em que estão mais presentes e a cor/raça dessas mulheres. Segundo o IPEA, em 2015 as mulheres negras sem cônjuge com filhos representavam 55,5% destes arranjos, enquanto as mulheres brancas 44,5%. O que também é importante reter, como demonstra o mapa 1 abaixo, é que 43% destas famílias estão concentradas no nordeste brasileiro, ou seja, o lugar em que há a maior concentração de pobreza no país. Nesta região, 70% desses arranjos são chefiadas por mulheres negras, e 30% por mulheres brancas. A segunda região que concentra mais arranjos monoparentais femininos é o sudeste brasileiro, com cerca de 28% dos arranjos. Nesta região, as mulheres brancas sem cônjuge e com filhos representam 51%, enquanto as negras 49%.

Figura 1- Mapa com a distribuição regional por tipo de arranjo: mulher sem cônjuge com filhos



Fonte: IPEA, 2015

Como já foi falado, esses arranjos não são uma novidade no cenário brasileiro, apenas ganham visibilidade social, visto que a precariedade do laço conjugal, o abandono e o exercício da maternidade sem a presença do pai, sempre marcou parte das famílias populares brasileiras. Para Sarti (2010, p. 65) a literatura sobre as famílias pobres no Brasil confirma uma possível relação “entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar, no sentido de os ciclos de vida familiar se desenvolverem sem rupturas.”. Ou seja, segundo a autora a literatura propõe que as famílias mais pobres se desfazem mais facilmente e são mais vulneráveis às mudanças no mercado. Sobre isto, Fonseca (2002, p. 536-537) também afirma que nas camadas mais empobrecidas há “uma precariedade do laço conjugal”, fazendo com que “as unidades nucleares se diluam (...)”.

Segundo Álvares (2003) há fatores históricos, econômicos, sociais, demográficos, regionais e de gênero que influenciam na incidência de mulheres vivendo sozinhas com os filhos. No Sub-Sahara africano, por exemplo, a migração masculina para os centros urbanos justifica o aumento da chefia feminina nesta região. Já na Índia, a viuvez é a causa do aumento de mulheres vivendo somente com os filhos. Mas, segundo a autora, no caso da

América Latina a influência patriarcal é o que explica este cenário, favorecendo “o enfraquecimento da mulher em exigir e contar com a participação masculina nos custos da manutenção dos filhos contribuindo, conseqüentemente, para o aumento das famílias mantidas exclusivamente por mulheres” (CARVALHO, 1998, p. 81).

Sobre isso Thurler (2009) explica que a socialização patriarcal de meninas e meninos faz com que homens e mulheres cheguem à paternidade e à maternidade com visões muito diferentes da responsabilidade que precisam assumir perante os filhos. As mulheres são ensinadas desde muito novas a sua responsabilidade com o cuidado, um exemplo disto é a sua socialização com bonecas simulando filhos, além da ideia passada de que um filho requer comprometimento com a sua criação. Já a socialização dos meninos não os ensina que estes engendrarão, junto com a mulher, um ser humano que nasce inacabado, que precisa de cuidados por muitos anos (THURLER, 2009, p. 301).

Esse processo permite a compreensão de que a cada dez famílias monoparentais, nove são chefiadas por uma mulher. Ou seja, a ordem patriarcal de gênero evidencia que são preservados modelos rígidos em torno das expectativas da maternidade em que a “ética do cuidado” (SCAVONE, 2001, p. 53) é supervalorizada, o que faz com que o filho ainda seja, quase que exclusivamente, objeto de cuidados da mãe (MACEDO, 2008).

De maneira geral, percebeu-se que os arranjos monoparentais femininos estão aumentando nas últimas décadas. No entanto, se por um lado este crescimento pode significar uma maior independência feminina, no sentido de não se submeter a um casamento no qual não se sinta satisfeita, por outro lado, chama a atenção o número considerável de mulheres sós vivendo em contexto de pobreza. O que faz, na maior parte das vezes, serem as únicas responsáveis pelo cuidado e pelo sustento de seus filhos, legitimando o lugar de mulher-mãe e encobrindo um ator importante neste panorama: o pai.

Se poder escolher viver sozinha com os filhos ao invés de se manter em relacionamentos não satisfatórios pode significar uma autonomia dessas mulheres, isto não significa que elas tenham que arcar com todos os custos da criação dos filhos sozinhas. Há figuras importantes neste cenário, como o Estado que deveria oferecer serviços públicos de apoio às famílias (todas) e a figura paterna que precisa fazer parte desta realidade. O compromisso dos homens-pais com seus filhos precisa se manter, independente de não morar no mesmo lar ou da relação estabelecida com estas mulheres-mães. Portanto, a proposta do próximo item é trazer à tona um assunto ainda pouco discutido na sociologia: a paternidade.

2.2 AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS SOB A ÓTICA DA AUSÊNCIA PATERNA

Ainda que o objetivo da presente pesquisa seja uma aproximação da realidade das mulheres empobrecidas que criam os filhos sozinhas, esta situação não é percebida como natural. Principalmente porque em uma sociedade democrática não se pode conviver com tamanha indiferença para com uma alta incidência de crianças filhas somente da mãe. A concepção humana também implica a participação do homem-pai e não há nenhum impedimento colocado pela natureza masculina para que este pai não possa se ocupar igualmente da criação e da educação de seus filhos e filhas, independentemente de sua relação com a mulher-mãe.

Dessa forma, em um conjuntura nacional em que há um grande número de mulheres vivendo sozinhas com os filhos, não se pode deixar de questionar o lugar da paternidade neste contexto. Thurler (2009) afirma que este panorama vem demonstrando que além da ausência do cônjuge/pai no lar destes arranjos, há um distanciamento paterno completo, na grande maioria dos casos. Sobre isto, a referida autora acredita ser a “deserção paterna” um grande desafio do país. Esta deserção é constituída por dois eixos, o não-reconhecimento da paternidade e o não-exercício da parentalidade no masculino. O primeiro se refere ao fato do homem-pai registrar ou não os filhos e, o segundo ao compromisso do pai com a criação e a educação dos filhos, dedicando-lhe tempo, atenção, cuidado e recursos materiais.

Os números elevados de não-reconhecimento paterno demonstram o quanto o patriarcado não só está vivo como impacta fortemente a vida das mulheres, que sozinhas, precisam arcar com os encargos totais diante de suas crianças, assumindo inteira responsabilidade com o sustento e o cuidado delas. Ademais, a indefinição ou a negação da paternidade representa o sentimento de ausência, falta, cuja superação nem sempre pode ocorrer com o reconhecimento paterno tardio (THURLER, 2009, p. 19).

A partir das discussões feitas no primeiro capítulo do presente trabalho e das problematizações realizadas no item anterior, pode-se dizer que se o princípio da igualdade entre homens e mulheres no Brasil está constitucionalmente consagrado⁴³ desde 1988, a sua efetividade é algo ainda distante da realidade vivenciada, especialmente quando se trata do cuidado com os filhos. Segundo Thurler (2009) a grande desigualdade parental existente no

⁴³ O inciso I do artigo 5º estabelece: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” O parágrafo 5º do artigo 226 anuncia: “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher. ”.

Brasil é um fenômeno social antigo, porque sempre houve a legitimação da ausência paterna, no sentido de exposição da mulher-mãe e preservação do homem-pai.

Isso é presidido por uma lógica que promove algumas reiterações: do vínculo das crianças com as mães⁴⁴; da inferioridade da mulher em relação ao homem pautada nas relações patriarcais de gênero; do reforço das responsabilidades parentais estritamente sobre as mulheres, fenômeno ainda mais grave quando estas são empobrecidas, pois as crianças se tornam vulneráveis à “condição de filhas da mãe, de uma mãe com incerta solidariedade masculina e duvidoso apoio do Estado.” (THURLER, 2009, p.286).

Essa é uma realidade recorrente entre as camadas mais pobres e se constitui em um cenário com intenso conteúdo sociológico, uma mentalidade escravocrata e uma herança social da bastardia ainda muito presente no contexto brasileiro. Segundo Bandeira (2009), os arranjos formados por mães e filhos podem ser observados desde a formação histórica da sociedade brasileira colonial e escravocrata, envolvendo sobretudo mulheres negras que eram escravizadas. Nesta época imperava uma dupla moral: “aos homens era admitido o direito de se apropriar dos corpos femininos populares [negros] para engravidá-los, uma vez que o casamento não preponderava nestas camadas. As mulheres brancas eram arrastadas ao casamento.” (BANDEIRA, 2009, p. 17).

Se entre a população branca, o comportamento feminino de castidade era imposto e fiscalizado, o padrão de moralidade em que as mulheres negras viviam era outro. Bandeira (2009) afirma que estas eram caracterizadas como promíscuas, imorais e que prestavam serviços sexuais aos patrões e senhorios. Therborn (2006, p.236) assinala que “no nordeste brasileiro [...] os escravos estavam em princípio proibidos de casar e [...] meninas escravas eram presas sexuais legítimas para seus senhores, seus filhos e para os capatazes”. No entanto, quando engravidavam eram rejeitadas, visto que não era lícito para estes homens-pais reconhecerem filhos e filhas bastardas, porque, paradoxalmente, eram tidos como pais de família.

Segundo Thurler (2009) foi nesse momento que se incorporou a herança social “da bastardia”, na qual a paternidade negada se fez presente, deixando suas marcas na sociedade brasileira até os dias atuais. Segundo a referida autora o não-reconhecimento paterno foi legitimado pelo Estado até a Constituição de 1988, na qual uma criança concebida fora do casamento, era considerada illegítima, bastarda. A trajetória de produção da legislação

⁴⁴ Sobre isso Bandeira (2009, p.19) coloca que filhos da mãe, são desta maneira chamados porque são passíveis de serem provados e comprovados a olho nu, pois ao nascerem de ventres maternos testemunháveis, se engajam no dito senso comum: “nascer é sair da barriga da mãe, em que o útero era (é) o critério principal do corpo feminino.”.

brasileira ao mesmo tempo que refletiu as relações patriarcais de gênero, foi instrumento privilegiado de imposição desta ordem, sobretudo porque era uma legislação definida quase que exclusivamente por homens. O Direito antigo era conservador quanto à necessidade da preservação da família nuclear (mãe, pai e filhos), prevalecendo os interesses da instituição do matrimônio e filhos nascidos no seio do casamento (THURLER, 2009).

Nesse sentido, Lucchese (2012, p.233) afirma que em decorrência dessa visão sacralizada da família e da necessidade de sua preservação, puniam-se aqueles que eram gerados fora das normas legais e dos princípios morais vigentes na época. Os filhos que eram classificados como legítimos, eram aqueles nascidos dentro do casamento e os ilegítimos ou naturais aqueles que nasciam de pessoas não ligadas pelo matrimônio. Os filhos ilegítimos eram denominados por naturais ou espúrios. Os naturais eram os nascidos fora do matrimônio, mas que eram fruto da união de duas pessoas que não se casaram oficialmente, mas que não havia nenhum impedimento para fazê-lo. Estes filhos poderiam, em situações específicas, serem reconhecidos e caso isto acontecesse seriam considerados legitimados. Já os chamados espúrios, eram os que decorriam da união de duas pessoas impedidas para o matrimônio. Estes últimos se subdividiam em:

[...] incestuosos (fruto do relacionamento entre duas pessoas para as quais há impedimento legal para o casamento, decorrente de vínculo de parentesco) e, os adúlteros (resultantes da união entre duas pessoas, sendo uma ou ambas legalmente casadas com terceira pessoa). Estes filhos incestuosos ou adúlteros não poderiam ser reconhecidos. O Código Civil de 1916, em seu art. 358, expressamente vedava o reconhecimento, dispozo: “Art. 358. Os filhos incestuosos e os adúlteros não podem ser reconhecidos”. (LUCCHESI, 2012, p. 233)

Esse último artigo só foi revogado, expressamente, na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227, parágrafo 6º, estabeleceu que “os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” No entanto, esta proibição de designações discriminatórias proposta pela Constituição não tem evitado o alto grau de práticas discriminatórias. Isto porque, nas representações e práticas sociais, os laços de filiação (paternidade) ainda estão fortemente associados ao casamento, o que se mostra preocupante em um momento de desinstitucionalização do casamento⁴⁵. Sobre, Thurler (2009) afirma:

⁴⁵ Segundo Thurler (2009) as uniões formalizadas estão em uma dinâmica de desinstitucionalização social. Entretanto, isto não significa a não formação de casais, mas a escolha de coabitação, em uniões livres. Os dados oficiais de casamento e divórcio são para a referida autora os mecanismos que dão visibilidade ao processo de desinstitucionalização destes enlaces e desenlaces.

A qualidade jurídica e de cidadania da criança ao nascer depende da situação matrimonial de seus pais e, no caso de não serem casados entre si, da disposição que têm de reconhecê-la. Filhas e filhos de pais casados entre si têm a paternidade estabelecida automaticamente, enquanto crianças filhas de pais não casados entre si têm a paternidade estabelecida — ou não — pelo reconhecimento voluntário ou judicial. [...]. O estabelecimento da filiação paterna — na legislação e na cultura patriarcal — está efetivamente garantido somente a crianças filhas do marido da mãe. A incidência de não-reconhecimento paterno no Brasil expressa a resistência cultural e legal em superarmos o patriarcado (THURLER, 2009, p. 118).

Além disso, a realidade brasileira conta com a presunção da mentira da mulher sobre a paternidade de seus filhos e filhas, fazendo recair sobre ela o ônus de provar esta paternidade. Sobre isto, sociologicamente falando, de acordo com Thurler (2009) os exames de DNA⁴⁶ representam uma ambivalência. Se por um lado apresentaram um progresso real na busca da verdade genética, o outro lado demonstra que estes exames não permitiram um salto qualitativo nas relações sociais entre homens e mulheres, pois a supervalorização destes exames, com o marketing de um mercado já milionário, literalmente empurra o homem à arrogância de exigir a prova, aprofundando a ideologia da presunção da mentira da palavra da mulher. A respeito disto, Bandeira (2009) complementa:

As mulheres sabem quem é o pai, mas não são acreditadas. Resultados informam que 98% dos exames de DNA, feitos por ordem judicial em laboratórios públicos, dão resultados positivos⁴⁷. A palavra da mulher-mãe é submetida à incredulidade. O homem-pai conta com a benevolência do poder público e usufrui de um poder discricionário, material e simbólico, que lhe permite adotar medidas protelatórias para se eximir indefinidamente de reconhecer uma paternidade. [...] A dominação masculina está presente tanto na recusa do pai em reconhecer sua condição de genitor, quanto na exigência à mulher-mãe de provas para que sua criança não permaneça somente filha da mãe. (BANDEIRA, 2009, p. 20)

O reconhecimento paterno recusado é, de acordo com Thurler (2009) questão individual e coletiva ao mesmo tempo, visto que se estima a negação paterna a uma em cada quatro crianças brasileiras por ano, o que representa em torno de 880.000 mil crianças somente com a filiação materna e, na mesma medida mulheres-mães, sem contar com a solidariedade dos homens-pais. Seria, portanto, um grave empobrecimento do problema restringi-lo a uma questão individual ou burocrática e administrativa (THURLER, 2009, p. 311).

⁴⁶ Os testes em DNA foram introduzidos no Brasil pelo Núcleo de Genética Médica, em Minas Gerais, em 1988, três anos após o geneticista inglês Alex Jeffereys ter descobertos padrões genéticos por ele denominados Impressões Digitais de DNA. Ele demonstrou que a probabilidade de que duas pessoas sem relação de consanguinidade tenham padrões genéticos semelhantes é de uma em cem bilhões (PENA, 1993 *apud* THURLER, 2009, p. 130)

⁴⁷ DNA não falha. Época, Rio de Janeiro, 30 jul. 2001, p.93

O Brasil não conta com a produção de dados que tragam informações precisas sobre o não-reconhecimento paterno nos registros civis de nascimento, mas Thurler (2009) além de denunciar esta ausência de dados, produz uma estimativa nacional de não-reconhecimento com base em sua pesquisa no Distrito Federal. A autora se utiliza de diversos dados comparativos, inclusive dos registros civis entre o Brasil e o Distrito Federal, e faz uma média sobre o não-reconhecimento paterno. “[...] sabemos que entre 2000 e 2007, foram lavrados no país 28.184.225 registros civis de nascimento. A estimativa de 25% para a média anual de não-reconhecimento paterno no país, significa 7.046.054 crianças — uma média anual de 880.000 crianças — sem reconhecimento paterno neste período.” (THURLER, 2009, p.118)

Além disso, Thurler (2009) aponta para a falta de construção da parentalidade no masculino, o que representa outro grande desafio no Brasil. É evidente que os homens-pais brasileiros que não reconhecem legalmente suas crianças cessam, desde logo, as possibilidades deste caminho. Mas o reconhecimento paterno no registro civil não garante que este homem-pai não seja um desertor. Em outras palavras, o pai que não assume a parentalidade, ainda que tenha registrado seu filho ou filha também deserta da paternidade e, esta se constitui uma realidade muito presente no Brasil (THURLER, 2009).

A autora citada relembra uma fala interessante e ainda pouco discutida no país, do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), em 10/01/2003, no início de seu primeiro mandato. Segundo Thurler (2009), o ex-presidente em visita com seus Ministros de Estado à Vila Irmã Dulce, um bairro pobre de Teresina, constatou um grande número de mulheres que viviam sós com seus filhos. A percepção do presidente à questão e a sua fala que foi registrada pela Folha de São Paulo⁴⁸, segue: “sensibilizado pelo número de mães solteiras que encontrou na Vila, o presidente mandou um duro recado aos homens: ‘Precisamos melhorar os compromissos morais e éticos de alguns homens neste país, para que na hora de fazer um filho, saiba [que precisará] cuidar deste filho que ele ajudou a colocar no mundo’”. (THURLER, 2009, p. 307)

O que é preciso ressaltar nesse panorama é que as práticas maternas e paternas são também práticas políticas, “de engajamento ou de descompromisso, de busca de vínculos de igualdade ou de exercício de poder, mais um campo de cultivo de igualdades ou de confirmação de dessimetrias.” (THURLER, 2009, p. 310). Desta forma, quando os homens não assumem um compromisso com suas filhas e seus filhos, a realidade resultante é uma gama de mulheres superexpostas às responsabilidades parentais.

⁴⁸ Matéria feita por Fernando Rodrigues e Leia Swan em 11/01/2003, cujo título foi: “Presidente discursa como candidato no Piauí, reafirma compromisso de mudanças mas diz que elas demoram”. (THURLER, 2009)

Uma outra questão que também permeia essa discussão, — e que se expressa como uma das tantas formas de conflito e contradições nas vivências e interesses entre homens e mulheres — é o exercício da sexualidade. Se para os homens, o exercício da sexualidade corresponde a prazer, afirmação da virilidade, descompromisso com a procriação, paternidade optativa; para as mulheres, em uma sociedade onde seus direitos reprodutivos não estão assegurados, a vivência da sexualidade tem estado acompanhada do sentimento de exposição a riscos, medos, possibilidade de maternidade indesejada. Há uma intensa repressão ao exercício da sexualidade para as mulheres e o estímulo à atividade sexual para os homens. Aragão (1994, p.61) afirma que “ainda temos problemas com o obsessivo controle da sexualidade feminina”, no qual Villela (1999) complementa:

[...] espera-se que a mulher só tenha experiências sexuais com alguém com quem esteja vivendo uma relação de amor ou compromisso[...] ao contrário do homem, de quem se espera grande curiosidade sobre o sexo, e se aceita a busca de satisfação dessa curiosidade mediante a multiplicidade de experiências. (VILLELA, 1999, p.311).

Nesse quadro, quando acontece uma gravidez não planejada por ambos, aos homens é dada e legitimada pela sociedade a alternativa da deserção parental, por “não estar preparado” (THURLER, 2009, p. 56). Mas para as mulheres não restam muitas alternativas, ou arca-se com os custos de criar o filho ou a filha sozinha, ou então se submete a abortos clandestinos, colocando sua própria vida em risco. Sobre este segundo ponto, a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) feita em 2016, demonstra que este é um fenômeno frequente e muito persistente entre as mulheres brasileiras, de todos os grupos raciais, de todas as classes sociais, níveis educacionais e religiões, 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto. Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres que realizaram o procedimento (DINIZ, *et al*, 2017).

Apesar da pesquisa demonstrar que o aborto é feito por todos os grupos, ressaltou que isto não quer dizer que ocorra de forma homogênea. As maiores taxas percebidas foram entre mulheres de baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas, além das expressivas diferenças regionais (DINIZ, *et al*, 2017). Além disto, também vale lembrar que enquanto as mulheres com melhores condições financeiras têm acesso a clínicas clandestinas de luxo no Brasil ou até mesmo fora do país, pagando fortunas por isto, mulheres pobres tomam remédios ou se submetem a procedimentos em lugares inapropriados, realizados por pessoas sem a mínima formação médica, muitas morrendo durante o procedimento (DINIZ, *et al*, 2017).

Isso porque as políticas brasileiras, inclusive as de saúde, ainda tratam o aborto sob uma perspectiva moral e religiosa respondendo à esta questão com a criminalização e a repressão policial. A persistência da realização do aborto por mulheres de todos os grupos sociais, demonstra que criminalizar e reprimir além de não impedir a prática, a torna extremamente nociva. Ao mesmo tempo que não reduz o número de abortos realizados, não cuida e impede que as mulheres busquem o acompanhamento e a informação de saúde necessários para que seja realizado de forma segura ou até mesmo para planejar sua vida reprodutiva a fim de evitar um segundo evento deste tipo (DINIZ, *et al*, 2017).

Todo esse contexto tem contribuído para a vulnerabilidade da cidadania das mulheres no Brasil, especialmente a fragilidade do respeito a seus direitos sexuais e reprodutivos, a dificuldade em promovê-los e universalizá-los, especialmente entre as mulheres mais pobres. Em pleno século XXI, o país ainda mantém o aborto criminalizado⁴⁹, enquanto a maternidade é, de forma contraditória, cultuada e desvalorizada (THURLER, 2009).

Segundo Thurler (2009) também é percebido que às mulheres é delegada a responsabilidade pelo controle dos nascimentos, sendo elas praticamente as únicas responsáveis pela prevenção e por todos os riscos posteriores, caso não tenha se prevenido. Ademais, é notório que as políticas governamentais continuam dando maior ênfase para esterilização feminina, enquanto pouco se ouve a respeito da esterilização do homem, como se o corpo do homem fosse intocável. Não se constata muita vontade política para incorporar homens às ações de regulação da fecundidade e de responsabilidade sexual. A responsabilidade dividida pela prevenção é um ponto importante no caminho da igualdade entre homens e mulheres (THURLER, 2009, p. 170).

Com base em toda a discussão desenvolvida até aqui, pode-se perceber que a deserção paterna é resultante de uma construção histórica, jurídica e política patriarcal que consagrou o arbítrio masculino, colocando o homem por muito tempo como aquele que decide, define e não se submete nem mesmo a leis e a normas. Thurler (2009) afirma que os últimos anos tem apontado para mudanças neste sentido. O Ministério Público⁵⁰ tem alcançado bons resultados ingressando na “busca do pai e na universalização do direito à filiação” (THURLER, 2009, p.19) baseando-se na Constituição Federal e na aprovação da Lei da Paternidade⁵¹. Além

⁴⁹ O aborto ainda constitui crime contra a vida, segundo o Código Penal, sendo legalmente aceito apenas em caso de estupro ou quando a vida da mulher-mãe está em risco.

⁵⁰ O Ministério Público é uma instituição brasileira pública e autônoma, a quem a Constituição Federal atribuiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Isto é, o Ministério Público é o grande defensor dos interesses do conjunto da sociedade brasileira.

⁵¹ A Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências, regulamentando dispositivos constitucionais. A lei da Paternidade abriu

disto, em 2016 a então presidente Dilma sancionou a Lei 13.257/2016⁵², que estabelece a ampliação da licença-paternidade, de cinco para 20 dias, aos trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã.

No que se refere ao reconhecimento da paternidade, esse movimento tem demonstrado uma disposição para enfrentar esse arbítrio na tentativa de estabelecer limites. Além de proporcionar o deslocamento da paternidade como uma questão privada para a condição de interesse público. No entanto, para além de reconhecimento paterno é preciso chamar os homens-pais para exercerem a parentalidade, dentro ou fora do casamento. Visto que, segundo as reflexões de Veloso (1997)

[...] interessa que uma criança tenha pai, que se defina o seu genitor, que apareça o responsável pela sua geração, para que a crie, eduque, alimente, proteja, participe de seu desenvolvimento, oriente sua vida. Se não com amor e afeto — porque esses nobres sentimentos não podem ser impostos — pelo menos comparecendo com os meios e recursos para que a criança tenha uma existência digna (VELOSO, 1997, p. 124).

Ainda que o Estado desempenhe importância primordial no sentido de oferecer estes elementos para os sujeitos e famílias, por melhores equipamentos coletivos que este venha a oferecer — e um Estado que, em tempos neoliberais, tem se tornado mínimo, dificilmente oferecerá —, é preciso que mulheres-mães e homens-pais estejam presentes na vida de seus filhos. Assim, um dos caminhos apontados para que as mulheres alcancem uma posição de igualdade em uma vida socialmente produtiva, com cidadania ativa, inclui a superação da ideia de que as responsabilidades sobre os filhos são exclusivas das mulheres-mães. Esta ideia legitima a saída de cena tanto do Estado quanto dos homens-pais.

Além disso, Thurler (2009) propõe que o homem-pai esteja presente nos dados demográficos, visto que estão praticamente ausentes destes. Instituições que oferecem informações demográficas precisam incluir o pai brasileiro em seus dados. Na publicação “Estatísticas do Registro Civil”, anualmente produzida pelo IBGE, em seus dados vitais, o pai está ausente. Quem é o pai brasileiro? indaga a referida autora. É de grande importância que estas instituições deem sua contribuição para que novos estudos sejam desenvolvidos e esta questão possa ser reconhecida e acompanhada, sobretudo com políticas públicas de inclusão e valorização (THURLER, 2009, p. 332).

possibilidade de investigação oficiosa pelo Ministério Público, promovendo um deslocamento da paternidade da condição de questão privada para a condição de questão de interesse público. Para aprofundamento dessas informações consultar: THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Editora Mulheres, Ilha de Santa Catarina, 2009.

⁵² A norma estabelece um conjunto de ações para o início da vida, entre zero e seis anos de idade.

Além dessa conjuntura demonstrar a necessidade de chamar os homens-pais a assumirem junto às mulheres-mães suas responsabilidades parentais, a relação entre famílias monoparentais femininas e a pobreza aponta que é preciso que o Estado também assuma suas responsabilidades no sentido de proteger e assegurar serviços públicos de qualidade para a população de forma geral, mas sobretudo para estes segmentos. A conquista de direitos sociais e uma Proteção social garantida também contribuiriam sobremaneira para uma maior autonomia destas mulheres, até mesmo no sentido de eliminar o estigma de que elas não possuem condições para oferecer cuidados e proteção aos seus membros. Portanto, as ações públicas assumem uma importância crucial no que diz respeito à autonomia e dependência destas mulheres chefes de famílias monoparentais (BRITO, 2007).

2.3 POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O LUGAR ATRIBUÍDO ÀS FAMÍLIAS

As políticas sociais brasileiras têm dado bastante ênfase à importância das famílias como centrais no provimento de proteção e cuidado aos seus membros. Especialmente a Assistência Social que vem ganhando centralidade entre as políticas sociais brasileiras, já que o combate à pobreza tem caracterizado os últimos governos. Antemão, o que precisa ser destacado é o fato de historicamente ser a mulher a pessoa responsável por realizar o trabalho do cuidado familiar. Desta forma, caberia questionar se quando estas políticas valorizam e destacam a família como instância cuidadora, estariam contando com o tempo e trabalho (não remunerado) feminino, pautados em um tipo de família em que o homem sai para trabalhar e a mulher fica em casa cuidando dos filhos. A partir deste questionamento algumas análises serão feitas em torno das políticas sociais no Brasil, até as suas configurações atuais, especialmente no que se refere à Assistência Social.

De forma geral, os países latino americanos e mais especificamente o Brasil, por terem seu sistema de políticas sociais se desenvolvido sob forte industrialização, o viés industrialista acabou por marcar as políticas sociais, de forma a dar prioridade, ou exclusividade de proteção aos trabalhadores assalariados que ingressavam na nascente indústria e nos setores comerciais (DRAIBE, RIESCO, 2011).

Pode-se dizer, portanto, que o sistema previdenciário foi a estrutura tradicional de todo o sistema de proteção social brasileiro de 1930 até a década de 1980. Direcionou-se proteção somente para aqueles inseridos no mercado de trabalho formal, inaugurando-se, desta maneira, uma cidadania regulada (SANTOS, 1987). Nela os sujeitos são enxergados segundo a sua posição no mercado de trabalho, visto que apenas os trabalhadores formalizados e seus

familiares eram protegidos dos principais riscos sociais: morte, doença, envelhecimento e/ou invalidez. Esta é a origem do que se denomina previdência social. A proteção ofertada àqueles que estavam excluídos da proteção formal era através das Santas Casas e formas históricas de caridade.

Isso se torna grave em um cenário em que de um lado havia a oferta abundante de força de trabalho, com baixa qualificação técnica, baixa organização sindical, trabalhadores sujeitos a empregos instáveis de elevada rotatividade, baixa produtividade individual e coletiva e baixos salários. E de outro lado, um mercado de trabalho estruturado e regulado em moldes capitalistas, com empregos estáveis, maior qualificação dos trabalhadores, com possibilidades de ascensão e melhores salários (SILVA; YAZBEK, 2012).

A organização do sistema previdenciário no Brasil — como em qualquer parte centrado na ótica da proteção e controle da força de trabalho — corrobora com privilégios de variadas formas desde a sua gênese. Ao favorecer basicamente o acesso dos trabalhadores legalmente contratados, deixa de fora uma gama de trabalhadores atuantes na informalidade, número que sempre foi expressivo no Brasil. Desta maneira, por muito tempo foram deixados de lado, os trabalhadores rurais, os autônomos, os empregados domésticos, categorias que só vieram a contar com os benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, com a Constituição de 1988 (PEREIRA, 2010).

Além disso, o vínculo dos sistemas de Proteção Social com o estatuto do trabalhador tem consequências diversas, especialmente no que se refere à produção de desigualdades de classes em relação aos direitos sociais entre os que são considerados os titulares de direito; a quem são transferidos os benefícios correspondentes. Isto coincide com os trabalhadores homens majoritariamente brancos, dada a relativamente baixa inserção das mulheres e negros no mercado de trabalho formal, durante um longo período da vida nacional. Desta forma, o próprio sistema de Proteção Social corrobora com as desigualdades sociais, contrariando o seu papel que seria de amenizar (CAMPOS, 2015).

Assim, observa-se que, nesse sistema, há um padrão de transferência dos benefícios para aquele que detém o *status* de trabalhador, em geral, o homem chefe de família, e só de forma derivada abrange a mulher e os filhos. Lewis (1997) afirma que o seguro social, considerado um benefício de primeira classe foi por muito tempo dirigido majoritariamente aos homens, enquanto para as mulheres sobravam — e ainda sobram — os da Assistência Social, chamados de segunda classe. Como consequência, registram-se prejuízos para o acesso das mulheres à Proteção Social vigente, especialmente devido à sua posição (em geral menos favorecida) no mercado de trabalho (LEWIS, 1997, p. 27).

Dessa maneira, pode-se afirmar que é desde os anos 1930, no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) que existe no Brasil um Estado Social Capitalista, que planeja, implementa e regula um tipo particular de regime de bem-estar, que nem de longe se compara com o dos países escandinavos, mas revela-se melhor do que o dos Estados Unidos, por exemplo (PEREIRA, 2010). O país apresentou avanços significativos com a Constituição Federal de 1988, — fruto da luta democrática instaurada no país contra a ditadura militar (1964-1985) —, especialmente com a introdução do sistema de Seguridade Social⁵³. Este foi o momento em que o Brasil avançou, de fato, no que se refere à proteção social, trazendo os ideais universalistas acoplados a uma ideia ampliada de cidadania.

Mesmo com os seus possíveis limites, a Constituição criou o espaço jurídico para o desenvolvimento de políticas de direito e justiça social no país (REGO; PINZANI, 2013, p. 160). No entanto, um dos retrocessos no que diz respeito à ampliação deste sistema de Proteção Social no Brasil foi a adoção significativa do consenso de Washington e do Neoliberalismo, como doutrina política e econômica, nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003). Neste interstício vivenciou-se anos de incentivo à privatização e à diminuição da intervenção estatal no âmbito social.

Se no fim da década de 1980 temos a aprovação da Constituição Federal (1988), que por sua vez, contém forte apelo à responsabilização do Estado frente à oferta de políticas sociais; a década seguinte traz os resultados neoliberais. O que é vivenciado pela sociedade brasileira é o desmoronamento da máquina estatal no trato das Políticas Sociais, com forte apelo ao mercado e à sociedade civil. Baseado no incentivo à privatização e em uma diminuição de intervenção estatal no âmbito social sobram concepções que priorizam o “empreendedorismo, a culpabilização dos indivíduos e famílias e a psicologização da pobreza, numa clara desresponsabilização do Estado.” (ALMEIDA, 2013, p. 4).

Diante do que já foi adiantado no primeiro capítulo, os últimos governos do PT direcionaram atenção para o combate à pobreza, sobretudo a extrema. Para isto, se utilizou especialmente do PBF, que além de diminuir a pobreza, principalmente a absoluta⁵⁴, vem sendo considerado por alguns estudiosos como o mais importante mecanismo de inclusão

⁵³ O sistema de Seguridade Social é composto pelas políticas de previdência, saúde e assistência social pelo viés da cidadania, ou seja, participação dos usuários nessas políticas de Proteção Social.

⁵⁴ “O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo deste nível. Este padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los.” (CRESPO et al, 2002, p. 11).

social desenvolvido nos últimos anos. Segundo estudos apresentados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o percentual de pessoas em condições de extrema pobreza caiu de 12% em 2003 para 4,8% em 2008 (MDS, 2009). Estes estudos também indicam melhorias nas condições de alimentação e de acesso aos equipamentos coletivos, especialmente os de saúde, assim como crescimento nos índices de crianças e adolescentes na escola e aumento da escolaridade.

Um estudo do Ipea (2010) constatou que 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta no Brasil. De forma geral, com base nas Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), pode-se dizer que na última década o Brasil experimentou um quadro de melhorias das condições de vida da população, especialmente com o registro de elevação ao acesso a serviços como abastecimento de água por rede geral, coleta de lixo e rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto. Observou-se também o crescimento do acesso à educação infantil, que em 10 anos, as taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e 61,5% em 2004, para 24,6% e 82,7% em 2014, mas vale lembrar que esta maior escolarização não significa que houve melhoria na eficiência do sistema escolar (IPEA, 2010).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o PBF se mostrou um importante meio de inclusão e de fato esteja contribuindo para as famílias em extrema pobreza, não se configurou em um programa de redistribuição da riqueza universal, centrado na perspectiva da integralidade. Especialmente porque ainda não conseguiu enfrentar as sequelas da política neoliberal e avançar na universalização da Proteção Social. Orientado pela focalização e fragmentação, vem mantendo no PBF a concepção de pobreza absoluta e reproduzindo critérios de renda *per capita* nos benefícios e programas de Assistência Social, focalizando-os somente nas famílias em situação de extrema pobreza e deixando de fora uma grande parcela de trabalhadores e trabalhadoras empobrecidas (ALMEIDA, 2013, p. 1).

Além disso, os programas de transferência de renda, passaram a ser os grandes responsáveis por combater a pobreza, sendo responsáveis por grande parte dos recursos destinados à Assistência Social⁵⁵. Em detrimento do aumento dos gastos com a Assistência, a Saúde e a Previdência Social pública foram esvaziadas, possibilitando a atuação dos sistemas complementares, ou seja, planos de saúde e previdência privados. O que representou um

⁵⁵ Segundo Muniz *et al* (2011) a Assistência Social contou com a destinação de 2,6% do orçamento federal segundo dados de 2006, no entanto, 82% deste recurso foram destinados aos Programas de Transferência de Renda, restando 18% para as demais ações de Assistência Social, entre elas a implantação do SUAS em todo território nacional. Desta forma, percebe o quanto a Política de Assistência quase se resume aos programas de transferência.

retrocesso dos direitos sociais historicamente conquistados através da luta estabelecida na década de 1980, especificamente no que diz respeito à Seguridade Social. A Assistência Social ao invés de ser uma das políticas de Proteção Social, assumiu ao papel de ser a política de proteção social (MOTA, 2008).

Sobre esses programas de transferência de renda, Yazbek *et al* (2004) apresenta duas perspectivas. Uma que considera os mesmos como mecanismos compensatórios, com ações fragmentadas e focalizadas e, uma outra, centrada na lógica do direito, que os compreende como medidas de redistribuição da riqueza, desde que universais e centrados na perspectiva da integralidade (intersectorialidade). Ainda que se considerem os avanços obtidos, especialmente com o PBF, de acordo com Santos *et al* (2008, p. 4), ainda é a primeira perspectiva que vem sendo colocada para as camadas mais empobrecidas no Brasil. A partir disto, Pereira (2010, p. 10) afirma que o país vem reproduzindo intensamente os mecanismos de controle da pobreza utilizados na Europa no século XIX, onde são usados:

[...] princípio da menor elegibilidade (benefício mais baixo do que o menor salário); os testes de meios (comprovação, geralmente constrangedora, de pobreza); as condicionalidades ou contrapartidas do beneficiário em troca do benefício recebido; a focalização na pobreza extrema; e, mais recentemente, a ativação dos beneficiários da assistência pública para o trabalho (geralmente precário e com imposições que remontam a era das *workhouses* inglesas: trabalha-se no que é oferecido ou perde-se a assistência do Estado), tal como vem acontecendo em âmbito mundial, no rastro da passagem do *welfare* (bem-estar incondicional) para o *workfare* (bem-estar condicional ou em troca de trabalho) (PEREIRA, 2010, p. 10).

É claro que as críticas em torno do PBF não pretendem desqualificar o debate sobre o direito à renda. Como já foi falado, os Programas de Transferência de Renda têm se constituído em um importante mecanismo de distribuição de renda e melhorias na vida de trabalhadores empobrecidos. Especialmente em países periféricos com altas taxas de desemprego e onde a rede de Proteção Social não se universalizou, deixando de fora uma gama de trabalhadores. O que Pereira (2013) aponta é que programas sociais de caráter monetário, condicionados a contrapartidas e focalizados especialmente na pobreza extrema, embora cumpram um papel importante para os beneficiários e beneficiárias, resente-se da inexistência simultânea de estratégias políticas de curto, médio e longo prazos para o problema da distribuição de renda e do patrimônio, tão desiguais no país, devido aos seus determinantes estruturais. Tudo isto faz com que os impactos destes programas sejam reduzidos, diante do esperado e do que é preciso.

Ademais, sob a égide da privatização instaurados no país, outros atores privados ressurgem como auxiliares do Estado na provisão de bens e serviços essenciais a indivíduos e grupos, reduzindo-se, desta maneira, os gastos sociais públicos. Segundo Miotto, *et al* (2015), dentre estes atores, destaca-se a família considerada como “fonte primária de reprodução humana e de solidariedade primárias no seu interior” (MIOTTO, *et al*, 2015, p.150). Com isto, a família passa a ser um locus privilegiado das políticas sociais, notadamente os de combate à pobreza a partir da década de 1990. Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, destaca-se a perspectiva do familismo⁵⁶ — ou então o chamado modelo misto ou pluralista de bem-estar (*welfare mix*)⁵⁷ — nos modelos de proteção social nos países da América Latina, sobretudo no Brasil.

Esse redesenho da política social brasileira efetuado especialmente a partir da contrarreforma do Estado nos anos 1990 não só colocou em xeque as conquistas efetuadas com a Constituição Federal de 1988, como veio reforçar processos altamente naturalizados no contexto da sociedade brasileira referentes à Proteção Social. Ao engendrar orientações e mecanismos que dessem materialidade às premissas do pluralismo de bem-estar social, encaminhou e reforçou o amplo processo de privatização da Seguridade Social Brasileira. Privatização esta, que se realiza tanto através do setor comercial (mercado), como dos setores voluntários (organizações sociais não governamentais) e informal⁵⁸ (PEREIRA, 2004).

Também segundo Campos (2015) nesse modelo, o Estado, o mercado e a família, além de outros setores voluntários da sociedade, formariam uma cadeia de participações corresponsáveis, utilizando-se de recursos variados, específicos de cada um, para o enfrentamento dos riscos gerados pela nova ordem socioeconômica mundial. Ou seja, ironicamente, a família duramente afetada por um cenário de empobrecimento, vem sendo convocada para auxiliar no amortecimento dos efeitos deletérios produzidos por determinações estruturais e políticas, que têm como prioridade o aumento da competitividade capitalista em escala mundial.

Nesse sentido, pode-se dizer, segundo Teixeira (2015) que a família ao ressurgir como provedora de proteção, vem sendo a tendência atual na esfera das políticas sociais e

⁵⁶ Este termo foi utilizado por Sacareno (1992) e por Esping-Andersen para se referirem a responsabilização das famílias por grande parte da proteção social, considerando o princípio de que o Estado só deve intervir quando elas não conseguem resolver os problemas. A consequência é um subdesenvolvido sistema de serviços para as famílias (TEIXEIRA, 2015, p.219).

⁵⁷ De acordo com Pereira (2004), o pluralismo de bem-estar consiste na quebra da centralidade do Estado na provisão de bem-estar, em favor do mercado e dos setores não governamentais e não mercantis, como atores fundamentais nas decisões e na prática da política social.

⁵⁸ O setor informal é constituído pelas “redes primárias e informais, de apoio desinteressado e espontâneo, constituída da família, da vizinhança e dos grupos de amigos” (PEREIRA, 2004, p.32)

econômicas, nacionais e internacionais, ressaltando a centralidade da família como objeto, sujeito e instrumento das políticas públicas. No contexto brasileiro, destacam-se as políticas de saúde, de assistência social, a crianças e adolescentes e aos idosos, que colocam ênfase na importância da família como instância protetora e cuidadora. Não se descarta a importância da família para o desenvolvimento dos indivíduos, no entanto, segundo Rizzini *et al* (2006, p.21) é preciso “criar outras formas de suporte básico à família para apoiá-la no cuidado[...]”, ao invés de intervir apenas quando os recursos familiares já se esgotaram.

Está presente na LOAS, em seu artigo 2, item V, que há “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família” (BRASIL, 2011). Ou seja, ao mesmo tempo em que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) propõe que a família seja o centro e objeto de intervenções da política, ela acaba por demonstrar que a assistência só é viabilizada quando os recursos das famílias já se esgotaram, sendo a família responsabilizada pela proteção até demonstrar não conseguir assumir esta responsabilidade sozinha (MIOTO, 2011, p. 27).

Segundo Teixeira (2015), existe nas entrelinhas das legislações uma tendência a apontar a família como responsável por seus dependentes, sejam idosos, crianças e/ou pessoas adoentadas, não importando os laços afetivos existentes ou os recursos familiares para cumprir com estes encargos. Neste sentido, vários estudiosos reconhecem um “descompasso entre a importância atribuída ao papel da família e a falta de condições mínimas de vida digna, de suporte e serviços familiares ofertados pelo poder público, o que mostra que na prática ocorre mesmo é uma responsabilização da família pela proteção social de seus membros.” (TEIXEIRA, 2015, p.216).

Além disso, Teixeira (2015) afirma que a família sempre foi considerada importante pelo Estado, especialmente quando o assunto é o trabalho (não pago) realizado pelas mulheres na esfera doméstica. A novidade atual dos sistemas de Proteção Social é a legitimação e legalização da responsabilidade familiar, passíveis de serem reclamadas judicialmente, com punição às famílias. “Mas quem pune o poder público por não garantir condições dignas e às vezes mínimas de vida capazes de evitar as rupturas familiares, as violações de direitos e as violências? ” (TEIXEIRA, 2015, p. 218).

O que acontece nesse cenário de responsabilização das famílias pela Proteção Social é que quando esgotados os recursos familiares, julga-se os arranjos como vulneráveis, incapazes e como responsáveis pelos problemas que seus membros enfrentam. É como se a família empobrecida, como qualquer outra já não mobilizasse todos os seus recursos e capacidades

para sanar os problemas, tanto nas redes de parentesco, como de vizinhança e amizade. Como se o que as caracterizasse não fosse a falta de condições objetivas e muitas vezes subjetivas que viabilizasse este enfrentamento, necessitando do suporte do poder público para garantir o direito à convivência familiar e comunitária (TEIXEIRA, 2015, p. 218).

Na política de Assistência Social, por exemplo, a Matricialidade Sociofamiliar constitui um dos princípios fundantes da política e, destaca a importância da família no contexto da vida social. Esta é considerada espaço de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros (BRASIL/PNAS, 2004). Pensar a família como central para intervenção estatal pode representar um rompimento com a lógica da fragmentação, onde o indivíduo passa a ser enxergado dentro de um determinado espaço social e não mais de forma isolada. Por outro lado, teme-se que as políticas sociais se pautem em um único modelo de família, que é aquele composto por pai, mãe e filhos, cujos papéis são historicamente bem definidos, o que faz recair sobre a mulher a responsabilidade de proteção familiar. Fato preocupante em um contexto em que há um crescente número de mulheres vivendo sozinhas com os filhos, o que significa que elas incorporam, em uma figura só, as atribuições sociais de homens e mulheres.

Sobre esse aspecto, a PNAS ao menos em lei, utiliza uma conceituação de família que abarca todos os arranjos familiares existentes. A PNAS estabelece que as famílias são “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.” (BRASIL, 2004, p.35). A concepção de família proposta por esta política, de fato, está mais aberta e ampliada, entretanto, são mantidas na prática as mesmas expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um grupo de proteção e cuidados. Especialmente o papel da mulher-mãe como principal elemento provocador de mudanças, e tendo um papel ativo para a configuração de uma boa família, o que acaba por reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres.

É importante dizer que as políticas sociais, sobretudo através dos serviços sociais, acabam colocando uma série de juízos sobre o funcionamento das famílias. Ou seja, aquelas que acolhem e oferecem sustentação aos seus dependentes e entram nos serviços para humanizá-los, são conhecidas como boas famílias (ou boas mulheres). Aquelas que delegam seus membros necessitados aos serviços e se furtam de sua presença e de seus cuidados são tidas como más famílias (más mulheres) (MIOTO, *et al*, 2015, p.152). Na maioria das vezes, falar em famílias como instância protetora, é sinônimo de falar em mulheres, porque socialmente não são os homens que têm de cuidar das famílias, levar as crianças ao posto de

saúde, cuidar da casa, etc. Especialmente considerando os programas de transferência de renda que exigem condicionalidades que quase sempre são realizadas pelas mulheres.

É por isso que, segundo Miotto *et al* (2015, p. 150) é preciso analisar os serviços sociais por serem um importante vetor de materialização das políticas sociais e, neste caso, da política de Assistência Social. Os serviços sociais, de acordo com as autoras podem ser concebidos pelo prisma da operacionalização das políticas sociais e pela efetivação dos direitos. É justamente nesta identificação que reside sua importância na provisão de necessidades sociais da população, ao mesmo tempo que a sua ausência ou o sucateamento da prestação de serviços sociais afeta perversamente esta mesma população (MIOTTO, 2012).

Considerando os serviços prestados como a materialização das políticas sociais, de acordo com Miotto *et al* (2015, p. 150) é justamente no cotidiano dos serviços que acontecem os “deslizamentos em torno de atribuições de responsabilidades na provisão de bem-estar. Sob a égide do cuidado, se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias.” Além disto, há uma insuficiência de serviços sociais para amparar as famílias na criação dos filhos e nos cuidados com seus dependentes.

Nesse contexto, o Estado conta com o tempo feminino desempenhado nos trabalhos na esfera doméstica, ao mesmo que legitima esta atribuição como sendo exclusivamente feminina. Segundo Carloto (2015, p. 179) “o Estado se apropria desse trabalho não pago das mulheres na esfera dos cuidados servindo como importante pilar dos sistemas de proteção social com maior ou menor intensidade”. Desta maneira, a responsabilização da família pela proteção social recai sobre as mulheres, visto que o cumprimento das tarefas familiares e do cuidado familiar é atribuído historicamente a elas. Para as Miotto *et al* (2015, p. 50) “os serviços têm as mulheres como importantes protagonistas”.

Isso porque, como já foi falado inúmeras vezes, há um modelo universal de família que legitima uma visão naturalizada da divisão sexual do trabalho e uma complementariedade hierárquica entre mulheres e homens. Nesta concepção, de profunda vinculação entre capitalismo e patriarcado, as mulheres aparecem, segundo Carloto (2015) como o grupo mais “idôneo para aplicar planos paliativos e obter maior impacto”. Os efeitos dos programas sociais se orientam no sentido de reforçar o papel doméstico das mulheres e consolidar estereótipos do feminino (CARLOTO, 2015, p. 180).

A referida autora explica que “o que define as mulheres-mães-pobres como funcionais aos objetivos das políticas sociais é a naturalização de seu papel como cuidadora da esfera doméstica-familiar o que as coloca como um dos setores mais prejudicados pelo modelo neoliberal excludente.” (CARLOTO, 2015, p. 181) Há uma interdependência entre a política

social no modelo capitalista, notadamente nos programas de combate à pobreza, e o trabalho de cuidados na esfera doméstico-familiar. Para Carloto (2015):

Desde o início, os Programas de Transferência de Renda se orientam majoritariamente às mulheres. Em função do caráter “feminizado” desses programas, existe uma tendência em considerá-los uma política pública para as mulheres. Se assim fosse, deveriam atuar sobre os elementos que impedem a autonomia das mulheres e sobre os principais obstáculos à igualdade de gênero. São programas destinados às mulheres, mas não são programas com perspectiva de contribuição para equidade de gênero. (CARLOTO, 2015, p. 181)

Carloto (2015) também afirma que a insuficiência de serviços públicos penaliza mais as mulheres de famílias mais empobrecidas, à medida que estas ficam responsabilizadas por grande parte do cuidado familiar, atrapalhando sua inserção no mercado de trabalho, e aumentando o tempo de trabalho (não remunerado). Além de limitar a cidadania feminina, a medida que além de inviabilizar a sua inserção e permanência no mercado, inviabiliza a sua participação nas decisões coletivas. Ademais, sabe-se que quando se associa a pobreza à condição de raça e gênero, há um aumento das dificuldades de inserção qualitativa no mercado de trabalho para as mulheres negras. Campos e Teixeira (2010) afirmam:

Este é certamente um fator de restrição ao trabalho das mulheres no mercado e de ampliação da sua carga horária semanal de serviços domésticos. Isso sem contar a insuficiência de serviços domiciliares de atendimento aos idosos dependentes, crianças com deficiência, serviços de ocupação do tempo livre, de socialização, de formação para a cidadania, de capacitação para o mercado de trabalho para jovens, adultos sem emprego, dentre outros eventuais membros das famílias (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 26).

A respeito da responsabilização feminina nos serviços, destacam-se algumas falas de uma pesquisa realizada por Castilhos (2012)⁵⁹ com equipes de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)⁶⁰. Nestas falas são perceptíveis dois aspectos conjuntos que confirmam as discussões feitas até aqui: a sobrecarga familiar e a sobrecarga da mulher, já que esta é afirmada nas falas como a responsável pelo cuidado do lar e de seus membros:

⁵⁹ CASTILHOS, C.F.V. A operacionalização do trabalho social com famílias nos CRAS de Maringá-PR. Dissertação (mestrado) — Pós-graduação Política Social e Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

⁶⁰ “O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.”. (MDS, 2015, s/p)

Entende-se que é mais viável, porque é a mulher que acaba sendo a responsável pelos cuidados da família mesmo. E ela que acaba vindo buscar os benefícios. O homem vai buscar por esse modelo que nós temos, que é o homem quem tem que estar trabalhando fora. Então quem comparece mais aqui no CRAS são as mulheres. (Técnica CRAS 5)(CASTILHOS, 2012)

Centralidade na família? Centralidade na mulher, a gente fica na centralidade na mulher, porque é ela que vem aqui, que vem buscar a cota, vem participar do grupo. (Técnica CRAS 2)(CASTILHOS, 2012)

Nesse sentido, pode-se perceber que apesar da concepção de família proposta na PNAS estar caminhando junto com as transformações familiares, há ainda uma série de entraves na prática para que esta política esteja desempenhando um papel de direito e contribuindo com a diminuição da desigualdade, sobretudo de gênero. Segundo Teixeira (2015, p.188) “essa corporificação da família, na figura da mulher, não se encontra nos documentos orientadores da política de Assistência Social, o que de acordo com Carloto e Mariano (2010) denota um distanciamento entre o legal e o real, ou entre as orientações legais e a operacionalização da centralidade na família (...)” (TEIXEIRA, 2015, p.188).

A partir disso, pode-se perceber na fala de mais um sujeito esse distanciamento entre o legal e a prática, e onde justificam-se a titularidade feminina nos cadastros dos CRAS pela boa gestão feminina:

O benefício na mão da mulher, tem muito mais chance de chegar a atingir os objetivos dele. Assim, não há nada que se defina, deve cobrar da mulher, mas aqui acaba sendo natural, porque a mulher dá mais esse corpo, ela compra mais isso, ela traz isso para si mesmo. Enquanto o homem vai se afastando, é isso, os papéis vão sendo diferentes, para um e outro. (Técnica CRAS 4)(CASTILHOS, 2012)

De acordo com Teixeira (2015, p.189) as contrapartidas e condicionalidades impostas à família nos programas de transferência de renda, como a vacinação, a frequência das crianças na escola e ações relativas a saúde das crianças, são cobradas da mulher, o que aumenta “a responsabilidade e o trabalho das mulheres na esfera doméstico-familiar”, dificultando o acesso destas ao trabalho e à educação, o que seria de fundamental importância para que se ampliasse as possibilidades de autonomia econômica destas mulheres. Isto posto, cabe lembrar, que apesar delas serem beneficiárias principais destes programas, não recebem o benefício “a título pessoal, senão em virtude de relações de parentesco com os verdadeiros titulares do direito: seus filhos e filhas.” (TEIXEIRA, 2015, p.189).

Com base na discussão realizada, é possível dizer que existiram avanços em termos de Proteção Social na última década, especialmente para as famílias mais pobres. Entretanto, ainda há muito por melhorar especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho,

em um cenário que aponta para profundas mudanças familiares. O enfoque familista das políticas sociais brasileiras, especialmente o da Assistência Social direcionada para as populações mais pobres, demonstra uma centralidade não tanto na família, mas na mulher-mãe.

O que chama a atenção é que no processo de gestão, de operacionalização dos serviços, programas e projetos, a mulher-mãe ainda é responsabilizada pelos filhos e pelo cumprimento dos critérios de permanência nos programas sociais. Além disto, a precariedade dos serviços públicos, tem atrapalhado a sua inserção qualitativa no mercado de trabalho, a sua busca por qualificação, dentre outras. Ao invés das políticas sociais amenizarem as desigualdades, acabam por corroborar com elas, especialmente as de gênero, visto que os homens-pais não são chamados para cumprir com suas obrigações.

Tendo como base as discussões realizadas sobre o patriarcado, pobreza, deserção parental, segregação social, as transformações econômicas que impactaram o país a partir da década de 1990 e as políticas sociais neste panorama, o próximo capítulo trará os resultados obtidos com a pesquisa realizada, relacionado-os com as proposições já feitas.

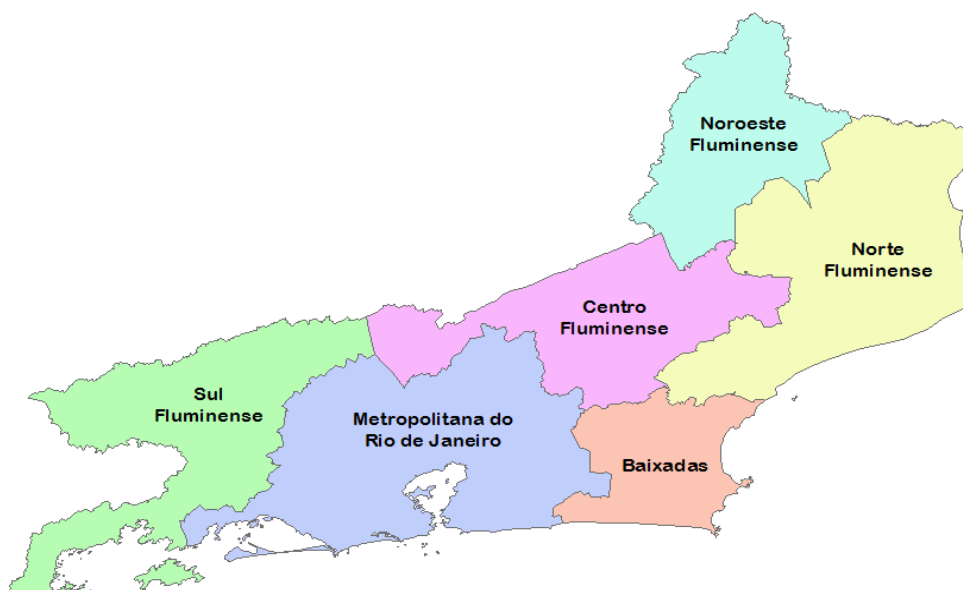
3 A REALIDADE DAS MULHERES EMPOBRECIDAS ÚNICAS RESPONSÁVEIS PELOS FILHOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

A proposta deste capítulo é trazer à tona, com base nas discussões feitas nas seções anteriores, os resultados obtidos com a pesquisa de campo desenvolvida junto às mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais, em 2016, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Também pretende-se refletir, ainda que de maneira breve, acerca de algumas especificidades econômicas e sociais municipais que proporcionarão o entendimento do contexto em que vivem os trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos da cidade atualmente. Além disto, foi realizado um levantamento dos microdados do IBGE (2010) com vistas a traçar o perfil das mulheres que vivem sós com os filhos residentes em Campos/RJ, especialmente sob o viés da raça.

3.1 AS CONFIGURAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

A cidade de Campos dos Goytacazes fica localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, conforme figura 2. Tem área territorial de 4.026,696km² e é caracterizado como o maior município fluminense em extensão territorial. A sua população é de 463.731 pessoas, sendo 48,1% homens e 51,9% mulheres, 47,7% brancos e 51,6% negros e pardos. Além disto, vale dizer que atualmente 90,3% de seus habitantes vivem nas áreas urbanas da cidade (IBGE, 2016).

Figura 2- Mapa com as Regiões do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CIDAESDORIO.BLOGSPOT (2016)

Segundo Cruz (2004) o norte do Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a região Norte Fluminense, demonstrado na figura 3, é conhecido por ser uma região tradicional na produção de cana, açúcar e álcool, contemplada com grandes montantes de recursos públicos direcionados para estas atividades, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980. Além disto, a partir do final da década de 1980, passou a receber *royalties* pela extração do petróleo regional, proveniente de sua plataforma marítima continental, localizada na bacia de Campos/RJ, área responsável por aproximadamente 80% da produção nacional de óleo e gás. De acordo com Cruz (2004) isto fez com que, a partir do final da década de 1990, quando tiveram um substancial aumento, colocassem alguns dos seus municípios entre os de maiores níveis de orçamento *per capita* do país.

Figura 3- Mapa dos Municípios da Região Norte Fluminense



Fonte: OGLOBO (2014)

No entanto, apesar de todos esses elementos econômicos, o Norte Fluminense figura entre as regiões de menor desenvolvimento do país, especialmente quando se considera os aspectos das desigualdades de renda, da qualidade de vida e bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego e do dinamismo de sua economia. O que mais uma vez confirma que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Nas palavras de Cruz (2004):

A maior expressão dessa assertiva é o fato de seus municípios figurarem entre os de maior quantidade de famílias pobres e indigentes, os de piores índices de qualidade de vida e o de piores colocações no Índice de Desenvolvimento Humano, em termos do Estado do Rio de Janeiro, com

destaque negativo para o polo tradicional, Campos dos Goytacazes (...) (CRUZ, 2004, p.85)

Especificamente sobre Campos dos Goytacazes, Azevedo (2004) afirma que com a concentração das atividades produtivas no setor açucareiro durante o século XIX criou-se uma estrutura econômica e social desequilibrada e perversa, em que prevaleceu a forte concentração de renda e a continuidade de oligarquias locais de um lado e, de outro, a proletarização da mão-de-obra e o surgimento de populações periféricas. No século XX, com a chamada indústria sucroalcooleira, baseada nas inovações proporcionadas pela industrialização da produção do açúcar, contribuiriam para o estabelecimento de novas relações de produção, em moldes capitalistas, impingindo, assim, à região um dinamismo econômico excludente e concentrador de renda (AZEVEDO, 2004, p. 62). Segundo Pinto (1995), Campos dos Goytacazes/RJ em 1935 ganhou liderança exponencial no Brasil e na América Latina, sendo considerado o maior município produtor de açúcar (PINTO, 1995).

Mas, a história de Campos/RJ permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. De acordo com Cruz (2004) o município é representativo dos espaços do território nacional, herdeiros de práticas políticas e produtivas tradicionais, “sob domínio de oligarquias rurais, quase sempre representantes de uma economia monocultora, com estruturas de poder e de relações sociais preservadas pela modernização conservadora” (CRUZ, 2004, p.88) realizada no país. Tais dinâmicas permitiram que um processo de intenso crescimento, acompanhado de modernização tecnológica, significasse reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento, da estagnação, da pobreza e do desemprego (CRUZ, 2004, p. 88).

A urbanização campista começa a se expandir a partir da década de 1970, mesmo que o ponto forte da economia ainda fosse agroindústria sucroalcooleira e estivesse presente na zona rural. Isto demonstra, segundo Cruz (1992), um processo de mudanças técnicas na agricultura, que resultou em transformações nas relações de produção. Com a mecanização da lavoura na Região Açucareira de Campos, ocorreram dois fatores importantes: o cuidado com as terras passou a ser realizado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) que fez extinguir os colonos e a expulsão gradativa dos trabalhadores que moravam nas terras dos usineiros e dos grandes fornecedores de cana. Este processo não apenas trouxe prejuízos aos trabalhadores, como também para o complexo agroindustrial que vivenciou relativa estagnação pela perda da fertilidade do solo e pela ociosidade nas unidades industriais.

Portanto, é possível dizer que a mecanização da lavoura, a estagnação dos níveis de produtividade da lavoura e mudanças nas relações de produção fizeram com que muitos trabalhadores rurais se mudassem para a cidade, mas ainda continuassem trabalhando como clandestinos na própria lavoura da cana. A moradia na cidade foi uma forma de desreponsabilização dos usineiros e fornecedores para com os trabalhadores no que diz respeito à moradia e aos serviços de saúde e educação. Se os trabalhadores fossem para a cidade, caberia ao Estado os gastos com a urbanização e para o trabalhador ficaria a liberdade de vender sua força de trabalho para quem quisesse (CRUZ, 1992).

Mas com a pouca oferta de trabalho na cidade e a existência de excedente força de trabalho, os trabalhadores passaram a ser intermediados pelas firmas empreiteiras, contratadas por usineiros e fornecedores de cana, para continuarem trabalhando na zona rural, só que de forma clandestina e morando na zona urbana. Esta mediação com os empreiteiros livraram os usineiros e fornecedores de cana dos custos do vínculo empregatício, que passou a ser obrigatório (CRUZ, 1992, p. 163).

De acordo com Azevedo (2004) a situação econômica vivenciada pelo país, além da concorrência com o estado de São Paulo e o processo de reestruturação produtiva no setor, fez com que dezenas de usinas locais diminuíssem a produção no final dos anos 1970, fazendo o setor entrar em colapso nos anos 1980 e 1990, o que afetou profundamente o município. Isto porque, segundo o referido autor, havia falta de diversificação das atividades econômicas da região Norte Fluminense e uma elevadíssima dependência da região com relação ao setor sucroalcooleiro. As atividades partícipes da cadeia produtiva do açúcar eram responsáveis pela geração de cerca de 70% da renda. A pecuária e a produção agrícola contribuía, ainda que em proporção menor que a produção sucroalcooleira, para a geração de riqueza na região (AZEVEDO, 2004, p.65).

Os resultados mais visíveis da estagnação econômica do setor e seu impacto sobre a região foram o fechamento de inúmeras usinas, o elevado grau de desemprego gerado e a precarização das relações trabalhistas. Além disto, o período de safra diminuiu pela metade, — onde, se antes o período de safra durava oito meses, com a crise reduziu-se para apenas quatro meses —. Isto fez com que os trabalhadores buscassem outras ocupações durante o período de desemprego. Mas este processo associado à desqualificação da força de trabalho rural fez com que estes trabalhadores fossem inseridos em ocupações precárias e informais como serviços domésticos, construção civil, pequeno comércio, vendedor ambulante. Portanto, segundo Cruz (1992), para estes trabalhadores a única certeza, “é a da pobreza e da precariedade das condições de vida na cidade” (CRUZ, 1992, p. 164).

Sobre esses processos, utilizando-se de estudos realizados em 2001 pela Fundação Getúlio Vargas⁶¹, Cruz (2004) afirma que o percentual da população com renda *per capita* inferior a 80 reais em Campos dos Goytacazes/RJ na década de 1970 era de 30,80%, passando para 38,13% em 1980. O que refletiu pelo período de expansão e modernização da agroindústria açucareira, eliminando antigos cultivos e ramos do complexo, e gerou um contingente de milhares de boias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e renda (CRUZ, 2004, p. 85).

Em 1991, o índice de indigência de Campos/RJ disparou para 52,34%. Cruz (2004) explica que mesmo tendo se consolidado, na década de 1980, a extração do petróleo na região, o município campista, ao contrário de Macaé, continuou sediando o complexo da agroindústria açucareira, que reproduziu um mercado de trabalho polarizado e restrito, em virtude da modernização, entrando em crise ao final da década. Os benefícios diretos do petróleo em termos do emprego e da renda, se concentraram no entorno do município de Macaé. Já a cidade de Campos/RJ parece se ressentir das consequências da dinâmica dos últimos 30 anos da agroindústria açucareira, apesar de ter havido progressos na redução da pobreza extrema nos anos seguintes (CRUZ, 2004, p. 85).

A partir do exposto, é possível dizer que a urbanização do mercado de trabalho realizada em Campos/RJ, impulsionada sobretudo pela crise da economia açucareira no município, propiciou um universo de instabilidade, insegurança e desamparo, principalmente relacionados às oportunidades de emprego. Para os trabalhadores, que em sua maioria vieram da zona rural, restou um mercado de trabalho informal, com vínculos empregatícios informais, que os excluía da garantia de direitos trabalhistas, aumentando ainda mais a precarização e a pobreza destes trabalhadores (CRUZ, 1992). Isto se deu principalmente porque a força de trabalho da agroindústria sucroalcooleira tem um perfil que não a credencia para os novos setores e atividades que respondem pela maioria dos postos de trabalho criados nos últimos 20 anos no município resultantes do boom do petróleo. Nas palavras de Cruz (2003)

A produção de cana e açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade do auge, nos anos 80 [...]. O emprego no setor caiu, entre meados de 80 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000. Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão-de-obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida (CRUZ, 2003, p. 36).

⁶¹ “MAPA do fim da fome. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, julho, 2001. As medidas de pobreza utilizadas neste estudo se baseiam no conceito de renda domiciliar *per capita*.” (CRUZ, 2004, p. 85)

Cruz (2004) também coloca que, apesar do Município de Campos dos Goytacazes/RJ fornecer uma parcela significativa de trabalhadores para o complexo petrolífero em Macaé, estes trabalhadores não são os que vieram da agroindústria. São trabalhadores que se profissionalizaram nas escolas técnicas que o município de Campos dos Goytacazes oferece. Para Cruz (2004) o aspecto central do mercado de trabalho campista é “o desemprego e o subemprego da imensa força de trabalho, altamente desqualificada para as novas atividades econômicas regionais da agroindústria deserdada pela modernização e pelo enxugamento do setor.” (CRUZ, 2004, p. 106).

A dinâmica exposta faz com que haja altos índices de informalidade entre grande parcela da sua força de trabalho, que vive de “biscates”, construção civil e empregos domésticos, e mora em periferias e loteamentos clandestinos. O que significa que além da informalidade, há a exclusão dos direitos mínimos ligados à urbanização, — pavimentação de vias, habitação, luz, água, esgoto, saneamento e drenagem, transporte e comunicação, saúde, educação e lazer — que representam as condições de reprodução desta força de trabalho (CRUZ, 2004, p. 106).

Segundo Faria (2005), com esse processo se formou em Campos/RJ uma profunda dualidade centro/periferia, na qual por um lado as áreas centrais do município são mais dotadas de recursos e serviços urbanos e habitadas por uma classe de alta renda. Por outro, nas áreas periféricas reside a população menos favorecida, que é deixada à margem do processo de modernização, vivendo em condições precárias, carentes de recursos urbanos; esta se distribui pelas zonas mais distantes do centro da cidade (FARIA, 2005).

Em relação aos impactos, de acordo com Faria (2005) a partir dos anos 1980, o município se vê encurralado pela problemática do processo de favelização, impulsionado pela falência das usinas de cana-de-açúcar em Campos/RJ e pelos inevitáveis conflitos advindos da expansão urbana insuficiente para o volume de população que a cidade recebeu. Segundo Cordeiro (2015) é importante ressaltar que este cenário de urbanização apresenta uma homogeneidade no conjunto dos municípios brasileiros no campo dos direitos relativos à cidade, reproduzindo um padrão de desenvolvimento sustentado na segregação, exploração e exclusão de trabalhadores empobrecidos (CORDEIRO, 2016).

Algumas décadas depois desse processo maciço de urbanização, a realidade pouco mudou. Faria e Pohlmann (2015) afirmam que a configuração do espaço urbano de Campos dos Goytacazes continua sendo marcada pela dualidade centro-periferia e pelas desigualdades sócioespaciais, onde os bairros periféricos tornam-se cada vez mais distante da região central. Para as referidas autoras este conjunto de elementos vem sendo legitimado com a construção

dos condomínios habitacionais do Morar Feliz⁶², que tem como objetivo garantir “moradia digna para a população pobre da cidade” mas que em contradição com a segregação social (FARIA; POHLMANN, 2015, p.1).

A Política Habitacional, como todas as outras políticas são influenciadas pelo sistema de mercado. Assim, devido à especulação imobiliária, as construções destes condomínios são realizadas longe dos centros urbanos, pelo preço das terras serem mais baixos, o que distancia esta população dos serviços básicos como saúde e educação. Isto demonstra claramente o caráter fragmentado e focalizado das políticas brasileiras, que não se articulam em prol de uma efetiva proteção social, não desconsiderando sua importância para as camadas mais empobrecidas. No entanto não se pode deixar de considerar que esse cenário contribui para a expansão e reconfiguração da periferia.

Retomando o debate das ocupações das populações empobrecidas do município de Campos; quando o emprego doméstico passa a caracterizar uma das principais ocupações e, sabendo que esta é uma atividade majoritariamente feminina, destaca-se, portanto, o perfil feminino presente no mercado de trabalho de Campos/RJ. Segundo Cruz (1992) este aumento da presença feminina no mercado de trabalho campista se deu na década de 1950, quando os trabalhadores da agricultura deixaram de receber por dia e passaram a receber por produção. Como estratégia para elevar seus ganhos os próprios trabalhadores passaram a incorporar seus familiares (mulheres e crianças) na produção. Estas estratégias representaram como essencial à sobrevivência das famílias de baixa renda de Campos que usavam da força braçal para sua reprodução. Porém este método afetou principalmente as crianças e adolescentes, que foram excluídos do acesso à educação formal, o que contribuiu para a reprodução da pobreza, a desqualificação e a insegurança (CRUZ, 1992).

No que se refere à presença feminina no mercado de trabalho campista, se forem considerados os dados do IBGE (Censo 2000), o número de mulheres economicamente ativas cresceu na última década de 71.998 em 2000, para 89.981 em 2010 (IBGE, 2000/2010). Sobre isto, uma pesquisa realizada em 2010 por Almeida (2013) com os beneficiários do PBF no município, demonstrou que as principais ocupações das mulheres das camadas mais

⁶² O Programa Habitacional “Morar Feliz” é um programa de moradia popular da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes iniciado no final de 2010. De acordo com Faria e Pohlmann (2015) quando foi lançado, em 2010, previa a construção de 10.000 unidades ao final de 4 anos, compreendidos entre 2009 e 2012 (período do 1º mandato da atual prefeita Rosinha Garotinho). Neste período, foram construídas 5.426 unidades, distribuídas em 14 condomínios situados em 10 bairros da cidade. Reeleita, a prefeita prometeu construir entre 2013 e 2016, as 4.574 unidades restantes. O Programa Morar Feliz, na primeira fase, foi financiado com recursos próprios, provenientes dos royalties do petróleo, um dos principais dinamizadores da economia da cidade. Nesta segunda fase, uma parte terá parceria com o MCMV. (FARIA; POHLMANN, 2015, p.1)

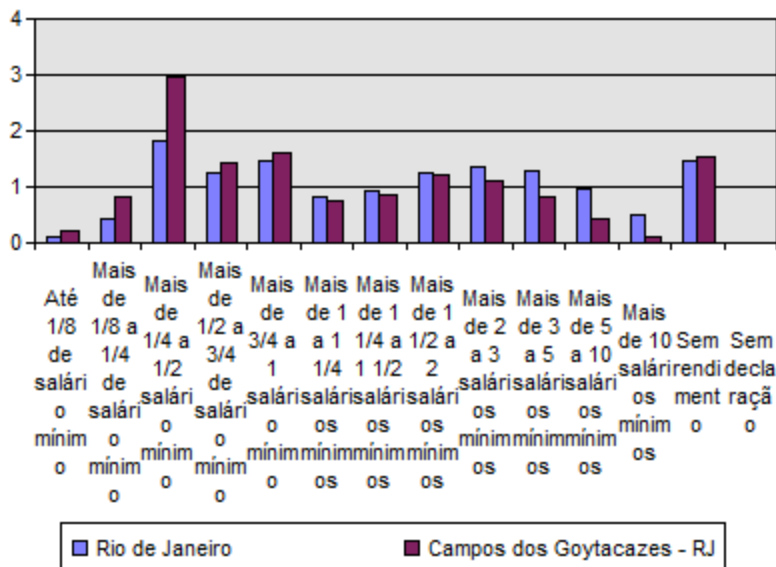
empobrecidas ainda são relativas aos serviços domésticos (empregadas domésticas e faxineiras/diaristas), que passaram a ocupar 20% das trabalhadoras de baixa renda. O que pode explicar este aumento expressivo da presença de mulheres no mercado de trabalho. Todo este contexto confirma a discussão de Viceli (2011), que coloca a participação feminina no mercado de trabalho ainda em atividades precarizadas e de menor rendimento como os serviços domésticos, que são atividades desqualificadas e desvalorizadas, confirmando esta realidade no Município de Campos/RJ.

Outras ocupações das classes subalternas são as de ajudante de pedreiro, manicure, catador, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, cozinheiras, trabalhador rural. Em síntese, atividades precarizadas, mal remuneradas e desprotegidas e que, segundo Almeida (2013), compõem, em sua maioria, o universo de serviços prestados à burguesia e à classe trabalhadora integrada, de renda mais elevada, demonstrando que o “novo desenvolvimentismo” não tem sido capaz de gerar um emprego protegido e com remuneração capaz de promover as necessidades sociais de reprodução social das famílias ⁶³ (ALMEIDA, 2013).

O que compete aos arranjos formados por mulheres sem cônjuge com filhos no município de Campos/RJ quando comparado ao estado do Rio de Janeiro, segundo os dados contidos no gráfico 3, demonstram que tanto o estado quanto o município confirmam a realidade nacional no sentido de serem famílias com rendas mais baixas. No entanto a concentração das famílias monoparentais femininas no município de Campos/RJ, com $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda *per capita* é bastante superior ao Rio de Janeiro de forma geral. Além disto, enquanto o estado mantém uma certa proporção entre 1 e 5 salários, a cidade vai decaindo conforme a renda aumenta. Uma análise mais aprofundada será realizada mais à frente.

⁶³ Segundo Pocham (2009), mesmo que o desemprego tenha diminuído nos governos do PT, em relação à década de 1990, os novos postos de trabalho encontram-se sobretudo na construção civil e nos serviços e situam-se, majoritariamente, entre 1 e 3 salários mínimos.

Gráfico 3- Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar *per capita* e tipo de composição familiar, 2010: mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos/ Estado: Rio de Janeiro e Município: Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: SIDRA, 2010

Se for focar apenas as famílias empobrecidas de Campos, segundo Almeida (2013), 49,3%, dos arranjos são monoparentais, destes, 99% são femininos. Isto indica que as famílias monoparentais são femininas, ou seja, arranjos formados por mãe e filhos. Este dado revela um aumento expressivo no que diz respeito à monoparentalidade feminina das últimas décadas, já que de acordo com Cruz (1992), o número de domicílios de baixa renda na década de 1990 em Campos/RJ, que tinham a mulher como única responsável pelo sustento da família, chegava a 20%, portanto, em duas décadas este número dobrou. Este aumento dos arranjos monoparentais femininos entre as famílias mais pobres e a confirmação de que a maioria das famílias monoparentais é feminina, dificulta os chamados arranjos de inserção no enfrentamento do desemprego e da precarização (BORGES⁶⁴, 2006 *apud* ALMEIDA, 2013). Cabe ressaltar que diante da insuficiência de políticas sociais de apoio às famílias monoparentais femininas, a dificuldade de superar a pobreza é ainda maior.

Nesse sentido, compreendendo de forma geral o cenário instaurado no município, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras empobrecidas, pode-se prosseguir

⁶⁴BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222, jul./dez. 2006.

aprofundando as análises acerca da realidade vivenciada pelas mulheres empobrecidas sem cônjuge e com filhos na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

3.2 PERFIL DAS MULHERES SEM CÔNJUGE E COM FILHOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Com base nas proposições feitas no capítulo anterior, já se sabe que os arranjos formados por mulheres e filhos sem a presença do cônjuge estão mais representados entre a população de baixa renda, tanto em nível nacional quanto em nível municipal. No entanto, a proposta do presente item é demonstrar alguns outros elementos como estado civil, raça, idade e aspectos que incidem na baixa renda destas mulheres, como escolaridade e ocupação. Pensa-se ser importante enriquecer esta realidade trazendo outros elementos que desvelem o perfil dessas mulheres, especialmente sob o viés da variável cor/raça. Desta maneira, deparando-se com a ausência de dados produzidos sobre este contexto no município, realizou-se um levantamento sobre estes arranjos, a partir dos microdados do IBGE produzidos no município de Campos dos Goytacazes/RJ, em 2010.

O primeiro ponto a se destacar é o fato de os arranjos formados por mulheres-mães e filhos representam 14% dos arranjos existentes no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Destes, 40,2 % são mulheres solteiras, 39,9% viúvas e 19,6% divorciadas. Se for considerada a cor/raça neste contexto de mulheres residindo com os filhos, sem a presença do cônjuge, percebe-se que há mais mulheres negras do que brancas. As negras representam 52%, enquanto as brancas 48%, realidade que acompanha o cenário brasileiro conforme já foi apresentado. Este é um fator importante para ser analisado, já que, conforme discutido, a precarização do trabalho e as condições de vida estão associadas à questão de gênero e de raça/cor. Estando os trabalhadores negros em situação desfavorável no mercado, e se as mulheres só por assim serem já são destinadas às remunerações mais baixas e espaços de trabalho precarizados, se for acrescentado aqui, a questão racial, as mulheres negras ficam em último lugar nos índices de rendimento, o que repercute nos dados que serão apresentados a partir da variável cor/raça (SANCHES, 2011; GUIMARÃES, 2008; BENTO, 1995; KERGOAT, 2010; SAFFIOTI, 1996, 2004).

O que se observa é que quando se incide a variável cor/raça para análise dos dados, não existem apenas diferenças, como são bastante representativas. A começar pelo estado civil, que demonstra que as mulheres negras estão mais representadas como solteiras, enquanto as brancas estão mais presentes entre as viúvas ou divorciadas. As primeiras

configuram cerca de 25,3% das mulheres solteiras com filhos, enquanto as segundas 14,6%. Ao mesmo tempo, quando o estado civil faz referência a viuvez, cerca de 27,7% das mulheres brancas são viúvas, na medida em que neste quadro, 18,5% são negras.

No que se refere às divorciadas, apenas 7,9% são negras, ao passo que 11,7% são brancas. Estes dados podem ser compreendidos com base nas discussões feitas sobre as mulheres negras serem mais empobrecidas, e portanto estarem entre as camadas cujos vínculos conjugais, em sua maioria não são oficializados. Logo, é possível que elas já tenham tido alguma experiência de casamento informal, mas como não oficializaram, a separação não configurou divórcio (SARTI, 2010; FONSECA, 2002). Além disto, a idade das mulheres também revela algumas questões, especialmente para explicar os dados sobre a viuvez. Cerca de 30% das mulheres brancas estão com idade entre 45 e 65 anos, enquanto 34% das mulheres negras tem entre 25 e 45 anos. Ou seja, as mulheres brancas vivendo sem o cônjuge e com filhos são mais velhas e este fator também pode explicar o cenário representativo de viúvas entre as mulheres brancas.

No que tange à variável saber ler e escrever, em geral, as mulheres sem cônjuge e com filhos, sejam brancas ou negras sabem ler e escrever, aproximadamente 44,8% das mulheres brancas e 45,3% das mulheres negras. No entanto, a diferença é considerável quando se analisa os dados das que não sabem, as negras representam um pouco mais que o dobro das brancas. Enquanto apenas 3,2% das mulheres brancas não sabem ler e escrever, as negras representam, 6,8%. O fato da maioria delas saber ler e escrever, está distante de afirmar que a escolaridade destas mulheres é alta, porque a realidade percebida é bastante diferente disto.

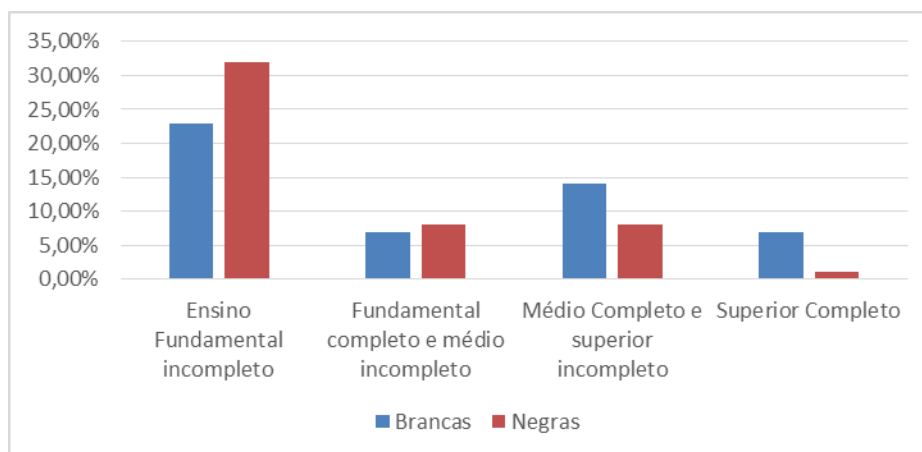
Conforme mostra o Gráfico 4, a escolaridade ainda é muito baixa, sejam entre as negras ou entre as brancas. De acordo com o levantamento realizado, percebeu-se que 54,9% das mulheres que vivem sem o cônjuge e com os filhos não concluíram o ensino fundamental⁶⁵, destas, 22,9% são brancas e 32% são negras. O que também se observa é que quanto maior a escolaridade, menor a presença das mulheres negras, como por exemplo, 14% das mulheres brancas possuem ensino médio completo⁶⁶ e superior incompleto, ao passo que as negras estão representadas em 9%. No que se refere ao ensino superior completo apenas 1% das mulheres negras e 7% das brancas possuem. Fica claro que em geral, a escolaridade é baixa, sendo explicado, pelos altos níveis de trabalho infantil entre os trabalhadores e

⁶⁵ O ensino fundamental vai do 6º ano ao 9º ano (Lei nº 9.394, Portal MEC).

⁶⁶ O ensino médio vai do 1º ao 3º ano, considerado segundo grau (Lei nº 9.394, Portal MEC).

trabalhadoras mais pobres, fator que vem diminuindo apenas na última década, o que será falado mais à frente.

Gráfico 4- Nível de Instrução segundo cor/raça



Fonte: Microdados do IBGE referente ao município de Campos dos Goytacazes/RJ (2010).

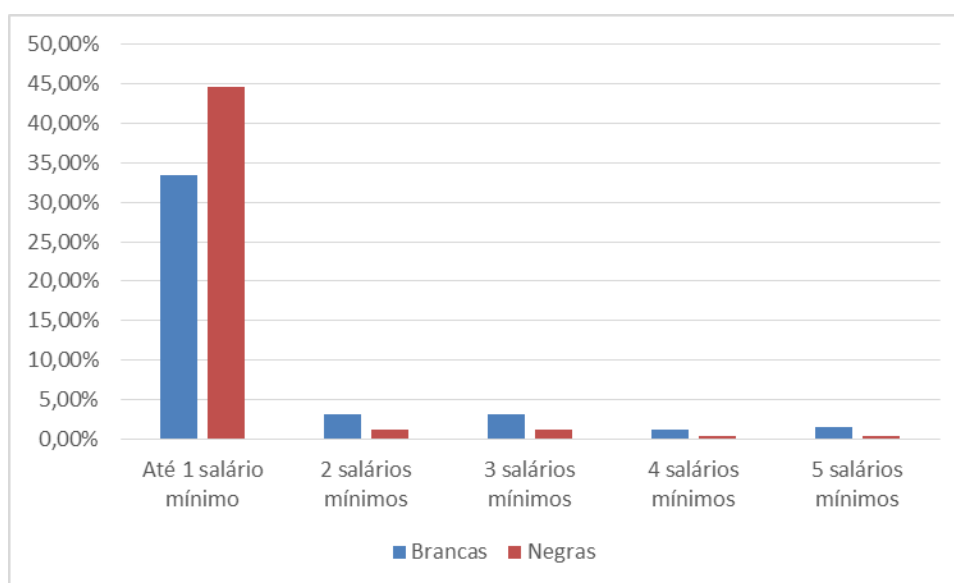
Outro elemento destacado é a alta participação dessas mulheres no mercado de trabalho, 87% delas estavam ocupadas, isto se explica pela sua grande maioria ser a única provedora dos seus filhos e, sendo assim precisam assumir o alto ônus da inserção profissional e das responsabilidades familiares (GAMA, 2014). Das que estão ocupadas, 46% trabalham com carteira assinada, e destas, 20% são mulheres brancas e 26% mulheres negras. Ao mesmo tempo em que as mulheres negras estão mais representadas nos empregos formais, também estão em maioria nos empregos sem carteira de trabalho assinada. Ou seja, enquanto as brancas representam 10% da informalidade no contexto estudado, as negras configuram o dobro. Nos empregos de regime jurídico dos funcionários públicos, 5% são brancas e 2% negras, e 10% das mulheres brancas e 5,2% das negras trabalham por conta própria.

Sobre as ocupações em que essas mulheres estão presentes, pode-se afirmar que as mais desqualificadas e com as menores remunerações são direcionadas às mulheres negras. As atividades mais significativas em que elas estão mais representadas são como cuidadoras de crianças (7,2%), cuidadoras de pessoas em instituições (5,7%), trabalhadoras domésticas (15,1%), trabalhadoras de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (9,3%), cozinheiras (5%), porteiras (3%). Já as mulheres brancas estão em atividades no comércio em geral (13,1%), secretárias e recepcionistas (9%), profissionais de ensino médio em enfermagem (5%), professoras de ensino infantil (4,2%), caixas e expedidoras (5%), trabalhadoras domésticas (6%). Nas ocupações de ensino superior, a

participação delas é pequena, mas vale dizer que as mulheres negras só estão presentes como professoras de ensino fundamental e médio e como assistentes sociais, enquanto algumas mulheres brancas são advogadas/juristas, contadoras, professoras, fisioterapeutas, farmacêuticas e dentistas.

Sobre a renda das mulheres, observou-se que elas têm acompanhado a média nacional. Cerca de 78% das mulheres sem cônjuge e com filhos no município de Campos dos Goytacazes/RJ, têm como renda mensal familiar total, rendimentos menores ou iguais a um salário mínimo, o que afirma mais uma vez a pobreza existente entre estes arranjos. Destes 78%, mais da metade, são mulheres negras, visto as ocupações em que estão presentes, são as menos remuneradas e conseqüentemente as mais precarizadas. Conforme, pode-se perceber no Gráfico 5, quanto maior é a renda, menor é a presença das mulheres negras, o mesmo processo verificado no quesito escolaridade.

Gráfico 5- Renda Mensal Familiar Total (Julho 2010)



Fonte: Microdados do IBGE referente ao Município de Campos dos Goytacazes/RJ (2010)

Esse breve levantamento dos dados acerca das mulheres sem cônjuge e com filhos do município de Campos dos Goytacazes/RJ, propiciou a percepção de que mesmo essas mulheres sendo empobrecidas de forma geral e estando presentes em atividades de baixa remuneração, quando se compara mulheres negras e mulheres brancas há diferenças, sobretudo no que se refere às ocupações. Os dados levantados demonstram que, de fato, às mulheres negras ainda são reservados os empregos domésticos e de serviços de limpeza em geral. Este é um cenário que demonstra preocupação, visto que segundo Sanches (2011) são

os trabalhos que estão entre as ocupações mais precarizadas, com níveis de remuneração muito baixos e frequentemente com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. Estes dados também mostram o baixo índice de registro em carteira, baixos salários, menos direitos trabalhistas e, portanto, menos proteção social, questões estas que serão aprofundadas no próximo item.

3.3 A REALIDADE VIVENCIADA POR MULHERES EMPOBRECIDAS CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Todas as problematizações feitas até aqui irão auxiliar no entendimento da vida das seis mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos/RJ, que foram entrevistadas. Pretende-se, com o presente item, alcançar dois dos três propósitos do presente trabalho. O primeiro se refere a compreender as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres trabalhadoras empobrecidas que vivem com os filhos, sem a presença do cônjuge no município de Campos/RJ. O segundo é perceber quais são as estratégias desenvolvidas por estas mulheres na conciliação entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos. Os dados levantados com as entrevistas narrativas foram analisados utilizando-se dos conceitos propostos nos capítulos anteriores, sobretudo os relacionados a: deserção parental, pobreza, desigualdade racial e proteção social.

3.3.1 As protagonistas deste estudo

Jéssica, Fabiana, Márcia, Sara, Viviane e Janice são as protagonistas da pesquisa qualitativa realizada. São elas que apresentam de forma clara e intensa, vivências tão complexas e marcadas por profundas dificuldades. Através de suas falas, silêncios e pausas, pôde-se conhecer os elementos que compõem as suas trajetórias de vida e de trabalho, as suas estratégias de conciliação entre trabalho remunerado e o cuidado com os filhos.

A primeira protagonista do estudo foi Jéssica. Ela é negra, solteira, tem 32 anos, é catadora de materiais recicláveis, mãe de quatro filhos, residente do bairro Santa Edwiges, em um terreno que divide com sua irmã e seu pai. Quando pedida para falar sobre sua principal característica como pessoa, pensou por alguns minutos e disse: “me considero muito corajosa... Já passei por tanta coisa nessa vida que você nem imagina, aprendi com as pauladas na cabeça a não fugir de nada, por mim e pelos meus filhos. ”.

Fabiana é também negra, solteira, tem 45 anos, cozinheira, mãe de seis filhos, vive no bairro Parque Santa Rosa em uma casa do programa habitacional da prefeitura. Apesar de

dizer, em um primeiro momento, que não possuía nenhum aspecto que a marcasse, ao final de um dos encontros, de forma inesperada falou: “sabe ‘siminina’, fiquei pensando naquilo que você pediu pra falar e acho que agora eu sei... Sou muito trabalhadeira, muito mesmo... Pra sustentar meus filhos eu sempre me virei... Já fiz de tudo um pouco na vida... Mas não fujo do trabalho... Acho que sou assim, trabalhadeira”.

Márcia é negra, solteira, tem 37 anos, auxiliar de serviços gerais, mãe de três filhos, vive no bairro Custodópolis no terreno herdado de seus pais. Quando questionada sobre seu traço mais marcante, disse sem nem titubear: “sou muito guerreira sabe? Todos falam isso de mim... Vou atrás das minhas coisas... Comigo não tem tempo ruim...”.

Sara é igualmente negra, solteira, tem 24 anos, empregada doméstica, mãe de dois filhos, mora no Parque Santa Clara em cima da casa dos seus pais. Para ela, sua característica mais forte é ser mãe, sem nem pensar muito respondeu: “sou mãezona, amo meus filhos mais que qualquer coisa e dou tudo por eles... Eles me salvaram... Às vezes acordo sem vontade de ir trabalhar, mas logo me vem à cabeça que preciso ir... por eles... só por eles... Engulo muito sapo... Já fui muito humilhada nos serviços né?... Mas por eles vale a pena porque eles só me têm, num tem pai né? ”.

Viviane assim como as anteriores é negra, solteira, tem 34 anos, manicure, mãe de dois filhos, reside no bairro Fundão em uma casa construída por ela e com auxílio de algumas pessoas. No momento em que foi solicitada a fala sobre um aspecto pessoal que se sobressaísse aos demais, ela imediatamente chamou a filha de doze anos (a mais velha) que naquele momento estava no quintal da casa. Quando a filha apareceu, perguntou “O que você acha da mamãe?”. A filha riu, sem entender do que se tratava e disse “sei lá mãe... Acho que é legal.. Às vezes chata... Não sei”. Após isto, Viviane riu meio sem graça e respondeu: “não sei o que sou... Acho que sou calada, na minha, sabe como? As pessoas pedem para eu me abrir, mas não gosto de conversinha fiada... Lá no salão que trabalhei, entrava muda e saia calada... Só falava o necessário... Acho que aprendi a ser assim...”.

Janice é branca, solteira, tem 23 anos, caixa de supermercado, mãe de dois filhos, também mora no bairro Fundão em uma casa alugada que fica nos fundos da casa de uma família que ela não conhece muito. Sobre sua principal característica, respondeu ser a alegria. Em suas palavras: “sou muito alegre...feliz mesmo né?... O pessoal do trabalho até brinca ‘lá vem a menina sorridente’... Gosto de ser assim porque a vida é muito dura né?... Não dá pra ficar pensando nas tristezas...”.

Esses foram alguns elementos considerados importantes para apresentar as principais personagens desta pesquisa. O intuito de questioná-las a respeito de uma característica

marcante sobre elas não foi de reduzi-las a uma única dimensão, mas sim de compreender a forma como essas mulheres se enxergam. No entanto, este momento se revelou mais rico do que o imaginado. Ao mesmo tempo em que levou algumas à reflexão, como se aquela pergunta nunca tivesse passado pela cabeça, para outras, foi um momento de lembrarem as suas qualidades, diante de uma vida que muitas vezes tem sido dura e difícil. Além disto, se mostrou uma boa forma de iniciar a apresentação de suas vidas, seus medos, seus anseios e suas trajetórias.

3.3.2. As trajetórias de vida

JÉSSICA, 32 anos

Nasceu no subúrbio do Rio de Janeiro/RJ. A sua infância e a de seus três irmãos foi marcada pela precariedade econômica e social, associados ao alcoolismo de seu pai e de sua mãe. Viveram parte da infância em um ambiente violento, principalmente no que se refere à violência física praticada por seu pai contra sua mãe. A pobreza enfrentada pela família motivou Jéssica e os seus irmãos a pararem de estudar ainda crianças para pedir comida na rua “para tentar sobreviver”. Após perderem a casa em que viviam, foram morar embaixo de uma ponte, próxima à rodoviária no Rio de Janeiro, onde ficaram por quatro meses, quando sua mãe foi levada para o hospital com crises de cirrose e faleceu. “Foi um momento muito duro, éramos pequenos e mal tínhamos o que comer...”.

Jéssica com nove anos, sua irmã mais nova com sete, a mais velha com onze e o irmão mais velho com treze, foram morar com a avó em um bairro pobre do Rio, no qual permaneceram por dois anos. Após este período, o pai conseguiu uma nova casa para morar e buscou os filhos para morarem com ele novamente e com a sua nova esposa. Contudo, após um tempo morando com a “madrasta”, Jéssica afirma não ter suportado “ser maltratada por ela”. Então, aos 12 anos, foi trabalhar em uma “casa de família”, como empregada doméstica, porque era uma forma “de ter uma casa para morar e receber algum dinheiro”.

Após alguns meses “aguentando as humilhações e o trabalho sem descanso”, procurou outro lugar para morar. Encontrou um “barraco” que poderia pagar com os trabalhos de faxina, de manicure, corte de grama, “o que aparecia”. Então retornou à casa do pai e “pegou” a sua irmã mais nova para “criar”, que na época tinha 10 anos. Trabalhando onde “dava” e

quando aparecia, prosseguiu junto à sua irmã em meio à fome e à necessidade. Engravidou aos quinze anos de sua primeira filha. O então namorado “não quis assumir” a filha durante a gestação porque “não aceitava que a filha era dele”, mas quando “ela nasceu decidiu registrar”.

Nessa reaproximação, após três meses, Jéssica descobriu que estava grávida novamente, mas dessa vez “ele não assumiu e desapareceu”. Jéssica pensou em abortar, mas ficou com receio de morrer. Seguiu a gravidez, “mesmo não querendo” e tinha certeza de que quando nascesse “daria para alguém com mais condição pra cuidar”, já que a fome e a precariedade vivenciada por ela, sua irmã e sua filha eram as únicas certezas que tinham. Mas quando seu filho nasceu não teve “coragem” e pensou “onde come um, come dois”.

Nesse sentido, Jéssica com 17 anos morava com seus dois filhos e sua irmã que ajudava a cuidar deles enquanto ela trabalhava como empregada doméstica. Depois, conseguiu um emprego no parque aquático da cidade e trabalhava como atendente de lanchonete, onde ficou trabalhando por mais dois anos, mas sem carteira assinada, associava este trabalho com algumas faxinas e como manicure, “só assim para conseguir sustentar todo mundo e ainda pagar aluguel”.

Quando perdeu esse emprego “a coisa ficou feia hein... Tentei procurar o pai das crianças... Os pais deles, no caso os avós, para pedir comida para os meus filhos, mas eles bateram a porta na minha cara”. Em meio a um momento de precariedade, “cheguei até a me prostitui pra comprar leite para meus filhos”. Na tentativa de buscar uma vida melhor, se mudou para Campos dos Goytacazes/RJ com as suas irmãs, o seu pai que estava adoecido e seus dois filhos. No entanto, “sempre que podia ia para visitar os amigos” e, em uma dessas visitas, conheceu um rapaz e começou a se relacionar com ele. Isto fez com que voltasse a morar no Rio. Com o novo companheiro e seus dois filhos, Jéssica fazia “qualquer tipo de biscates para manter a casa, porque ele não gostava de trabalhar”. Após quatro anos de relacionamento e com mais dois filhos, “ele se envolveu com drogas”, gerando muitos conflitos para o casal.

Na tentativa de ajudá-lo, voltou para Campos dos Goytacazes/RJ com ele e seus quatro filhos, onde alugaram um cômodo no bairro da Codin para morarem. Pela proximidade de sua moradia com o lixão e em virtude do desemprego dos dois, foram trabalhar lá como forma de manter os filhos. Ainda vivia com o pai de seus últimos dois filhos, quando um dia chegou à casa “sem nada, porque ele vendeu tudo pra comprar droga”. Além disto, ele a agrediu e ela o colocou “para fora” de sua casa. Algum tempo depois começou um novo relacionamento com

outro rapaz, mas “durou menos de um ano”, porque os conflitos entre eles estavam “atingindo” seus filhos, então ela decidiu “expulsar ele de casa”.

Jéssica construiu um “barraco”, o seu “canto” no quintal de seu pai e sua irmã com o trabalho no lixão, que por muito tempo era apenas uma sala/cozinha e um quarto, “nem banheiro tinha, a gente fazia as coisas na sacolinha e jogava fora... Tomava banho no quintal, usando a torneira que tinha lá”. Jéssica ficou trabalhando no lixão da cidade por oito anos e este foi o trabalho que sustentou sua vida e de sua família neste período. Foi lá que conquistou “tudo que tenho hoje... Tudo da minha casa veio do lixão”. Além do sustento financeiro, ela encontrava calçados, roupas, brinquedos que eram úteis para os seus filhos. “O que era lixo pros outro, virava alimento pra mim e pros meus filhos”.

Após o fechamento do lixão⁶⁷, alguns catadores foram escolhidos para trabalhar na empresa responsável pela limpeza pública da cidade e Jéssica foi uma das selecionadas, ficou trabalhando na empresa por oito meses. Saiu porque foi muito “pisada” e segundo ela, se antes “sobrevivia sem carteira assinada, não vai ser agora que vou deixar alguém pisar em mim por causa de um salário”. Quando saiu da empresa, começou a catar material reciclável na rua, associado ao trabalho de manicure no bairro, também trabalhou como ajudante de pedreiro enquanto aguardava pela construção da cooperativa para voltar a trabalhar “com o que gosta”. Jéssica vive com seus três filhos meninos, todos são menores de 15 anos e estudam. A filha mais velha, que tem 16 anos e está grávida, vive no Rio de Janeiro/RJ com o filho de 2 anos e o marido, desde que ele foi acusado de “x9... Dedo duro” pelos traficantes do bairro e “ameaçaram ele de morte”. Jéssica está namorando há alguns meses, mas não quer “homem dentro de casa mais”. Mas o seu namorado está “sendo muito bom...está reformando a casa”. Construiu junto com a Jéssica um quarto e uma sala e está ajudando ela a colocar piso na casa, que até então era de cimento. O banheiro de sua casa já havia sido construído, com a ajuda de um político da cidade.

⁶⁷ O lixão da Codin no município de Campos dos Goytacazes/RJ foi fechado em 2012. O fechamento dos lixões está previsto na Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que é atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no que diz respeito ao enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. No entanto, esta política também aponta que os municípios ficam responsáveis pela inserção dos catadores na coleta seletiva das cidades. Esta inclusão no município de Campos aconteceu com muita luta e mobilização política dos catadores junto à UFF/Campos. Atualmente tem três cooperativas de catadores funcionando na cidade, sendo responsáveis por parte dos resíduos sólidos.

FABIANA, 45 anos

Nasceu em Santa Maria, distrito de Campos dos Goytacazes/RJ. Foi na “roça” onde viveu parte de sua infância com os seus pais, os seus quatro irmãos e suas três irmãs, todos mais velhos que ela. Começou a trabalhar na lavoura de cana para ajudar aos seus pais e aos seus irmãos, quando tinha 6 anos. Por terem começado a trabalhar ainda muito novos, ela e seus irmãos não “tiveram tempo” para estudar e, por isto Fabiana só sabe ler algumas palavras e escrever o seu nome. Quem ensinou foi uma vizinha que “dizia que era vergonha quem não sabia escrever o nome, que eu tinha que aprender... Aí eu ia algumas vezes pra casa dela meio escondida, entende? Papai não gostava, dizia que a gente não podia perder tempo com essas coisas... Que era outra, a nossa realidade. ”.

Quando Fabiana tinha 11 anos, em meio à crise da cana, seus pais junto de seus 8 irmãos foram para a área urbana, “buscando algo que desse algum dinheiro... Porque a coisa tava difícil.. A gente vivia de pão e água... Coisa triste...”. Para não ficarem na rua, ficaram “num barraco de madeira” que a avó paterna havia construído “perto de uma lagoa”, era minúsculo, “quase tinha que dormir um em cima do outro”. Um dia acompanhando o seu pai em busca de emprego, uma “senhora rica” perguntou ao seu pai se não podia levar Fabiana para ajudar a cuidar de seus dois filhos. Seu pai vivendo em condições precárias com sua mãe e seus irmãos, permitiu que sua filha fosse porque acreditava ser a melhor opção. Sem nem se despedir de sua mãe, Fabiana foi com a “senhora rica” viver em uma casa no centro de Campos/RJ. Nesta casa, ela tinha um quarto que ficava próximo à cozinha, o que na época teve muitos significados para ela: “Siminina, eu durmia em cima dos meus irmãos, quase... Quando a senhora rica lá falou que era meu quarto, nem acreditei... Tinha até um vaso, cê acredita? Fiquei foi toda boba”.

Quando chegou à casa “lavava vasilha, varria a casa, olhava as criança dela... Ela vivia na rua... Passeava muito... Aí eu olhava as criança pra ela...”. A Fabiana trabalhou com esta família dos seus 11 até os seus 20 anos, mas só começou a receber dinheiro em troca do trabalho feito quando tinha 16 anos e engravidou de seu primeiro filho. Até este momento o que recebia era moradia, alimento e vestimenta. Quando engravidou, a “senhora rica” achou que Fabiana fosse embora, então resolveu oferecer “um dinheiro” para que ela ficasse. Ela ficou não porque “a senhora rica” ofereceu dinheiro, mas porque não tinha para onde ir. Desde que foi morar nesta casa, não via os seus pais e os seus irmãos, o rapaz com quem “namorou” duas vezes, nem sabia que ela estava grávida, porque ela ficou “com vergonha de dizer”.

Fabiana trabalhou por mais 4 anos com essa família e, quando engravidou novamente a “senhora rica” falou que “não dava mais pra ficar lá”. Sem emprego, sem casa, com um filho de quatro anos e grávida do segundo filho foi pedir abrigo para o pai do seu segundo filho, homem com quem estava namorado há alguns meses e quem ainda não sabia da gestação. Mas ele “não me quis lá... Falou que o filho não era dele... Que não tinha como ser...”. Então Fabiana sem ter para onde ir, foi “batendo de porta em porta” perguntando se queriam uma empregada doméstica. Mas teve muita dificuldade, porque com um filho e grávida, “ninguém queria”. Conseguiu ficar por um tempo na casa de uma conhecida da “senhora rica” porque já havia convivido com a Fabiana e quis ajudá-la, mas não teria como pagar em dinheiro.

Após um período lá, conseguiu um “serviço” de doméstica que aceitava criança e ficou por lá até os seus 24 anos. Saiu dessa casa quando conheceu um rapaz que quis que ela fosse morar com ele, porque “assumia” seus filhos. Viveu com ele por sete anos e teve mais três filhos. Enquanto vivia com ele ficou sem trabalhar porque “ele não deixava”, mesmo passando “muita necessidade”, ele dizia que “lugar de mulher é em casa”. Além disto, ela e os dois filhos que não eram dele sofriam violência física. Mas Fabiana, sem muitas alternativas, permaneceu com ele porque “apesar de tudo era um homem bom”. A relação só teve um fim quando após ele chegar bêbado em casa se utilizou de um “pedaço de pau” para bater nela, que precisou ficar internada por uma semana.

Após esse episódio, uma vizinha conseguiu um cômodo, no quintal de um familiar dela para que Fabiana ficasse com os filhos. Com aproximadamente trinta e um anos, com os cinco filhos, que na época tinham 15, 11, 6, 4 e 2 anos com as poucas roupas que tinham, sem saber o que a esperava, foi para lá, “começar tudo de novo”. Neste rompimento com o lugar onde morava, a filha de onze, a de seis e a de quatro que estudavam tiveram que parar. O filho mais velho já fazia “biscates” junto do padrasto e não estava mais na escola desde os nove anos. Neste período Fabiana conseguiu “algumas faxina pra fazer...trabalhava cada dia numa casa diferente... Saia cedo e só voltava tarde... Porque os serviço era longe e tinha que andar muito, sabe?”.

Alguns meses depois, Fabiana alugou uma quitinete “que tinha banheiro” em Custodópolis, continuou trabalhando como faxineira. Quando tinha 37 anos se envolveu com um “patrão” e engravidou. Quando contou, ele mandou abortar, porque “num queria nem sabê”. O filho mais velho que na época estava com 21 anos “se juntou” com uma namorada e foi morar em Cabo Frio/RJ porque conseguiu um trabalho de carteira assinada como ajudante de pedreiro. A outra filha “mais velha” da Fabiana, nesta época estava com 17 anos, já

auxiliava a mãe, fazendo faxina desde os 13 anos, momento em que “largou a escola”. Enquanto elas trabalhavam quem cuidava da casa e dos irmãos menores era a filha, que tinha 12 anos.

Fabiana viveu nessa quitinete com os cinco filhos até 2011, quando foi contemplada com a “casinha popular” do programa Morar Feliz no Parque Santa Rosa, que para ela foi “uma coisa muito boa, sabe siminina? Já tô ficando velha... Não ia conseguir pagar aluguel... E a casinha é boa, cê tá vendo? Tem espaço... Era muito apertado lá”. Atualmente Fabiana trabalha como cozinheira, sem carteira assinada, em um restaurante no bairro ao lado, porque “não aguentava mais fazer faxina não”, o seu corpo “num guenta mais o tranco”. Sua filha mais velha, agora com 25 anos está grávida e “se juntou” com o namorado há cinco meses e vive no bairro Terra Prometida. Fabiana não aprovou a relação porque acredita que o rapaz “não é boa coisa... Metido com coisa errada...”. Assim, Fabiana vive com sua filha de 20 anos, que teve dois filhos e que também moram com ela e, com seus filhos de 18, 16 e 8 anos.

MÁRCIA, 37 anos

Nasceu em Custodópolis, onde vive até hoje. Viveu com o seu pai que era cortador de cana, com a sua mãe que era lavadeira, com seus dois irmãos e sua irmã, até os sete anos, momento em que o seu pai “abandonou” a casa. A mãe, sozinha para sustentar os filhos, contava com a ajuda da Márcia e de sua outra filha, que tinha 9 anos. Elas cuidavam da casa e dos seus irmãos menores que tinham quatro e cinco anos enquanto sua mãe lavava roupa para fora e saía para entregar. Mesmo passando dificuldades financeiras, visto que o pai ao sair de casa “sumiu”, a mãe que não sabia nem ler e nem escrever queria que os filhos estudassem e não deixou que a Márcia e nem sua a irmã começassem a trabalhar fora de casa. Conseguiu mantê-los na escola por um tempo.

Quando tinha aproximadamente 14 anos a irmã da Márcia parou de estudar e começou a trabalhar em um supermercado e “ganhava bem... Ajudou muito mamãe, porque ela já tava ficando adoentada.”. Márcia que naquele momento estava com 12 anos, continuava estudando e auxiliando a mãe com o cuidado dos irmãos e com a lavagem e entrega das roupas. Parou de estudar com 15 anos porque a sua mãe enfartou e morreu. Teve que começar a trabalhar como doméstica para sustentar a casa, visto que sua irmã havia se casado e não queria que os irmãos de 13 e 12 anos parassem de estudar, “porque era a vontade de mamãe”.

Márcia “só trabalhava... Nem podia pensar em namorar”. Trabalhou como doméstica em várias “casas de família”, tentou conseguir outros empregos porque “sofria muita

humilhação”, mas não conseguiu “nada melhor”. Passados aproximadamente sete anos, um dos irmãos que já estava trabalhando, construiu no mesmo terreno três cômodos e se “ajuntou” com uma mulher. Pouco tempo depois, Márcia conheceu um rapaz, começou a namorar e logo em seguida ele foi morar com ela. Ele era mecânico e “até arrumou uns serviços pro Vicente” (irmão que ainda vivia com ela). Um ano depois ela engravidou do primeiro filho e precisou parar de trabalhar porque “num tinha com quem deixar” o filho e porque o marido “não queria muito não”, dizia que “era melhor ficar em casa cuidando do filho”. O irmão que morava com ela, se mudou para o Rio de Janeiro/RJ para tentar “um emprego melhor e conseguiu viu? Trabalha de carteira assinada e tudo.”

Aproximadamente dois anos depois, quando o marido perdeu o emprego, Márcia conseguiu um emprego com carteira assinada em uma farmácia no centro de Campos/RJ. Começou a deixar o filho com uma vizinha. Logo depois, Márcia descobriu que estava grávida novamente. Quando contou para o marido “ele brigou... Disse que tudo tava difícil... Que não era pra ter acontecido”. Ela chorou muito e passou a gravidez se culpando. Alguns meses após o nascimento da filha, o casamento terminou. “Ele não conseguia emprego e começou a descontar na gente... Começou a beber. Começou a ficar agressivo... Agrediu meu filho... Imagina só... Ele só tinha três anos... Não tinha culpa de nada.”. Em uma briga “feia” com o companheiro, ele “levantou a mão” para ela. Márcia não aceitou, arrumou “as coisas dele” e fez “ele sair daqui”.

Continuou trabalhando na farmácia por cinco anos. Com 32 anos perdeu o emprego e ficou por dois anos fazendo “faxina aqui e ali”. Depois, conseguiu um emprego de carteira assinada em uma empresa terceirizada de serviços gerais que presta serviço para um prédio no bairro Flamboyant em Campos/RJ, lugar onde ela ainda trabalha. Com 35 anos engravidou do seu namorado, com quem se relacionava há um ano. “Ele terminou comigo... Disse que não assumiria porque já tinha filho demais”. Márcia foi a um lugar que realizava aborto mas desistiu. “Fiquei sem coragem... Fazer aquilo seria muito egoísta da minha parte”. Assim, Márcia vive com sua filha de 10 anos, com seus filhos de 13 e de 2 anos na mesma casa onde viveu a vida toda. “Só que agora está tudo diferente... Antes era mais um barraco... Fui ajeitando... Ele [marido] me ajudou com isso também...”. Sua casa tem três cômodos, sendo um quarto, um banheiro e uma sala/cozinha.

SARA, 24 anos

Nasceu em “uma roça braba” de São Francisco do Itabapoana/RJ e viveu no local com a sua mãe, o seu pai e seu irmão mais novo até os seus cinco anos. Seu pai conseguiu um “serviço” de pedreiro em Campos dos Goytacazes/RJ e trouxe a família para viver na cidade. “Ele vendeu o barraquinho que a gente tinha lá e arrumo esse terreno” que eles vivem até hoje. “Aí ele conseguiu uns pedaços de madeira e fez um barraquinho pra gente começar.”. A mãe da Sara conseguiu umas “faxina pra fazer” e ela ficava com o irmão em casa. “Depois de um ano vivendo aqui”, começaram a estudar e “a vida foi se ajeitando”. O pai “saía de um serviço e ia pra outro” mas conseguiu construir uma “casa de verdade”.

Quando Sara tinha 11 anos fez amizade com “um pessoal errado... Que num divia”. Não quis mais estudar e “só queria saber de ficar na rua”. Seus pais “quase morreram de preocupação”. Aos 13 anos engravidou. Descobriu que estava grávida quando já estava no sétimo mês de gestação. “Não sabia o que fazer...”, tinha um “namoradinho” mas “ele não queria saber de nada não”. A mãe falou para a Sara dar o filho dela “pro primeiro que aparecer” porque ela não “tinha juízo” nem para cuidar de si mesma, não teria condições de cuidar de outra pessoa.

Quando ela estava com 14 anos e com o filho pequeno, o pai dela perdeu o emprego e, a família chegou “a passar fome”. “As coisas tavam meia complicadas... Papai tava desempregado... Parado em casa porque tava difícil arrumar alguma coisa... Mamãe fazia faxina quando dava, mas não era sempre... Evandro [irmão] não queria saber de nada da vida...”. Foi o momento em que Sara saiu à procura de emprego. Após muitas tentativas, conseguiu um “bico numa lanchonete” próxima à sua casa. O “serviço era de noite” e os seus pais não queriam permitir. “Ficaram com medo de eu ir pra rua di novo, nunca mais voltar...ou ficar prenha di novo...”. Mas, diante das circunstâncias vividas pela família, foi a única alternativa.

Com 17 anos conseguiu um “serviço de empregada”, “pagava bem... Um salário e ainda registrava”, entretanto ela precisaria passar a semana no local e só poderia voltar para casa aos fins de semana. “Foi complicado escolher... Não queria abandonar meu filho... Mamãe não queria cuidar dele... Já tava sem paciência... Mas não tinha como recusar aquilo”. Trabalhou neste local até os seus 20 anos, quando engravidou novamente do “patrão”. Ele assediava a Sara, “passava a mão” nela enquanto ela dormia. Ficou alguns meses “tentando...sabe?”. Além disto, “ele começou a dizer que se eu não fosse pra cama com ele, iria me demitir... Que ia inventar que roubei... Que eu não ia conseguir mais nada”. Foram

alguns meses assim, até que a Sara engravidou. No momento que contou para ele, “não quis nem sabê né?”, disse para Sara “se vira porque não é quadrada”. Ela pegou as suas coisas e foi embora.

Quando chegou à casa, contou para os pais o que havia acontecido e que estava grávida novamente, a mãe a expulsou de casa. “Passei a noite na rua... Mas sozinha porque ela não deixou eu levar meu filho... Só chorava... Fiquei a noite chorando... Sem saber o que fazer... Aí quando ficou de dia, voltei pra casa pra tentar conversar com eles... Aí papai e mamãe falou que seria o último... Que eu tinha que tirar o útero pra não ter mais filho...E que não me ajudaria mais...”. Sara teve o filho e, o seu pai, que estava em uma “situação melhor”, “conseguiu arrumar dinheiro” para pagar a laqueadura. Precisou pagar porque no sistema público de saúde o médico não aceitou realizar o procedimento, porque Sara ainda era muito nova e aquele ainda era o segundo filho.

Após o nascimento do seu segundo filho, o pai da Sara construiu um quarto e um banheiro para ela e os filhos ficarem, em cima da casa onde moravam, porque a mãe “não ia tomar conta de criança mais”. Comprou alguns móveis e “disse que num ajudaria mais não”. Sara trabalha há dois anos como empregada doméstica sem carteira assinada e vive em cima da casa dos pais com seus dois filhos meninos, de 10 e de 3 anos.

VIVIANE, 34 anos

Nasceu no bairro Parque Presidente Vargas, onde viveu até os seus sete anos com a sua mãe e os seus oito irmãos. Viviane nunca estudou, pois, sua mãe “não ligava pra isso”. Sua mãe “passava roupa nas casa de madame” mas “não dava pra nada o que ganhava”. A situação estava “muito dura” e a mãe “deu” Viviane para uma “madame que apareceu querendo uma companhia pra sua filha”. Com sete anos ela começou a trabalhar como babá em tempo integral e ganhava “comida, roupa e casa”.

Dois anos depois se mudou com essa mesma família para Vitória/ES e morou neste lugar por aproximadamente cinco anos. Com 14 anos “num queria mais viver lá não... A madame pisava em mim... Mandava eu esfregar o chão e me fazia chorar... Chegou até a me bater com cinto... Aí eu fugi e nunca mais vi eles.”. Viviane pegou uma carona e voltou para Campos/RJ. Mas como havia perdido o vínculo com a sua mãe e os seus irmãos, quando chegou à cidade só lembrava o prédio no qual havia morado com aquela família. Então, “eu pedi pra menina da faxina do prédio me ajudar e ela me ajudou... Me levou pra casa dela... Ela morava com a mãe e os filhos”.

Ficou por um ano com essa “amiga”, fazendo algumas “faxina” e “o que aparecia pra fazê”. Até que conseguiu um “serviço de doméstica que tinha que viver na casa”. “Ganhava uma merreca... Eles achavam que tavam me dando coisa demais... Só porque eu morava lá”. Com vinte anos em um “evento da igreja” conheceu um rapaz. Viviane ainda trabalhava e vivia na casa desta última família, namorou com ele por uns meses e juntou “os trapo”. Ela parou de trabalhar e foi morar com ele na casa onde ele vivia com os seus pais, na Penha. “Ele não me deixava sair de casa... Só ir pra igreja... Trabalhar num podia nem pensar”. Com 22 anos engravidou da sua primeira filha, e depois de algum tempo os conflitos entre o casal começaram a surgir. Ainda viviam na casa dos pais dele e isto “atrapalhou”. Além disto, ele saia com os amigos e deixava Viviane “trancada em casa”.

Continuou casada com ele por mais cinco anos, “sofrendo o pão que o diabo amassou”. Nos últimos meses descobriu que estava grávida de novo, tentou abortar com remédios, chás e pensou até em se matar. “Tava desesperada... Ele batia em mim e os pais não faziam nada... Minha filha via tudo e pedia pra ele parar... Aí apanhava junto... Num dava pra ter outro filho assim né?”. Após muitas tentativas, o aborto não aconteceu e precisou contar para o marido e para os pais dele. “Até hoje nem sei pra que contei... Apanhei tanto que tenho até marcas... E ainda me colocaram pra fora da casa, vê se pode?!”.

Estava com 27 anos, grávida e com sua filha de 5 anos. Sem ter para onde ir, procurou o pastor da igreja que frequentava e, ele cedeu um “quartinho no fundo da casa dele” para que a Viviane ficasse com a sua filha até conseguir outro lugar para ficar. “A esposa do pastor foi muito boa comigo... Me ajudou a comprar as coisas do meu menino... Cuidava comigo da Maria [filha], me colocou num curso pra saber fazer unha.”. Após o nascimento do filho, Viviane conseguiu um emprego em um “salãozinho que tinha pertinho da casa do pastor”. Após um ano, conseguiu um terreno no bairro Fundão, próximo à margem do Rio Paraíba, e com a ajuda da família do pastor construiu um cômodo. Com o passar do tempo e com a “ajuda que o governo dá” conseguiu construir um banheiro e uma cozinha, além de comprar alguns móveis para sua casa. Viviane faz unha a domicílio e reside com a sua filha de 12 anos e com o seu filho de 7 anos.

JANICE, 23 anos

Nasceu em Lagoa de Cima onde viveu com a sua avó materna até os seus 12 anos. Nunca conheceu a sua mãe e nem o seu pai. Segundo relatos de sua avó, a mãe engravidou “de um qualquer” e disse que ia tirar, mas a avó não permitiu e falou que criaria o filho ou

filha dela. Quando Janice nasceu, sua mãe a entregou e “nunca mais apareceu... Ninguém nunca mais soube dela.”. A avó era inspetora de uma escola e Janice frequentava a mesma escola. Quando ela tinha 11 anos a sua avó adoeceu e como eram apenas as duas, era Janice quem cuidava dela.

Quando completou 12 anos, sua avó faleceu e Janice foi morar no bairro Fundão em Guarus, com a sua tia-avó, a única pessoa que havia “sobrado da família”. Mas teve que começar a trabalhar porque “a situação lá era precária”. Começou sendo babá de duas crianças no bairro. “As mães tinham que trabalhar e deixavam comigo na casa da Jurema (tia-avó)”. Com 14 anos começou a trabalhar informalmente em um restaurante como garçom. Quando completou 15 anos resolveu voltar a estudar, trabalhava durante o dia e fazia supletivo à noite. Com 17, conseguiu terminar o 1º grau e iniciar o segundo, momento em que engravidou do namorado que havia conhecido na escola.

Sua tia-avó não aceitou a gravidez e a “mandou embora”. O seu namorado, — que trabalhava em uma banca de jornal e morava sozinho em uma quitinete no Jardim Carioca —, a levou para morar com ele. Após ter o filho, parou de trabalhar e de estudar por um período porque não “tinha conseguido vaga na creche e não tinha ninguém pra ficar com ele”. Quando o filho completou um ano, o marido disse que ia sair de casa porque não gostava mais dela. “Mas ele saiu e deixou tudo comigo... Geladeira, fogão, cama, armário... Tudo. Ele já tava com outra e acho que sentiu pena de mim.”.

Janice permaneceu na quitinete por aproximadamente três meses, mas como estava sem trabalhar não tinha condições de pagar o aluguel e, então, foi despejada. O ex-marido e pai do seu filho a ajudou com a mudança para um lugar mais barato. Eram dois cômodos nos fundos da casa de uma família, no bairro Fundão e custava metade do valor que era pago na quitinete. O pai do seu filho disse que pagaria o aluguel até que ela arrumasse um emprego. Após um período, Janice conseguiu uma vaga em uma creche do bairro, o que a auxiliou na busca por emprego. Enquanto não conseguia um trabalho fixo, fazia faxina. “Um dia tava numa casa... Outro dia em outra.”

Quando completou 20 anos, Janice conseguiu um emprego para ser balconista em uma padaria no bairro em que morava. Começou a se relacionar com um rapaz que trabalhava junto com ela e engravidou. Quando o ex-marido descobriu, “ficou brabo” e “sumiu por um tempo”, deixando de contribuir com as despesas do filho. O pai do seu segundo filho “assumiu...”, “ajudou com algumas coisas no começo” mas depois “sumiu”. Janice teve que ficar um ano sem trabalhar, porque não conseguiu vaga em nenhuma creche para o segundo filho. Este período para Janice foi muito difícil, porque sem poder trabalhar vivia com o

benefício do PBF, com o Cheque Cidadão e com “a bondade do dono da casa”. Há um ano trabalha como caixa de um “grande” supermercado com carteira assinada e vive com os dois filhos um de 5 e outro de 2 anos, na mesma casa.

As trajetórias de Jéssica, Fabiana, Márcia, Sara, Viviane e Janice trazem à tona diversos elementos que além de permitirem a visualização das discussões teóricas feitas nos capítulos anteriores, permitem captar outros elementos que serão discutidos a seguir, bem como: a forma como vivenciaram o trabalho precário e a pobreza desde as suas infâncias; a violência doméstica sofrida; os filhos que vinham quase sempre na adolescência e de forma inesperada; a possibilidade de os homens desertarem da paternidade; o trabalho infantil; a violência doméstica.

O trabalho doméstico e a reprodução da pobreza

O que tem de mais claro nas trajetórias apresentadas é que o trabalho precário, informal e as condições acentuadas de pobreza perpassam a vida de todas as mulheres, desde as suas infâncias. O trabalho infantil marcou a vida de quase todas, com exceção de Márcia e Sara que deram início a vida laboral na adolescência. Jéssica, que começou a trabalhar com doze anos, Fabiana com seis e Viviane com sete, além de vivenciarem o trabalho infantil, experimentaram um trabalho semelhante ao escravo, no qual elas trabalhavam em horário integral em troca de casa e alimento. Ao que parece as mulheres e suas famílias se encontravam atadas a um destino comum: “a pobreza que em certas situações atinge os limites absolutos. ” (MORAES, 2007, p.27).

As condições precárias de vida e de trabalho enfrentadas por essas mulheres e suas famílias, quando ainda eram crianças, fizeram com que seus pais — no caso da Fabiana e da Viviane — pensassem ser esta a melhor opção para as suas filhas. Trabalhar e morar nas casas “de gente rica” foi considerada uma estratégia diante da precariedade que vivenciavam diariamente. Significava uma alternativa frente à fome e a pobreza extrema. No caso de Jéssica, estas condições estiveram associadas aos conflitos familiares que a fizeram enxergar no trabalho em “casa de família” uma fuga às situações vivenciadas em casa.

Longe de qualquer Proteção Social do Estado, a infância dessas mulheres foi marcada pelo trabalho doméstico em regime de escravidão e pelo cuidado de outras crianças. Diante das condições não oferecidas, a luta pela sobrevivência foi a principal responsável pelo trabalho precoce dessas mulheres e, de um grande contingente de crianças brasileiras que, por este motivo, deixaram de frequentar ou então nunca frequentaram a escola. Segundo Sartori

(2012), as perdas educacionais resultantes do trabalho infantil e juvenil são muito graves, porque além de dificilmente serem recuperadas ao longo da vida dos sujeitos, dificulta a inserção no mercado de trabalho e contribui para a reprodução da pobreza intergeracional.

Moraes (2007) afirma que o trabalho infantil sempre esteve presente na realidade brasileira, especialmente nas camadas mais pobres e, negras. Entretanto, este assunto tem ganhado destaque nas discussões e nos debates somente nas últimas décadas. Seus contornos ficam ainda mais evidentes quando o assunto é criança no “trabalho doméstico, no corte de cana, nas carvoarias e, recentemente, a brutal e alarmante prática de exploração sexual infantil, se colocam no foco das atenções públicas”. (MORAES, 2007, p. 20) O debate centralizou-se na importância da educação na vida destas crianças e adolescentes.

As problematizações em torno desse assunto, a promulgação da Constituição de 1988⁶⁸ e a pressão internacional, fizeram com que o Estado brasileiro começasse a criar mecanismos de combate ao trabalho infantil a partir da década de 1990. Exemplos disto foram: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Escola e o atual PBF (o único que se expandiu por todo o país) que tinham/têm como principal contrapartida a inserção e a permanência da criança e do adolescente na escola. O aumento da escolaridade, sem dúvida alguma é um avanço que merece destaque e, que, de alguma forma, alimenta a expectativa de um futuro menos vulnerável. Entretanto, é preciso reconhecer que as propostas de enfrentamento à pobreza e o papel desempenhado pelas escolas públicas nas periferias brasileiras, não têm propiciado o rompimento com a pobreza, nem a diminuição da desigualdade.

Além disso, mesmo que muito inferior em relação às décadas passadas, o Brasil ainda presencia altas taxas de trabalho infantil. Segundo dados da PNAD, em 2014 ainda haviam cerca de 3 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhando, sendo metade destas com idade inferior a 13 anos (PNAD, 2014). Mas, 96,8% das crianças com até esta mesma idade estavam matriculadas na escola, o que demonstra que apesar dos programas sociais de transferência de renda serem um importante e eficaz mecanismo de aumento da

⁶⁸ A Constituição de 1988 consagra uma série de direitos das crianças e adolescentes e um deles é a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de idade; de trabalho noturno, perigoso e insalubre para os menores de 18 anos; e, inicialmente, de qualquer trabalho para menores de 14 anos, como constava nas Constituições de 1934, 1937 e 1946. Todavia, com a Emenda Constitucional 20, de 1998, eleva a idade mínima para 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (MORAES, 2007).

escolaridade e a diminuição do trabalho infantil, ainda se mostra insuficiente para erradicar o trabalho de crianças e adolescentes.

Nesse quesito, a realidade pesquisada demonstrou alguns avanços. Os filhos mais novos dessas mulheres não trabalharam ou trabalham durante a infância e, em geral tem conseguido alcançar mais escolaridade que as suas mães. Mas, as falas das entrevistadas revelam um desestímulo destas crianças e adolescentes com o ambiente escolar. Eles não veem na escola uma fonte de saída da pobreza e nem vislumbram melhores condições de vida a partir dela. Falas como: “Não gosta da escola não... Vai meia obrigada... Porque senão perde o benefício”, “num gosta né? Mas tem que ir...”, “ele diz que tem é que trabalhar... Que não gosta da escola”, foram recorrentes entre as entrevistadas. Posicionamentos estes que as mães não concordam, porque acreditam que é apenas pelo “estudo que vão ser alguém na vida”.

O que também merece atenção especial é o fato de cinco das seis mulheres entrevistadas serem negras. Como já foi falado anteriormente, mais da metade das mulheres pobres que vivem sem cônjuge e com filhos no município de Campos/RJ, são negras. Isto não significa dizer que as mulheres brancas também não vivenciem a pobreza, mas é evidente com base nos dados apresentados que os negros e negras ainda são uma grande maioria neste contexto. Neste sentido, nas trajetórias apresentadas, pode-se observar que apesar de passados bem mais de um século da abolição da escravatura, o passado ainda produz reflexos intensos para as mulheres negras no Brasil.

As falas das protagonistas negras deste estudo, trazem à tona elementos que remetem à ordem racial, elaborada socialmente no passado, que segundo Fernandes (2008) continua se renovando incessantemente, mesmo diante das mudanças ocorridas. Falar das experiências vivenciadas por essas mulheres, sobretudo as negras, é um convite a pensar também uma história de agressões físicas, sexuais, discriminação e humilhação em que viviam as mulheres escravizadas. Elas que no passado estiveram presentes como mucamas nas casas grandes, nas senzalas, no trabalho braçal, como amas de leite, e em todas as outras situações em que sua presença se fez necessária.

Hoje, apesar das lutas travadas e de alguns avanços, ainda são as que mais enfrentam a pobreza, a marginalidade, a condição de inferioridade com menores salários e os piores cargos. São as mais atingidas pela desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. São mulheres que assistiram à chegada de sua “liberdade” mas continuaram sofrendo e lutando contra a discriminação. Segundo Fernandes (2008) esta ordem racial se preservou:

[...] com tamanha tenacidade, que seria perfeitamente possível e logicamente legítimo estudar o passado através do presente. É sabido que, em certas circunstâncias, o passado não se conserva apenas nos documentos e nas lembranças dos homens: ele também se evidencia por sua mentalidade, por seu comportamento e pelo funcionamento das instituições (FERNANDES, 2008, p. 340).

Colocações como a da Viviane trazem à tona claramente essa questão. Ela afirmou não querer mais viver em uma das casas que trabalhou porque “a madame pisava” nela, a obrigada esfregar o chão como uma nítida forma de humilhá-la, chegando a agredi-la fisicamente “com cinto”, relevam um pensamento escravocrata ainda presente, na qual mulheres negras escravizadas eram vítimas de agressões físicas, sexuais, discriminação e humilhação. Sobre isto, Quijano (2005) afirma existir ainda uma lógica de pensamento, que compreendam as negras ainda como servas, porque são consideradas parte de uma raça inferior.

Outra fala representativa desse assunto é quando a Sara afirma que o seu “patrão” a assediava sexualmente e a ameaçava, o que revela outro elemento das representações submissas e sexualizadas das mulheres negras na cultura brasileira, trazidas através da figura da mãe-preta, da mulata e da empregada doméstica. O patriarcado e “o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.” (HOOKS, 1978, p. 45).

A humilhação sofrida nos empregos domésticos é fala recorrente entre todas as mulheres que passaram por ele, negras ou brancas, realizadas sobretudo pelas “madames”. Sobre isto, Saffioti (1976, p. 133) afirma que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada. ”.

O padecimento da humilhação recebida foi um dos importantes fatores que fizeram as protagonistas deste estudo enxergarem o emprego doméstico como a última das opções, estando nele só porque não conseguiu “nada melhor que isso”. Jéssica encontrou na catação de materiais recicláveis no lixão próximo à sua casa uma oportunidade de sustentar os seus filhos sem ser “pisada pelos outro”. No caso de Janice e Márcia, que tiveram acesso a um maior nível de escolaridade e conseguiram trabalhos melhores, o trabalho doméstico remunerado se configura como uma opção diante do desemprego. Como afirma Bento (1995) “o lugar destinado à mulher negra na sociedade brasileira é, ainda, a atividade doméstica. ”.

O que merece atenção, segundo Sanches (2011) é que o trabalho doméstico, presente nas trajetórias de todas as mulheres, está entre as ocupações mais precarizadas, com níveis de

remuneração muito baixos e frequentemente com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. Além disto, os direitos das trabalhadoras domésticas só passaram a ser equivalentes aos direitos do conjunto dos trabalhadores em 2013 e ainda assim na maioria das vezes não são cumpridos.

Embora o trabalho doméstico seja a marca na vida de todas as mulheres entrevistadas, há uma gama de outras atividades informais que perpassam suas trajetórias. Seja como, auxiliar de pedreiro, como manicure, catadora, cozinheira, balconista. Elas estiveram em diversas atividades que não ofereciam proteção social trabalhista e, tornando-se um agravante em suas vidas. Um exemplo disto é que nos momentos que tiveram seus filhos, não puderam contar com o auxílio maternidade, o que as fez ter que escolher entre voltar a trabalhar assim que ganhassem os seus bebês ou ficariam meses (ou até anos) sem renda.

Além disso, o caso de Fabiana também merece atenção. Ela que possui uma trajetória de trabalho informal desde os seus seis anos de idade e atualmente, aos 45 anos que está com a saúde fragilizada, não possui nenhuma garantia legal, caso não tenha mais condições para trabalhar. Ela é um exemplo evidente da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam a informalidade do trabalho durante as suas histórias e, quando envelhecem e/ou perdem a saúde se deparam com a insegurança, por não haver nenhuma proteção que lhes assegure uma aposentadoria, ou um auxílio doença, por exemplo. Apesar de atualmente existir o Benefício de Prestação Continuada⁶⁹, há muitos trabalhadores e trabalhadoras que ainda não alcançaram a idade mínima para ter acesso ao benefício, mas que ao mesmo tempo não têm mais condições físicas de prover o próprio sustento e de sua família.

O que se percebeu, de maneira geral, nas falas das mulheres entrevistadas é que elas têm a consciência sobre a condição precária de vida que as fizeram iniciar o trabalho laboral, tendo que ou abandonar a escola ou nunca ter entrado nela. No entanto, elas explicam as condições de trabalho atuais por não terem estudado e se responsabilizam por isto. Ainda que entendam que não lhes foram dadas outras escolhas, elas carregam o peso e a culpa por não

⁶⁹ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente (MSD, 2014- Benefício de Prestação Continuada (BPC)).

terem conseguido, “um trabalho melhor” ou ter “dado uma vida melhor pros filhos” pela falta de escolaridade.

Algumas falas como a da Jéssica representam esse cenário entre o saber reconhecer a falta de oportunidade no panorama vivido, mas, ao mesmo tempo ter o sentimento de culpa presente: “converso pros meus filhos estudar... Pra não ficar que nem eu... Passando dificuldade porque não estudei... Porque eu passava fome mesmo... Mas eles têm sempre o que comer, nem que seja um arroz com feijão, mas têm... Então tem que estudar”. Ou da Viviane que diz: “vivi na dureza porque não estudei... Tinha que ter estudado... Mas tive que trabalhar também e o serviço era pesado... Não tinha força... Aí tive os filho e aí que não consegue mais né?... Fica tudo mais difícil...”.

Segundo Siqueira (2014) essa culpa é fruto da concepção de pobreza propagada pelo capitalismo, de que as características e esforços individuais é que definem a ascensão na hierarquia social e a pobreza é considerada como um "desajuste individual" e não parte constitutiva da estrutura do capital. Distancia-se da ideia de que a pobreza é tomada como um processo derivado do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que no capitalismo fundam a dialética pobreza/riqueza, ou pauperização/acumulação. Além disto, a autora ainda coloca: “conceitua-se a pobreza como resultado da falta de capacitação do indivíduo; neste sentido, se dá à educação o *status* de solução de todos os problemas, falseando a realidade e culpabilizando os sujeitos.” (SIQUEIRA, 2014, 143).

Conforme percebido, a situação de pobreza dos trabalhadores e das trabalhadoras pobres é compreendida como uma forma de fracasso individual. Além de responsabilizá-los por toda a história de segregação social, trabalho infantil, condições sociais precárias vividas, faz com que, especialmente essas mulheres que cuidam dos filhos sozinhas, carreguem consigo a responsabilidade e o peso de não terem se esforçado o suficiente para dar melhores condições para os seus filhos. Aliás, observou-se que a culpa é um traço que marca os sentimentos das protagonistas deste estudo, o que será apresentado a seguir.

As relações patriarcais de gênero: a violência doméstica

As entrevistas realizadas demonstraram a forte presença do patriarcado (SAFFIOTI, 1992;2004) na vida das mulheres. Aspectos como: abuso sexual, violência doméstica, deserção paterna e a divisão sexual do trabalho foram observados no quadro pesquisado. Também, destaca-se alguns elementos percebidos na realidade das mulheres que incidem nas

formas com que elas enfrentam as situações de violência física e sexual perpetuadas por seus maridos.

Segundo Soares (2011), essas relações violentas entre parceiros íntimos têm como pano de fundo o exercício de poder e controle masculinos sobre as mulheres, configurando um modelo de dominação patriarcal que há muito tempo vem sendo apontado pelos movimentos feministas em todo o mundo. Saffioti (2004) também afirma que os diversos tipos de violência contra mulher são reflexos diretos da ideologia patriarcal de gênero, na qual a mulher é vista como inferior ao homem e objeto deste, o que legitima e alimenta estas violências em diversas classes sociais.

Mas, dentre os fatores que impulsionam a violência contra a mulher entre a classe mais pobre, Sarti (2010) propõe que os conflitos conjugais e a violência doméstica nesta classe estão ligados a uma dificuldade de realização dos papéis familiares no núcleo conjugal. Como já foi falado, do homem é esperado que seja o provedor da família e que a mulher cuide da casa e dos filhos. No entanto — diante de tamanha instabilidade econômica, empregos incertos e desemprego vivenciados — a figura de provedor único da família é dificilmente assumida com plenitude, o que o deixa vulnerável, se sinta fracassado, tornando-se violento. Ou quando precisa dividir a provisão com a mulher, ou até mesmo, quando a mulher assume a responsabilidade econômica da casa, há modificações importantes no jogo de relações de autoridade conjugal (SARTI, 2010).

Esse contexto se mostrou claro nas falas de Fabiana, Viviane e Márcia quando disseram que os homens não queriam que elas trabalhassem, mesmo diante de intensas dificuldades financeiras familiares. Estes momentos de dificuldades foram os principais desencadeadores do comportamento agressivo dos homens, do envolvimento com drogas e da perpetuação da violência contra as mulheres e os filhos. Fica evidente na fala de Márcia, quando diz: “Ele não conseguia emprego e começou a descontar na gente... Começou a beber. Começou a ficar agressivo... Agrediu meu filho... Imagina só... Ele só tinha três anos... Não tinha culpa de nada.”. A experiência vivenciada pela Jéssica, — na qual ela sempre foi a provedora da família mesmo quando ficou casada por alguns anos —, observou-se que ainda que ele não “gostasse” de trabalhar, conforme ela afirmou, o sentimento de “fracasso” estava presente, fazendo com que ele “se enfiasse nas drogas” e começasse a ser violento com ela.

Nos casos de Jéssica, Fabiana, Márcia e Viviane que foram vítimas de violência doméstica por seus parceiros, observou-se alguns fatores importantes no enfrentamento ou no silêncio frente às agressões sofridas. Foram percebidos dois elementos principais que incidiram na forma com que estas mulheres lidaram com a situação: a moradia e o trabalho.

Jéssica era quem provia a família e a casa havia sido construída por ela com o seu trabalho de catadora, o que contribuiu para que ela enfrentasse a atitude agressiva do companheiro e, o expulsasse do lar. Já Fabiana não trabalhava porque o seu marido não permitia, por ele acreditar ser o responsável pelo sustento da família. Além disto ele também era o dono da casa, o que fez com que Fabiana silenciasse diante da violência sofrida por ela e pelos seus filhos, “porque não tinha pra onde ir e tava sem serviço”.

A história de Márcia revela que o fato de começar a trabalhar fora de casa trouxe conflitos para o seu casamento, visto que ela passou a ser a provedora material da casa diante do desemprego do marido, alterando os papéis definidos historicamente. Os conflitos desencadearam a agressividade física do marido que bateu na filha e “levantou a mão” para a Márcia que não aceitou e o mandou sair de sua casa. Os relatos da Viviane também demonstram que o trabalho e a moradia interferem na forma com que as mulheres reagem à violência. Ela que, da mesma forma que Fabiana e Márcia (por um período), não trabalhava porque o marido não permitia, além de morar na casa dos sogros se submeteu a todos os tipos de violência por não ter outro lugar para viver.

O trabalho e “ter um lugar para onde ir” se mostraram centrais no rompimento com relacionamentos violentos. Segundo Sarti (2010) ao ter algum trabalho, as mulheres ganham uma certa autonomia e rejeitam uma autoridade desmedida do homem “que abusa de seus direitos e descuida de seus deveres”. Sobre isto, Sarti (2010) descreve uma situação estudada em uma família pobre composta por pai, mãe e filhos, na periferia de São Paulo:

O pai pegou um facão — o mesmo facão com que as filhas viram tantas vezes sua mãe ameaçada — e veio na direção de uma das filhas. A mãe interferiu e, junto com as filhas, conseguiu dominá-lo e tirar-lhe o facão, que passou para a mão das mulheres da casa, simbolizando o momento de inversão na vida desta família. Quem manda aqui agora somos nós, diz a mãe. Com as filhas crescidas e trabalhando, não precisamos mais dele (SARTI, 2010, p. 56).

É evidente que esses elementos (trabalho e moradia) demonstram um cenário de maior poder das mulheres, frente à violência, além deste assunto estar ganhando destaque na sociedade nos últimos anos, o que também contribui muito. No entanto, em suas modalidades, doméstica e familiar, a violência contra mulher ainda é uma realidade latente no Brasil e precisa ser combatida, sobretudo com políticas de igualdade de gênero, luta feminista e políticas públicas que proporcionem a autonomia delas. Ademais, é necessário que se questione, ao invés de legitimar o lugar de mulher-mãe-dona-de-casa destinado historicamente às mulheres, porque as mantém em posição inferior na sociedade de modo

geral e mantém a desigualdade e violência provenientes dela. Além de fazer com que as responsabilidades parentais recaiam quase que completamente sobre elas, como será visto a seguir.

A deserção paterna no cenário estudado

Com base no que foi apresentado sobre as trajetórias das protagonistas do presente estudo, um ponto que se destacou foi o lugar de mulher-mãe e o lugar de homem-pai. Se existiu um assunto que perpassou indistintamente a vida de todas as mulheres entrevistadas, este tema foi a deserção paterna (THURLER, 2009). Seja em nível do não-reconhecimento paterno, seja do não exercício da parentalidade. Às mulheres foi delegado o direito de “se virar”, “dar um jeito”, porque os homens não queriam mais filhos, não estavam preparados, não acreditavam que os filhos eram deles ou simplesmente porque não queriam assumir a responsabilidade.

A identidade feminina construída, que a faz “nascer para cuidar”, “nascer para ser mãe” torna as mulheres expostas às responsabilidades parentais, enquanto há a legitimação da ausência masculina. Isto porque, segundo a proposta da Thurler (2009), a inferioridade da mulher em relação ao homem pautada nas relações patriarcais de gênero, legitimam o vínculo das crianças com as mães, reforçando as responsabilidades parentais estritamente sobre as mulheres, fenômeno ainda mais grave quando estas são empobrecidas, pois as crianças se tornam vulneráveis à “condição de filhas da mãe, de uma mãe com incerta solidariedade masculina e duvidoso apoio do Estado.” (THURLER, 2009, p.286).

Essas proposições feitas por Thurler (2009) foram percebidas, de forma transparente, nos relatos das mulheres. O primeiro ponto observado é que, em geral, as gestações não foram planejadas. Todas tiveram pelo menos um filho que não planejavam e que não desejavam ter. Este é um ponto que merece destaque, porque ao mesmo tempo em que diziam que não queriam ter tido os seus filhos, se sentiam culpadas por estarem admitindo isto e, logo afirmavam que eles eram tudo para elas. Percebe-se uma relação estreita entre a culpa e o medo da condenação quando Fabiana coloca: “tive muito filho... Não queria mas vieram né?... Às vezes bate arrependimento... Mas é tudo que tenho siminina... Não vivo sem eles não”. Ou quando Jéssica afirma: “a gente vai tendo filho demais e quando se arrepende, quando passa necessidade... Se deixassem voltar atrás não teria tido filho não... Mas eles que me dão força pra trabalhar, pra viver sabe?”

Quando Viviane afirma que tentou fazer um aborto, deixa transparecer o sentimento de culpa com que convive diariamente, por não ter tido “o amor materno” (BADINTER, 1980). Justifica com detalhes o porque escolheu abortar e afirma ser “uma ótima mãe”, como forma de distanciar a condenação moral de quem ouve tentando amenizar a culpa que carrega. Diante dos relatos, foi percebido o fato, do “amor materno”, o “nascer para ser mãe” ser uma construção no ideário feminino e não um sentimento que se constitui inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo biológico, é mais um instrumento de fazer com que a mulher se sinta culpada.

Observou-se que as condições econômica, social e conjugal em que as mulheres vivem, incidem diretamente na forma com que elas vão significar a vinda dos filhos. Por exemplo, quando Márcia começou a viver com seu marido, “ele queria um filho... Eu dei um filho pra ele”. Estava realizada e feliz por estar casada, e quis “completar a família”. Sarti (2010) afirma que o filho pode, então, torna-se um instrumento para dar legitimidade ao casal, à família. Desta forma, o “amor materno” esteve presente desde a descoberta da gravidez, em que ela comprou “cada roupinha, toda feliz”. Já na segunda gestação, como houve a recusa do marido dizendo “que tudo tava difícil.. Que não era pra ter acontecido”, o sentimento em volta do bebê foi completamente diferente. A culpa por ter “deixado acontecer” foi observada em sua fala: “se eu não tivesse engravidado di novo, acho que o casamento não tinha acabado”.

No contexto estudado percebeu-se que quando o homem não quer assumir as responsabilidades parentais, mesmo dentro da relação conjugal, ele responsabiliza a mulher por ter engravidado. Como se ela fosse a única responsável pela concepção e precisasse arcar com o ônus deste ato intencional. Este processo faz com que as mulheres se sintam envergonhadas e desacreditadas. Fabiana, ao descobrir a sua primeira gestação sentiu vergonha, o que a impediu de dar a notícia para o homem com quem havia se relacionado. Ela assumiu o filho sozinha porque considerou um erro e uma vergonha, que cometeu sozinha.

A deserção paterna é legitimada pela sociedade de forma geral e isto foi bastante perceptível nas trajetórias pesquisadas. Além das mulheres assumirem os filhos sozinhas, muitas vezes sem questionar, há a confirmação dos pais dos homens. Quando a Jéssica vai até a casa dos pais, no caso os avós, das suas crianças para pedir alimento, “eles bateram a porta” para ela, dando assim, legitimidade à postura assumida pelo homem-pai desertor. Sobre isto. Viviane também relata a sua experiência de ter sofrido violência doméstica dentro da casa dos sogros e os mesmos aceitarem a postura do marido, porque achavam que ela merecia as agressões. O mesmo aconteceu quando ela descobriu estar grávida novamente, o marido a

expulsou de casa grávida e com a filha pequena, sem o mínimo de questionamento dos sogros.

A trajetória da Sara também traz à tona elementos que culpabilizam a mulher e preservam o homem. Quando engravidou pela primeira vez, os pais dela a xingaram, ameaçaram, brigaram, como se fosse a única responsável pela gestação. O mesmo aconteceu no momento em que contou que estava grávida novamente, foi expulsa ainda que tivesse dito que havia sido assediada e violentada pelo patrão. Mesmo contando com o auxílio dos pais posteriormente, sofreu uma exposição que a fez se sentir culpada até mesmo pela violência sofrida.

Se para os homens, o exercício da sexualidade corresponde a prazer, afirmação da virilidade, descompromisso com a procriação, paternidade optativa, para as mulheres, em uma sociedade onde seus direitos reprodutivos não estão assegurados, a vivência da sexualidade tem estado acompanhada do sentimento de exposição a riscos, medos, possibilidade de maternidade indesejada. Quando acontece uma gravidez não planejada por ambos, aos homens é dada e legitimada pela sociedade a alternativa da deserção parental, por “não estar preparado” ou por “não querer” o filho (THURLER, 2009, p. 56). Mas para as mulheres não restam muitas alternativas, ou arca-se com os custos de criar o filho ou a filha sozinha, ou então se submete a abortos clandestinos, colocando sua própria vida em risco.

Ainda que a justiça tenha desenvolvido após a Constituição de 1988, mecanismos para chamar os pais às suas responsabilidades, a vergonha e a culpa que essas mulheres carregam faz com que elas vejam no âmbito jurídico uma forma de se expor. Jéssica, Sara, Janice e Márcia conhecem os meios burocráticos para buscar a paternidade e os direitos dos seus filhos, mas foi consensual entre elas o descrédito na justiça brasileira em obrigar os homens a assumirem a responsabilidade parental, sobretudo os que não registraram. O que ficou evidente é que o mais importante para elas não é o dinheiro que os homens podem oferecer, — a única coisa que a justiça pode obrigar —, é o apoio no cuidado, na educação e na relação afetiva com os filhos.

Esse aspecto pode ser compreendido por algumas falas de Janice, que coloca: “eu me viro... Dou meu jeito pra eles ter o que comer... O problema pra mim é não ter com quem contar pra cuidar deles... Não saber se vou dá uma boa educação... Mostrar um bom caminho... É complicado isso”. Ir buscar na justiça pensão para os filhos, torna-se uma forma de ofensa para as mulheres, que acreditam que seriam estigmatizadas como incapazes de sustentar os filhos sozinhas. Elas disseram não gostar de “pedir dinheiro a ninguém” e ter “orgulho” de conseguir o próprio dinheiro, ainda que trabalhando em ocupações precarizadas

para ganhar “quase nada” e, passando por diversas situações humilhantes. Neste cenário, o trabalho se torna de acordo com Sarti (2010) um “código de honra feminino”, uma forma de afirmar coragem “de quem enfrenta as consequências dos seus atos” (SARTI, 2010, p.75).

O fato de sustentar os filhos sozinha é, sem dúvidas um fardo bem pesado para elas, no entanto, o encargo de educá-los sem o apoio paterno é o que mais as preocupa. Não ter com quem dividir a responsabilidade de encaminhar vidas é o que as deixa “sem dormir”. Conforme colocado por Fabiana “tenho um medo danado deles ir pro mau caminho... Imagina só siminina... Ter filho bandido... Isso é coisa de mãe que num educa filho...”. A fala das mulheres demonstra que gostariam da figura do pai presente para que “conversasse com eles”, “tivesse autoridade”, que diante de situações diversas, o pai estivesse presente “pra mostrar respeito”, porque “ninguém respeita mulher”.

Além disso, Janice afirma querer “que eles fosse presente pra ficar com os filhos pra eu voltar a estudar... Iam me ajudar muito”. Ou Viviane que demonstra o desejo de que o pai estivesse presente para levá-los aos finais de semana para passear, a deixando descansar “um pouquinho”. Ou seja, a figura paterna é entendida por elas mais como fonte de respeito, autoridade, auxílio e descanso, do que fonte de sustento. O interessante a notar é que elas desejam ter o apoio dos homens-pais, tanto para amenizar as suas responsabilidades parentais e ganharem tempo para fazerem atividades que não sejam ligadas aos filhos, quanto para que eles não sofram com a ausência do pai.

Para elas, aprender a lidar com a pergunta “Quem é o meu pai?”, “Onde tá o meu pai?” foi uma das partes mais difíceis de criar os filhos sozinhas. Sara afirma: “difícil dizer que a gente se deitou e engravidou de um homem qualquer... Que sumiu no mundo... Desapareceu”. O mesmo é relatado por Jéssica “eles perguntavam muito sobre o pai.. Viam os amiguinhos na escola e queriam saber quem era o pai também.. Mas eu dizia pra num pensar nisso porque o pai não prestava... Hoje eles nem perguntam mais”. Apesar de Jéssica trazer este cenário para os filhos, em geral, as mulheres tentavam fugir das perguntas e quando não existia mais possibilidade de os filhos esquecerem, respondiam que os pais estavam mortos, conforme Fabiana, Sara e Márcia, para não “alimentar esperança e depois sofrer”.

Diante dos relatos apresentados, foi possível perceber, que em geral, as gestações não foram planejadas e nem bem vistas pelos homens com quem elas se relacionaram, sendo a deserção paterna um elemento assustador no contexto estudado. Demonstrando a herança social da bastardia, na qual a paternidade negada se faz presente até os dias atuais. Além disto, confirmou-se que as mulheres que vivem com os filhos sozinhas, não vivenciam apenas a

ausência do cônjuge como também, o desaparecimento do pai em quase todos os casos. Isto faz com que elas sejam, de fato, as únicas responsáveis pelo cuidado e pelo sustento dos seus filhos. Segundo Barroso e Bruschini (1981), esta dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências, tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. Insuficiências estas que, segundo as autoras, tem suas raízes nas condições geradas pela sociedade, e que, no entanto, estes fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima.

3.3.3 As estratégias desenvolvidas entre o trabalho remunerado e o cuidado dos filhos

JÉSSICA

Quando teve os primeiros dois filhos, Jéssica contava com a ajuda de sua irmã, que na época tinha 13 anos, para cuidar deles enquanto trabalhava. Quando foi morar com o pai dos seus outros dois filhos, era ele quem desempenhava a função de cuidado das quatro crianças enquanto ela trabalhava. Com o rompimento da relação, Jéssica tentava articular o trabalho no lixão com o cuidado das crianças, mas muitas vezes seus filhos ficavam sozinhos em casa, quase sempre sob a responsabilidade da irmã mais velha, que tinha 8 anos. “Eu deixava a comida pronta, mas ela que me ajudava com as coisas, dava comida pros irmão, colocava pro banho, ajeitava a casa, ia com eles pra escola...”. Neste momento de sua história, o sustento de sua casa provinha do seu trabalho como catadora e do benefício recebido do PBF.

Após o fechamento do lixão diversas dificuldades apareceram porque além do dinheiro que conseguia com a catação e dos objetos encontrados no local, como roupas, calçados, brinquedos, conseguia uma maior articulação entre o trabalho e a casa, que permitia por exemplo, trabalhar de madrugada quando algum filho adoecia e ela precisava levar ao médico. Quando foi trabalhar na empresa de limpeza pública, após o fechamento, teve maior dificuldade em articular o trabalho remunerado com o cuidado dos filhos, porque trabalhava em horário fixo, além do trabalho ser distante da sua residência, o que a deixava preocupada caso acontecesse alguma coisa com os seus filhos que ficavam sozinhos antes e depois da escola.

No momento em que a entrevista foi realizada, Jéssica estava fazendo “bicos” aguardando a outra cooperativa de catadores ficar pronta, pois como houve alguns conflitos com a sua inserção na primeira, acabou saindo. Como os trabalhos são incertos, tem se dedicado ao cuidado dos filhos, mas quando sai para trabalhar, eles ficam sozinhos em casa.

Além do dinheiro que consegue realizando alguns trabalhos “quando aparecem”, conta com o PBF, visto que os seus três filhos estão na escola, além do Cheque Cidadão⁷⁰, um programa da prefeitura municipal que tem como objetivo a segurança alimentar.

FABIANA

Na primeira casa que viveu e trabalhou como empregada doméstica, trabalhou até o dia de “ganhar neném” e assim que voltou do hospital já estava trabalhando “empurrando o carrinho com o pé, pra ele não chorar”. Conforme o filho foi crescendo as estratégias para conseguir trabalhar foram se modificando, passou a deixar ele no quartinho, — no qual dormiam —, “com uns brinquedinho pra distrair”. Depois conseguiu uma vaga na escola e isto a ajudou, porque enquanto ele estava na escola ela “adiantava o serviço”. Quando foi morar na outra casa também para trabalhar como empregada doméstica, estava grávida e com o filho de quatro anos. O trabalho também foi realizado até o último momento da gestação e foi retomado assim que chegou do hospital. As estratégias para cuidar dos filhos e realizar o trabalho da casa se resumiam em manter os filhos no quartinho onde ela dormia com eles, para que os donos da casa não reclamassem.

Quando Fabiana casou, não pôde mais trabalhar de forma remunerada, porque o seu marido não permitia, mas continuou tendo toda a responsabilidade pelo cuidado dos seus filhos e da casa. Após a separação, enquanto saía para trabalhar quem cuidava de seus filhos menores era a filha de 11 anos. O filho mais velho, que na época tinha 15 anos, às vezes fazia alguns “bicos” para auxiliar a mãe a comprar comida.

A perda dos vínculos familiares e as várias mudanças de um lugar para o outro fez com que a possibilidade de construção de uma rede informal de apoio fossem cessadas na vida de Fabiana. Além disto, a total ausência de proteção social estatal em quase toda a sua trajetória e a ausência dos pais dos seus filhos, fizeram com que ela contasse apenas com o auxílio de suas filhas, ainda crianças, para conseguir trabalhar. No momento da entrevista, Fabiana estava vivendo com sua filha de 20 anos, com os seus dois netos (de 2 e 4 anos), filhos desta filha e, com os seus outros filhos de 18, 16 e 8 anos.

⁷⁰ Programa Cheque Cidadão foi implantado em Campos em 1º de maio de 2009, substituindo o Programa Vale Alimentação, que foi implantado em setembro de 2004. O Cheque Cidadão dá direito às famílias — que residem em Campos há, pelo menos, dois anos, e que tenham renda familiar de até meio salário mínimo e que estão inscritas no Cadastro Nacional de Programas Sociais (CadÚnico) —, a receberem 200 reais mensais em um cartão que só pode ser utilizado para alimentação (CAMPOS.RJ).

Fabiana sai para trabalhar no restaurante às 6h e volta às 16h, a sua filha está trabalhando como vendedora de picolé no centro de Campos/RJ e geralmente sai de casa um pouco antes das 8h e volta antes das 16h porque é o horário de funcionamento da creche na qual os seus filhos ficam. O filho de 18 anos da Fabiana trabalha no mercado municipal no centro da cidade em uma “barraca de fruta”, sai às 6h e retorna às 18h. Os outros dois filhos ainda estudam e vão e voltam da escola. Quando não estão na escola, ficam em casa sozinhos. Fabiana deixa a comida pronta e eles “só esquentam”.

Além da renda advinda do trabalho de Fabiana e dos dois filhos, a família é beneficiária do PBF e do Cheque Cidadão. Também vale lembrar que nem os seus filhos, nem os seus netos recebem pensão do pai.

MÁRCIA

Quando Márcia teve o primeiro filho, ficou um período sem trabalhar para cuidar dele e porque o marido não achava uma boa ideia ela trabalhar fora de casa. Quando precisou começar a trabalhar, devido ao desemprego do marido, foi preciso deixar o filho aos cuidados de uma vizinha, tendo que pagar “um dinheirinho pra ela tomar conta dele”. Depois que teve a segunda filha, por estar trabalhando formalmente teve direito a licença maternidade remunerada, o que possibilitou ficar em casa com a sua filha nos primeiros quatro meses e logo conseguiu vaga na creche pública para ela. No entanto, como o seu filho já estava na escola e esta funciona apenas meio período, Márcia continuou precisando do auxílio da vizinha para ficar com ele pela manhã, levá-lo e buscá-lo na escola, além de também buscar sua filha na creche. Porque Márcia não conseguia chegar a tempo de buscar.

Logo que a filha foi para a escola, a vizinha passou a auxiliá-la com os dois, mas Márcia precisou pagar mais também. No momento em que Márcia perdeu o emprego na farmácia em que trabalhava e precisou trabalhar como faxineira, seu filho tinha aproximadamente oito anos e a sua filha cinco. Como não tinha mais como pagar a vizinha para ficar com os filhos, comprou um microondas parcelado e ensinou o filho a mexer. Deixava o almoço pronto, desligava o gás do botijão para que eles não mexessem e “rezava pra nada de ruim acontecer”. O irmão da Márcia ainda vivia no mesmo quintal que ela, junto de sua esposa e dois filhos. Contudo, a sua esposa não queria “tomar conta de criança dos outro” e por isto “nunca ajudou”. Os filhos iam sozinhos para a escola e Márcia os buscava.

Com o nascimento do terceiro filho, ela precisou novamente do auxílio da vizinha porque não conseguiu vaga em nenhuma creche e não “tinha como largar o serviço”. A rotina

dos outros dois filhos continuou a mesma, porque ela não poderia pagar para a vizinha cuidar dos três. No ano seguinte Márcia conseguiu a vaga e atualmente, sai de casa às 7:30h, deixa a filha na creche e vai para o trabalho, a filha de 10 anos e o filho de 13 estudam à tarde e vão e voltam sozinhos. Ainda paga para a vizinha buscar a filha na creche e deixá-la com os irmãos.

O pai dos primeiros dois filhos da Márcia dá cem reais ao mês e às vezes compra biscoitos e iogurte para eles. Leva os dois filhos (o terceiro não é filho dele) para passear no dia que vai levar o dinheiro. Além do seu salário, Márcia conta com o Cheque Cidadão.

SARA

No momento em que Sara conseguiu o seu primeiro emprego, já tinha um filho e, como o trabalho era no período noturno precisou do auxílio da sua mãe para ficar com ele. O mesmo aconteceu quando surgiu a oportunidade de trabalhar como empregada doméstica e precisava passar a semana no local. Mesmo sua mãe não querendo e a xingando sempre que podia, cuidou do seu filho durante os três anos em que trabalhou neste lugar. Após engravidar novamente, a sua mãe disse que não a ajudaria mais e que era para ela “si virar”.

Sara ficou um período sem trabalhar porque não conseguiu creche para o seu filho mais novo e não tinha mais a ajuda da mãe. Assim que conseguiu a vaga começou a procurar emprego e conseguiu um como empregada doméstica, onde trabalha atualmente. O seu filho de dez anos fica sozinho em casa pela manhã, antes de ir para a escola desce para a casa dos pais da Sara e a mãe dela “dá almoço pra ele” e vai e volta da escola sozinho. Ela sai de casa às 7h deixa o filho menor na creche e volta às 15:30h. Os filhos da Sara não recebem pensão e nem qualquer auxílio dos pais. Sara conta com o seu salário e com o PBF.

VIVIANE

Quando Viviane começou a trabalhar ainda não tinha filhos e quando os teve não trabalhou por um período visto que seu marido não permitia. No momento em que se separou, contou com a ajuda da família do pastor da igreja que frequentava. Além de darem abrigo à Viviane, a auxiliaram com a filha e, posteriormente com o filho quando ela começou a trabalhar. Fez um curso de manicure quando ainda estava grávida e, após o seu filho nascer conseguiu um trabalho em um salão próximo à casa do pastor, onde residia.

Nesse período, a esposa do pastor ficava com o filho, ainda um bebê e ficava com a sua filha na parte da manhã. Viviane saía do salão na hora do almoço e levava a filha para a escola e depois voltava para o trabalho. Viveu por um ano esta rotina, até conseguir colocar o

filho em uma creche pública e se mudar para a casa construída com a ajuda da família do pastor. Quando foi morar neste local, já tinha algumas clientes que só faziam unha com ela no salão. Assim, decidiu fazer unha em domicílio para fazer o seu próprio horário, porque ficaria difícil conciliar o trabalho no salão, que tinha horário fixo, com o cuidado dos filhos.

Atualmente Viviane faz unha em domicílio no horário cujos filhos estão na escola e quando “a coisa aperta”, leva eles junto para a casa das clientes. O pai dos seus filhos não ajuda financeiramente e, também não visita. Apenas os avós paternos vão visitar a cada três meses e levam “algum brinquedo e biscoito”. Viviane conta com o benefício do PBF e com o Cheque Cidadão.

JANICE

Após ter o seu primeiro filho Janice precisou parar de trabalhar por não ter conseguido vaga em nenhuma creche pública e não ter “com quem contar”. Assim que a vaga foi disponibilizada, ela pôde voltar a trabalhar. Primeiro fazia faxina e os horários eram razoavelmente mais flexíveis e conseguia levar e buscar o seu filho. Mas, quando conseguiu um emprego fixo para ser balconista de uma padaria no bairro em que morava, o horário era de 5:30h às 14:30h e isso fez com que ela precisasse pagar uma amiga para ficar com o seu filho das 5h até o horário em que a creche abria e também para levá-lo até lá.

Logo que o seu segundo filho nasceu, precisou parar de trabalhar porque não conseguiu vaga na creche pública e não teria condição financeira para pagar alguém. Ficou em casa com os filhos até conseguir a vaga, aproximadamente um ano. Conseguiu um emprego como caixa de um “grande” supermercado, onde trabalha atualmente. Janice vai para o trabalho às 8h, mas antes deixa o filho mais novo na creche e o mais velho na casa de uma amiga no caminho do trabalho. Esta amiga cobra 250 reais para passar a manhã com o seu filho e levá-lo para a escola.

Atualmente, o ex-marido e pai do primeiro filho da Janice “ajuda com cem reais por mês e leva ele pro shopping às vezes”. O segundo filho não recebe nenhum auxílio financeiro e nem visitas do pai. Janice conta com o Cheque Cidadão.

Os caminhos entre a Proteção Social e as redes primárias

As trajetórias de vida e de trabalho, bem como a realidade atual vivenciada pelas mulheres entrevistadas revelam que apesar de alguns avanços obtidos em termos de proteção social nos últimos anos, há ainda muitas insuficiências que sobrecarregam e responsabilizam ainda mais essas mulheres. Explica-se, segundo Kowarick (2009), que as condições de vida

dos trabalhadores e trabalhadoras dependem sobretudo da dinâmica das relações de trabalho e do papel desempenhado pelo Estado nesta relação. Desta maneira, essas mulheres, estando entre os desqualificados e “sobrantes” do mercado de trabalho, o Estado, apesar de retraído, tem sido fonte de mínima provisão de benefícios e programas sociais que amortecem os riscos provenientes da falta de recursos básicos de sobrevivência.

Conforme já foi falado, a história delas é permeada, em geral, pelos trabalhos precarizados, informais, sem proteção trabalhista e por uma certa intervenção Estatal que só se fez presente nos últimos anos. Isto resultou em momentos de completa desproteção, que as fizeram conhecer a face mais dura da pobreza e de toda a ordem de inseguranças. O “não ter para onde ir” e/ou “não ter com quem deixar os filhos para trabalhar” foram falas que marcaram todas as trajetórias e que por vezes legitimaram momentos de violência, humilhação e pobreza extrema. Não apenas lhes faltou um lugar de referência para viver, como também condições sanitárias, acesso à luz, à água, dentre outras questões que contribuíam para que essas mulheres e suas famílias fossem vulneráveis a quaisquer situações de risco.

A experiência de vida das mulheres entrevistadas revela o quanto a ineficácia ou inexistência da proteção social do Estado em uma sociedade capitalista é grave e penosa. Também conforme observado, as atuais condições vivenciadas pelas protagonistas do estudo e pelos seus filhos e filhas demonstraram melhorias, sobretudo no que se refere à alimentação e a moradia. Isto não significa dizer que a situação em que vivem é adequada ou que a pobreza foi superada, porque sabe-se que as ações promovidas pelo Estado para combater a pobreza, tem proporcionado apenas um alívio dela. Mas é evidente que as famílias responderam às mínimas intervenções que foram feitas pelo Estado na última década.

As condições atuais de moradia das mulheres se comparadas aos lugares por que passaram, demonstraram tímidos avanços, mas ainda continuam muito precárias. A fala de que “ainda tem muita coisa pra mudar” é recorrente entre elas. A rua em que Jéssica mora, por exemplo, corre esgoto à céu aberto, não é asfaltada e não tem iluminação, da mesma forma que a da Viviane, mas esta ainda conta com o ônus de residir próximo ao Rio Paraíba, que já a fez perder seus pertences duas vezes devido a enchentes, além de ser comum ter a sua casa alagada em dias de chuva.

A rua em que Márcia reside, conta com iluminação e asfalto, mas o esgoto também é um problema visível. “Vira e mexe estoura e fica meses aí sem ninguém fazer nada... As criança brincam na rua descalça... Um perigo”. A da Sara, conta com problemas de iluminação e de transporte público que, por não passar próximo à sua residência, a faz

caminhar cerca de uma hora todos os dias para ir e voltar do trabalho. Quando comparada às outras mulheres, as ruas na qual Janice e Fabiana vivem são consideradas as menos penosas, ainda que também enfrentem os desafios que marcam a segregação dual “centro-periferia” (FARIA; POHLMANN, 2015).

Impulsionadas pelas “urgências da vida” (TELLES, 2006), os deslocamentos marcaram a trajetória de vida das mulheres e de suas famílias em busca de trabalho e/ou de um lugar onde os custos de moradia fossem acessíveis. Em sua maioria, mal localizados na geografia urbana e social da cidade, elas foram “se virando” no limite do formal e do informal. Sobre isto, Telles (2006) observa os fluxos de mobilidade urbana e o modo como as pessoas costumam se deslocar. Segundo a autora, este deslocamento ocorre:

Entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente, cujos percursos urbanos são também marcados por uma sucessão de habitações precárias, despejos de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico por familiares, passando por uma sucessão de ocupações temporárias até chegar a estabelecer “casa e família” nos interstícios do mundo urbano, ou nas fronteiras da periferia da cidade (TELLES, 2006, p. 7).

É nesse aspecto que a segregação urbana pode ser situada. Através desse movimento é possível apreender as dinâmicas de acesso ou não acesso aos bens produzidos socialmente. É a partir deste entendimento que Villaça (2011) se refere à segregação, não tanto no sentido geográfico, mas como uma relação social. Esta relação é constituída entre localidade e cidade, cujas condições desiguais de acesso a espaços, bens e serviços, demarcam lugares e influem nas oportunidades materiais e imateriais das pessoas.

Além das condições apresentadas, há dois elementos que marcam a segregação social vivenciadas pelas protagonistas, e que incidem diretamente no sentido de se sentirem desprotegidas. Estes elementos foram destacados de forma consensual por elas: a violência no bairro e a pouca oferta de bens e serviços públicos próximos às suas residências. Sobre a violência, Viviane traz uma frase representativa do sentimento que as outras mulheres também carregam: “morro de medo de bala perdida... Só saio de casa pra trabalhar mesmo e nem gosto de voltar muito a noite... Tá sempre tudo escuro[...] rezo todo santo dia pra Deus proteger meu filho pra não ir pro caminho errado... Se meter com bandido”. A respeito da carência de bens e serviços, Sara coloca: “A creche do meu filho fica longe daqui... O meu trabalho é longe também... Ando demais todo dia pra conseguir dá conta de tudo... Também num tem mercado, farmácia perto... Tem que andar de novo... Posto de saúde então... Uma viagem... Se passar mal tem que ir rezando pra dar tempo”.

Ao encontro da problemática apontada pelas mulheres, Kowarick (2009) afirma que no atual Brasil urbano estes dois fatores incidem nas condições enfrentadas pela classe trabalhadora empobrecida, que ele denomina de vulnerabilidade civil e socioeconômica. A primeira, “refere-se a integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia. Sua expressão máxima é o homicídio” (KOWARICK, 2009, p. 19). Já a segunda diz respeito “à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania.”

O município de Campos dos Goytacazes/RJ, assume o 3º lugar no Estado do Rio de Janeiro no que se refere aos homicídios com arma de fogo, prioritariamente contra jovens negros de 18 a 29 anos e 87º lugar entre os municípios brasileiros. É uma cidade com uma taxa de 88/100 mil, demonstrando os intensos conflitos decorrente das disputas do narcotráfico com relação ao território e ao mercado (ALMEIDA; ANDRADE; CORDEIRO, 2016). Embora a violência tenha sido uma característica geral da configuração social das cidades urbanas brasileiras, vem afetando direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as periferias. Desta maneira, como estas mortes são concentradas na região de Guarus, local onde todas as entrevistadas residem, elas vivenciam diariamente esta realidade, criando medo e tensão, que, muitas vezes as mantém isoladas em casa com os seus filhos.

A tensão e o medo da violência presenciada por elas provêm dos bandidos e sobretudo da polícia. A relação tensa com os primeiros se refere ao receio dos filhos se envolverem com o tráfico, porque de forma geral, elas disseram não ter problemas diretos com os traficantes, porque eles reconhecem os moradores e não “mexe” com eles, como afirma Jéssica “é eles lá e eu cá”. O medo imediato é quando a polícia está no bairro. Viviane coloca: “a puliça quando vem pra cá, vira e mexe causa fuzuê... Bate em gente inocente... Vê que é preto e pobre e já tá batendo... Às veze invade casa de trabalhador procurando droga... Já teve troca de tiro também... Dá medo demais na gente”.

Esse sentimento de medo foi percebido durante as entrevistas realizadas na casa de Sara e de Viviane. Durante a entrevista, o filho da Sara se aproximou com o rosto de pavor e falou gritando: “mamãe, mamãe, a puliça ta aqui na rua”, ela ficou nitidamente nervosa mas quis acalmar o filho “calma... Já vão embora já... Fica lá na cama”. Já na casa de Viviane, durante a segunda entrevista, a filha chegou ao lado da mãe e cochichou “pede pra moça ter cuidado... A polícia tá rondando aqui”. Elas, assim como as outras, afirmaram não se sentirem seguras com a presença da polícia. Inclusive o filho mais velho de Fabiana, já “apanhou” da

polícia por duas vezes. Este é apenas um dos exemplos que demonstram os conteúdos da ideologia de classe/raça/gênero presentes no imaginário social. Conforme afirma Saffioti (2004) estas três dimensões completam “a imagem do perfeito bandido” e fazem do adolescente masculino, pobre e negro um dos alvos prediletos dos homicidas que integram a Polícia Militar, não apenas por ser homem, ou só por ser pobre ou apenas por ser negro (SAFFIOTI, 2004, p. 144).

Além disso, percebe-se que, conforme aponta Almeida, *et al* (2016) além de todos os dramas cotidianos enfrentados pela população empobrecida, emerge como preocupação central o crescimento dos crimes violentos, sobretudo os homicídios e o envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas, além da presença de um aparato estatal, representado pela polícia, cada vez mais violento e violador de direitos. Neste contexto, o desempenho da polícia deve ser considerado um fator importante para explicar os altos índices de violência nas periferias, visto que tem se tornado, com o decorrer dos anos, mais ilegais e violentos. Assim, a polícia sendo um órgão que deveria garantir direitos e coibir a violência vem contribuindo para a erosão dos direitos dos cidadãos e para o aumento da violência (CALDEIRA⁷¹, 2000 *apud* CORDEIRO, 2016).

O segundo elemento destacado pelas mulheres é a distância dos bens e serviços públicos, e o sucateamento dos poucos que estão próximos. Esta questão incide diretamente na conciliação entre trabalho remunerado e cuidado familiar desenvolvida pelas protagonistas do presente estudo. É notório que, atualmente, elas vivem entre a proteção social ofertada pelo estado por meio de serviços sociais públicos e as redes primárias e informais, consideradas por Pereira (2004) como redes de “apoio desinteressado e espontâneo, constituída da família, da vizinhança e dos grupos de amigos” (PEREIRA, 2004, p.32).

Os PBF e o Cheque Cidadão se revelam como importantes auxiliares dessas mulheres na manutenção de suas famílias. São benefícios que em situações de desemprego não deixam “o arroz e o feijão” faltarem, que, de maneira geral tem possibilitado uma alimentação melhor para ela e para os seus filhos. Às vezes permitem comprar roupa, calçado e material escolar. Os recursos obtidos através dos programas, são sempre utilizados em benefício das crianças e adolescentes, dificilmente as mulheres compram algo para si mesmas. De fato, estes tem desempenhado um papel importante no alívio da pobreza destas famílias, e todas elas reconhecem isto. No entanto, as contrapartidas e condicionalidades impostas pelo

⁷¹ CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

PBF, aprofundam as responsabilidades delas, além de as manter em uma profunda tensão. Conforme colocado por Fabiana: “meu menino faltou um período na escola... Fiquei nervosa siminina... Porque senão perde o benefício”. Nesta perspectiva, as condicionalidades impedem que o PBF seja enxergado como um direito social.

Ademais, cabe lembrar, que apesar delas serem beneficiárias principais desses programas, não recebem o benefício “a título pessoal, senão em virtude de relações de parentesco com os verdadeiros titulares do direito: seus filhos e filhas.” (TEIXEIRA, 2015, p.189). De acordo com Carloto (2015), desde o início os Programas de Transferência de Renda se orientam majoritariamente às mulheres, sobretudo em função da ideia de que a mulher por ser a cuidadora da família, tende a gerir melhor os recursos familiares. Contudo, este caráter “feminizado” destes programas, faz com que eles sejam considerados uma política pública para as mulheres, o que segundo a referida autora não é verdade porque, “se assim fosse, deveriam atuar sobre os elementos que impedem a autonomia das mulheres e sobre os principais obstáculos à igualdade de gênero. São programas destinados às mulheres, mas não são programas com perspectiva de contribuição para equidade de gênero.” (CARLOTO, 2015, p. 181).

Mesmo com a importância reconhecida no panorama das políticas sociais no Brasil, o PBF é controverso enquanto política de proteção social, pois, se por um lado as condicionalidades relativas à saúde e à educação são exigidas; do outro, o Estado precisa ter capacidade para absorver tais demandas sobre as formas de serviços. Sendo um programa inspirado numa política focalizada de renda mínima, incorpora a ideia de contrapartida como forma de combinar indenização e inserção social com o engajamento social dos beneficiários (MAGALHÃES, 2001).

A clara insuficiência dos serviços públicos, — ao mesmo tempo que impede a inserção qualitativa das mulheres no mercado de trabalho — as creches têm representado o meio mais eficaz e contínuo para que Janice, Sara e Márcia possam trabalhar. Todavia, quando as crianças crescem um pouco e precisam ir à escola, a realidade muda completamente. A escola ainda é muito insuficiente neste quesito. Por não ser em horário integral faz com que os filhos destas mulheres-mães fiquem sozinhos em casa por longos períodos. Sabe-se que este é um grave problema no Brasil, sobretudo para mulheres empobrecidas que não possuem uma rede primária construída. Sendo um traço que demanda atenção, é especialmente neste sentido que se afirma que as políticas sociais ainda carregam uma forte concepção de família nuclear, na qual o homem-pai sai para trabalhar e a mulher-mãe fica em casa cuidando dos filhos.

A estratégia desenvolvida por Fabiana, Jéssica e Márcia, por exemplo, traz a realidade de muitas mulheres pobres brasileiras, que para conseguirem trabalhar, precisam deixar os filhos sozinhos em casa, rezando para nada acontecer com eles e para não ser denunciada para o Conselho Tutelar⁷². É claro que os direitos da criança e do adolescente são avanços que precisam de todo o mérito que lhes cabem. No entanto, têm sido um instrumento que ao mesmo tempo visa proteger as crianças e ao passo que pune as famílias, entenda-se mulheres. Em um cenário de famílias sobrecarregadas, empobrecidas, e que muitas das vezes esgotam as suas possibilidades vivenciado toda as faces da pobreza, faz-se a pergunta: “quem pune o poder público por não garantir condições dignas e às vezes mínimas de vida capazes de evitar as rupturas familiares, as violações de direitos e as violências?” (TEIXEIRA, 2015, p. 218).

Outro elemento trazido pelas narrativas das mulheres, é que Fabiana e Jéssica contavam com as suas filhas mais velhas para auxiliar no cuidado dos irmãos, o que traz à tona, segundo Carvalho e Almeida (2003, p. 7) que o papel atribuído à mulher de cuidadora, estando vinculadas às tarefas reprodutivas, é hierarquia de gênero criado, reproduzido e mantido dia a dia pelos membros do lar. É na família que a “divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e reprodução dos gêneros se encontram enraizadas.” (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 7).

Além disso, o que se observou nas trajetórias de Sara, Márcia e Janice, por exemplo, é que em diversos momentos precisaram parar de trabalhar por não terem com quem deixar os filhos e por não conseguirem vaga nas creches municipais. O que também merece destaque é o fato de Jéssica ter preferido trabalhar no lixão da cidade, porque era um trabalho próximo à sua residência, que permitia conciliar a ocupação remunerada e o cuidado familiar, elemento que o trabalho formalizado não permitiria. Do mesmo modo, a realidade vivida por Viviane, que preferiu sair do trabalho fixo no salão para trabalhar por conta própria, especialmente porque os filhos não tinham com quem ficar no horário em que não estivessem na escola.

Sob essa perspectiva, Carloto (2015) afirma que quando se associa mulheres responsabilizadas sozinhas pelo cuidado familiar, e a insuficiência dos serviços públicos, o resultado são mulheres penalizadas, sobrecarregadas, com uma inserção ainda mais precarizada no mercado de trabalho. Sem contar os limites impostos à sua cidadania, à medida que inviabiliza sua inserção qualitativa e permanência no mercado de trabalho,

⁷² O Conselho Tutelar foi criado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (em 1990) e é um dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. É responsabilidade das prefeituras e criação a manutenção de pelo menos um Conselho Tutelar em cada município brasileiro. O Conselho Tutelar tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Ao ser informado de um caso, o Conselho Tutelar deve atuar para garantir que a transgressão do direito não aconteça ou que o direito seja restaurado, caso a violação já tenha acontecido.

inviabiliza também a sua participação nas decisões coletivas. Além disto, dificulta o acesso à educação, o que seria de fundamental importância para que se ampliasse as possibilidades de autonomia econômica dessas mulheres. O que também confirma este cenário é que a gravidez na adolescência é apresentada como uma das maiores causas de abandono da escola por meninas de 12 a 20 anos, sobretudo por falta de serviços que as auxiliem com as crianças e possibilitem a permanência dessas adolescentes na escola.

No que se refere às redes primárias de apoio, percebeu-se que em alguns momentos foram os únicos recursos com que essas mulheres contaram. Jéssica quando teve os primeiros filhos, precisou da ajuda de sua irmã para ficar com eles. Fabiana, quando demitida grávida e com o filho pequeno, contou com a casa de uma conhecida para ficar por um período, da mesma forma que, anos depois, precisou do auxílio da vizinha quando sofreu violência doméstica do marido e precisou de um lugar para ficar com os filhos. Viviane, única que demonstrou vínculos religiosos, no momento que necessitou de proteção, pôde contar com o pastor e a família dele. Ou então Janice, que foi morar com a tia-avó após perder a sua avó, e depois precisou do auxílio do ex-marido quando foi despejada.

De maneira geral, as redes primárias de apoio foram importantes nas trajetórias estudadas, como por exemplo, na construção da casa própria. O auxílio dos amigos, familiares e maridos foi a única forma encontrada por Jéssica, Márcia, Sara e Viviane para construir e/ou melhorar suas casas. Estas redes entram quando há ausência ou ineficácia do Estado em garantir melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, as redes de apoio demonstraram ser muito pontuais e descontínuas, nem sempre se configurando como fonte de “apoio desinteressado e espontâneo”, conforme afirmou Pereira (2013).

Foi percebido que as famílias, os amigos e os vizinhos por também estarem sem muitos recursos, não demonstraram grande contribuição no que se refere ao cuidado dos filhos para que as mulheres possam trabalhar ou estudar, por exemplo. O caso de Márcia, traz que ela tem o auxílio da sua vizinha, mas em contrapartida precisa pagar. Não é um apoio solidário e desinteressado, porque quando ela não tinha mais recursos, a vizinha cessou a ajuda. A mãe da Sara, apesar de ter sido importante em um período da vida de Sara quando ela precisou passar a semana no trabalho, assim como a vizinha de Márcia, também precisava ser pagar por isto. Quando ela “cansou” de cuidar dos netos, também interrompeu o auxílio.

Além da escassez de recursos observados, a impessoalidade com que as relações de vizinhança são estruturadas, nos centros das grandes cidades, é um fenômeno que vem se estendendo aos bairros periféricos. A maior parte das mulheres demonstram não gostar de se relacionar com vizinhos, por querer privacidade, não querer atrair problemas externos, por

não ter tempo para “conversa fiada”, além do receio do contato com o outro, sobretudo num local marcado pela violência. Este distanciamento de pessoas vizinhas é explicado por Roché (1994) como a insegurança e o medo. O fato é que as protagonistas do estudo se movimentam num cenário marcado pela precariedade, vulnerabilidade, instabilidade e incerteza nas relações humanas, em que a violência se cria, alimentando o sentimento de insegurança dos moradores do bairro (AZEREDO, 2015).

No que se refere a novos relacionamentos conjugais, Jéssica, Fabiana e Viviane foram claras em descartar a possibilidade de viverem novamente com outros homens, preferem a ideia de “namorar fora de casa”, frase que atravessou as suas narrativas. Márcia e Janice demonstraram estar abertas às possibilidades amorosas que vierem, mas “sempre com pé no chão”. Já Sara foi a única que revelou o sonho de se casar, “com tudo que tem direito”. O que se percebe diante destas questões é que as mulheres que mais sofreram abusos dos cônjuges, enxergam a ideia de ter um homem em casa como sinônimo de conflitos, abusos e violência.

Diante de tudo o que foi apresentado, o cenário vivenciado por essas mulheres e muitas outras famílias pobres do município, se mostra extremamente contraditório. Especialmente porque se fala de um município que nos últimos dez anos teve orçamentos anuais que, somados, ultrapassam R\$ 10 bilhões, devido aos royalties do petróleo, arrecadados pela cidade. O que é passível de se comprovar a olho nu que não foi convertido em benefício dos trabalhadores da sociedade campista. Segundo dados do IBGE (2010) os percentuais acerca do acesso à rede de água, esgoto e coleta de lixo, colocam a cidade em condição de acentuada desvantagem entre as regiões do estado. O que reafirma o quadro contraditório que marca toda a sua história.

O que também merece ser destacado aqui, é o lugar que a família é colocada, como sendo fonte privada de proteção social. Nesta perspectiva, a família tende a ser considerada apenas como uma instância de virtudes, sem ser levado em consideração que também pode ser um espaço de contradições, que assim como qualquer outra instituição, configura-se como um território de reprodução da opressão, da violência e da dominação. Além disto, nem sempre a família possui recursos para proteger os seus membros das mazelas sociais, produzidas pelo capitalismo. Em um país com altos índices de pobreza, desemprego e informalidade, marcado pelas relações patriarcais de gênero, percebe-se uma consequente diminuição da capacidade destas famílias em atender sozinhas às necessidades básicas de seus membros e protegê-los das violências e rupturas.

Esse aspecto ficou claro nas trajetórias de vida das mulheres entrevistadas. Em diversos momentos a família se mostrou um lugar vulnerável e/ou de dominação. No caso de

Fabiana e Viviane, por exemplo, que foram “dadas” quando crianças, para trabalhar, ter onde viver e o que comer. Na história de Jéssica também haviam se esgotado os recursos que a fez morar na rua com seus pais e irmãos. Além de presenciar a violência doméstica sofrida por sua mãe, o que demonstra que a família também pode ser um lugar privilegiado de contradições. A pobreza associada com a violência doméstica por que passou Fabiana e Viviane por um período de suas vidas, deixam evidente que os arranjos familiares refletem os sistemas de dominação-exploração e não devem ficar com a função de proteção social.

Em geral, observou-se que tanto a proteção social estatal, quanto as redes primárias de apoio, não conseguem promover, de fato, a proteção dos riscos sociais dessas famílias. Ainda que exista uma certa proteção sobretudo por parte do Estado, que vem garantido um mínimo social, ainda há muitas insuficiências neste cenário; tanto no que se refere ao cuidado das crianças e adolescentes, ao trabalho, à habitação, aos serviços públicos ofertados. São tantos os buracos deixados tanto por uma, quanto por outra que a proposta de divisão de proteção entre Estado e famílias/amigos claramente não funciona. As mulheres entrevistadas são muito penalizadas pela ineficácia dos serviços públicos. Além de serem as únicas responsáveis pelo cuidado e sustento dos seus filhos, o que já dificulta as estratégias de enfrentamento ao desemprego e à precarização, vivenciam uma realidade marcada pelas precárias condições de vida e de trabalho, pela culpa por não conseguir assumir plenamente todas as responsabilidades que a elas são destinadas, sem contar a ausência de possibilidades de lazer e cultura para ela e para os seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação possibilitou que fosse conhecida, mesmo que o tema não tenha se esgotado, a realidade em que vivem as mulheres trabalhadoras empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ. A proposta de compreender este contexto sob a perspectiva de que raça, gênero e classe atuam em unidade na realidade social, se mostrou bastante relevante, visto que foi claramente percebido que as vivências das mulheres entrevistadas são permeadas por estas relações sociais conjuntamente. Além disto, percebeu-se que estas relações sociais abarcam uma gama de fatores complexos e históricos, que não puderam ser mensurados em sua totalidade, visto a extensão de debates em torno deles. No entanto, acredita-se que o objetivo foi alcançado, no sentido de demonstrar que a leitura das realidades se modificam quando gênero, raça e classe são analisadas conjuntamente, fazendo com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e um projeto emancipatório feminino consequente, precise contemplar simultaneamente os três eixos.

A concentração de renda e os altos níveis de desigualdade social no Brasil são fatos conhecidos, mas os dados revelados no presente estudo, demonstraram que não é uma pura e simples desigualdade entre classes sociais. Há uma profunda concentração de renda entre os brancos. Enquanto trabalhadoras e trabalhadores pobres e negros vivenciam o lado mais cruel da pobreza, há uma elite branca que vive num padrão que se iguala aos países com maior desenvolvimento humano. Esta é mais uma análise que corrobora com a perspectiva de que classe, raça e gênero são uma unidade, agem em conjunto produzindo desigualdade social e precisam ser levados em consideração nos estudos sobre pobreza.

Observou-se com as experiências de vida e de trabalho das protagonistas do presente estudo, que os modelos de desenvolvimento econômico implantados no país pouco tem ligação com desenvolvimento social. Em uma sociedade, como a brasileira, em que por variados momentos apresentou crescimento econômico altíssimo, manteve uma grande parte de sua população marginalizada, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Gerando uma grande massa de trabalhadoras e trabalhadores assalariados, com baixos rendimentos que os levam a uma vida precária, sem proteção social, vivendo nas periferias, segregados e sem o mínimo de condições sociais. Da mesma forma, quando analisado o município de Campos dos Goytacazes/RJ, que nos últimos anos recebeu bilhões provenientes da exploração do petróleo e mantém a maior parte da sua população ainda vivendo na pobreza, em todos os sentidos que ela abarca.

A divisão sexual do trabalho, baseada nas relações patriarcais de gênero foram claramente reveladas nas trajetórias de vida e de trabalho das protagonistas do estudo, inclusive sendo a responsável pela desigualdade parental, fator considerado importante para compreender a monoparentalidade neste contexto. Sobretudo porque foi confirmado que na maior parte das vezes, quando há mulheres vivendo com os filhos, sem a presença do cônjuge, significa filhos convivendo com a ausência dos pais. A dominação-exploração masculina marcou a vida de todas elas, seja por terem experimentado a violência doméstica, o assédio sexual, seja por vivenciarem diariamente os efeitos da deserção parental, tanto no sentido do não registro civil paterno dos seus filhos, quanto pelo não exercício da parentalidade. Ambas as situações perpassam a vida de todas as mulheres. A deserção paterna no contexto estudado é alarmante, o que se torna mais um dificultador da vida destas mulheres, como se já não fossem suficientes as suas lutas diárias.

Os insumos teóricos discutidos e a pesquisa quantitativa realizada reafirmaram a necessidade e a relevância metodológica de analisar conjuntamente as categorias de classe, raça e gênero. Porque ainda que a maior parte das mulheres chefes de famílias monoparentais no município de Campos/RJ, bem como no Brasil de forma geral, sejam pobres, quando se observa as diferenças entre brancas e negras, sobretudo no que se refere às ocupações, elas são realmente acentuadas. Apesar de estarem ao todo, em empregos desvalorizados e precarizados, fato que é geral quando o assunto é o trabalho feminino, as mulheres negras estão presentes nos piores trabalhos remunerados, com as piores condições, garantias e os que possuem maiores riscos de acidentes. Mesmo que tenha sido abordado incansavelmente em todos os capítulos, vale reforçar que o emprego doméstico remunerado ainda é destinado às mulheres negras e isto merece atenção e maiores problematizações. Ainda que se tenha adotado a perspectiva teórica de abordagem gênero, classe e raça, não se utilizou do quesito raça como característica para buscar as mulheres para a pesquisa qualitativa. No entanto, das seis protagonistas, cinco foram mulheres negras, o que proporcionou mais uma vez a confirmação das condições de vida e de trabalho destas mulheres. Note-se que o trabalho doméstico esteve presente em todas as trajetórias.

Dessa forma entende-se que a materialidade do patriarcado, em termos de divisão sexual do trabalho, se coloca como um grave obstáculo à inserção da mulher nos espaços públicos, produzindo menores salários e piores condições de trabalho, bem como a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico atribuído ao gênero feminino. Romper com este paradigma, compreendendo a importância da valorização do trabalho realizado pela

mulher tanto como agente produtiva e reprodutiva, significa também compreendê-la como um importante instrumento na construção de um desenvolvimento socialmente mais justo.

Com histórias de vida marcadas por trabalhos precários, desprotegidos e muitas vezes em regime de escravidão, as mulheres entrevistadas estão visivelmente cansadas e estressadas, questões percebidas pela expressão do rosto, corpo e nos gestos. Estes aspectos revelam uma trajetória marcada por duras, intensas e difíceis lutas travadas no cotidiano. São mulheres que não tiveram infância e nem adolescência; o “ser adulta” e “trabalhadora” marcaram desde cedo suas experiências. São trajetórias marcadas pela precariedade de vínculos, compostas por relações sociais e afetivas sempre provisórias, pois o definitivo nunca fez parte de suas vidas. As mais velhas não alimentam para si muitas esperanças de mudar suas condições, preferem “continuar na luta” depositando em seus filhos a esperança de que eles tenham um presente e um futuro melhor do que elas puderam ter. As mais novas, cujos filhos ainda estão pequenos, sonham em poder estudar, se profissionalizar, sobretudo para oferecer “uma vida melhor pra eles”.

As estratégias desenvolvidas na conciliação do trabalho remunerado e o cuidado dos filhos pelas protagonistas deste estudo revelaram alguns fatores importantes, baseados na divisão sexual do trabalho, pautados nas relações patriarcais de gênero. Enquanto as ações do Estado através das políticas sociais e os serviços públicos reafirmarem o lugar das mulheres no âmbito doméstico, responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, o país continuará vivenciando um cenário em que crianças ficam em casa sozinhas, muitas vezes cuidando de outras crianças. Há um contexto profundamente marcado pelo descontínuo e seletivo auxílio das redes de apoio, pela garantia de um mínimo de proteção social do Estado também focalizado e muito insuficiente, e pela ausência dos homens-pais no cuidado parental. O que resta a essas mulheres, quando não conseguem acesso aos serviços públicos é deixar os filhos sozinhos em casa, pagar para vizinhos ficarem ou então deixarem de trabalhar ou encontrar trabalhos flexibilizados, precários e muito mal remunerados.

É preciso evidenciar essa realidade para que o Estado intervenha, oferecendo serviços que, de fato protejam essas mulheres. Uma proteção social que auxilie em uma realidade onde cada vez mais as mulheres saem para o mercado de trabalho e, por isto, não devem ser as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos. Porque se não for compreendido o cenário que se instaura e, não forem adotadas políticas de proteção e auxílio ao cuidado no interior das famílias, aumentarão as mulheres sobrecarregadas e as crianças cuidando de crianças, ampliando o panorama atual de vulnerabilidade social e desproteção.

Apesar das suas diversas insuficiências, — percebidas no quadro estudado —, não se pode negar que o Brasil experimentou avanços sociais importantes desde a Constituição Federal de 1988, e que o Programa Bolsa Família vem sendo caracterizado como o mais importante mecanismo de inclusão social presente nos últimos anos no país. Ainda que muito incipientes e fragmentadas, têm conseguido alcançar a vida das camadas mais empobrecidas da população brasileira e mostrado relativos resultados na melhoria das condições de vida destas, especialmente no que diz respeito à alimentação, ao aumento da escolaridade e à diminuição do trabalho infantil.

Mas, há ainda muito o que avançar, principalmente, no que se refere ao que foi proposto pela Constituição, que ainda demonstra ser um grande desafio para o país, principalmente em tempos de retração do Estado e desmantelamento dos direitos sociais, como é a realidade atual vivenciada pelo país. Há ainda um profundo descompasso entre os avanços sociais formalmente previstos na Constituição da República vigente e os atrasos ou retrocessos no respeito a estes avanços. Especialmente porque se a Constituição prevê a universalização dos direitos sociais, o que acontece na prática é uma focalização nos mais pobres.

O caráter conservador, de mercado e de gênero, que permeiam as políticas de proteção social, sobretudo a de Assistência Social, são alguns dos embates que precisam ser superados para que haja efetividade nas ações. Demonstra-se a necessidade de ultrapassagem do viés da ajuda e do objeto de compra e venda, passando a enxergá-las verdadeiramente como direito de todo cidadão que dela necessitar, conforme estabelece a Constituição. Também é preciso que as políticas, sobretudo a Assistência, desenvolva programas que auxiliem na equidade de gênero ao invés de legitimar a desigualdade. Além disto, especialmente no caso da política em questão, que para proporcionar uma proteção social e autonomia aos trabalhadores e trabalhadoras, se faz necessário que esta seja trabalhada de forma intersetorial, articulando todos os aspectos da vida social dos sujeitos, como: saúde, educação, habitação, saneamento, lazer, trabalho, renda, etc.

Outro elemento importante trazido pela pesquisa é a centralidade na família proposta pelas políticas sociais. Não se concorda com a forma como a família vem sendo colocada. Sobretudo porque esta centralidade vem sobrecarregando as mulheres, que são responsabilizadas pelo cuidado das crianças, idosos e doentes nas relações familiares. No entanto, acredita-se que a centralidade da família nas políticas sociais pode vir a ser importante, se for no sentido da inclusão social, da igualdade e equidade entre homens e mulheres e da oferta de uma rede intersetorial de serviços que atendam às necessidades e demandas com vistas a garantir a vida familiar e evitar as rupturas e violações de direitos. Isto

implica na oferta universal de serviços dirigidos à família, como suporte, apoio, cuidados domiciliares e serviços alternativos diurnos para os membros dependentes, por idade, problemas de saúde, desemprego, falta de qualificação e para ocupação do tempo livre de idosos, adolescente e crianças com atividades socializadoras, esportivas e educativas, entre outras.

Trata-se de promover políticas sociais que assumam coletivamente as necessidades familiares. O oposto desta tendência é o familismo vivenciado no país, que reforça a família como principal provedora de bem-estar, visto sua escassez de serviços e benefícios, pelo seu caráter seletivo e focalizado, pelas condicionalidades que enfatizam os cuidados no âmbito doméstico, numa reafirmação dos papéis tradicionais que sobrecarregam as mulheres. Entende-se que quanto mais sobrecarregada é a família (mulher) e, quanto mais se reforçam a valorização de papéis clássicos e ideais, menos igualdade de gênero se promove e mais sofrimento, culpabilizações, sentimentos de impotência, conflitos, especialmente para as mulheres empobrecidas é gerado, como é o caso estudado.

Por fim, as conclusões deste trabalho deixam outras sugestões para agendamento de investigações futuras ou para auxílio na construção de programas sociais. A primeira delas é que se produzam dados e estudos sobre a paternidade no Brasil, assunto ainda marginal nas Ciências Sociais. Falar sobre as mulheres-mães é importante mas há que se considerar que com tamanha ausência dos homens-pais no contexto estudado, não é apenas uma evidência factual, senão um elemento determinante desta gramática social, como é urgente que se produzam problematizações acerca deste assunto. Porque é necessário desnaturalizar o lugar da mulher como a única responsável pelo cuidado dos filhos, colocando em destaque a responsabilidade que os homens-pais precisam assumir na vida de seus filhos e filhas, independentemente da relação estabelecida com as mulheres-mães. Desta maneira, coloca-se como proposta que as políticas sociais, de modo geral, construam formas de mobilizar e chamar os homens a participar dos seus espaços.

Esse debate precisa ser ampliado a fim de ganhar visibilidade nas agendas sociais. Experiências de países mais desenvolvidos revelam que quando o Estado se reconhece como ator importante na construção de uma nova cultura, desenvolvendo estratégias de estímulo ao compartilhamento de responsabilidades familiares e considerando as diversidades das estruturas familiares vigentes, tanto mães, quanto pais, filhos, e a sociedade de modo geral se beneficiam. Neste sentido, assumindo que a equidade é um objetivo finalista fundamental em si mesmo para qualquer sociedade que se pretenda democrática, este texto defende que o papel do Estado neste processo deva ser mais propositivo e pedagógico, objetivando não

apenas assegurar proteção social legal às famílias, em suas mais variadas composições, como também estimular o processo de transformação das convenções sociais de gênero e de raça na direção de uma sociedade mais igualitária.

Diante do que foi exposto, chega-se à conclusão de que os estudos no campo das políticas sociais podem contribuir diretamente na mudança da realidade pois participam no processo de reprodução da sociedade, gerando conhecimentos, questionando, redefinindo problemas e criando novos campos disciplinares, produzindo instituições e incidindo na reformulação de modalidades de prática profissional e normas que (re)definem os limites entre o normal e o patológico nas gramáticas políticas da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGARVE, V. A. Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas? **Dissertação de Mestrado**. Sao Carlos: UFSCar, 2005.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. **Trabalho e Reprodução das Famílias de Trabalhadores beneficiários do Bolsa Família em Campos dos Goytacazes/RJ**. Vértices: Campos dos Goytacazes/RJ, 2013.

ALMEIDA, Ricardo N. R. Gênero e trabalho: contribuições teóricas do feminismo para o debate acerca do mercado de trabalho no campo artístico. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo: **III Seminário de Pesquisa da FESP**, 2014. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT10/7_GENERO_E_TRABALHO.pdf> Acesso em: 12/03/2016

ALMEIDA, E; ANDRADE, P; CORDEIRO, F. Exploração do Trabalho e Segregação Sócio-Espacial: o caso dos catadores de recicláveis. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS [ES] EM SERVIÇO SOCIAL.15. **Anais...** Ribeirão Preto/SP, 2016

ÁLVARES, Luciana C. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba- MG. **Dissertação de Mestrado UNESP**: Franca, 2003.

ALVES, Ana E. S. Divisão Sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a02v11n2.pdf>> Acesso em: 15/02/2016

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Osanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ARAGÃO, Luiz T. O casamento acabou, viva o casamento. In: CALLIGARIS, Contardo *et al.* **O laço conjugal**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. Editora, p. 49-64

ARRIAGADA, Irma. As famílias e as políticas públicas na América Latina. In: PRÉ-EVENTO **MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002.

AZEREDO, Verônica G. **Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares**. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2015.

AZEVEDO, Simone Pereira de Azevedo; MAGALHÃES, Maysa Sacramento de; LAZO, Aida Verdugo. Famílias monoparentais chefiadas por mulher: faz diferença seu estado civil? XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 nov, 2012.

BANDEIRA, Lourdes. Um país de filhos da mãe. In: THURLER, Ana L. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Editora Mulheres, Ilha de Santa Catarina, 2009. P. 15-22

BARRET, Michéle. *Women's oppression today: problems in marxista feminist analysis*. Londres: Verso, 1980.

BENTO, Maria A. S. **A mulher negra no mercado de trabalho. Estudos feministas**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 479-488.

BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002. P. 243-265.

BILGE, Sirma. *Théorisations féministes de l'intersectionnalité*. Diogenes Revue Internationale des Sciences Humaines, Paris, n. 225, p. 158-76, 2009

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2 .pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 15 de fevereiro 2017.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Brasília: MDS, 2005.

BRITO, Flávio dos Santos. **Famílias Monoparentais, Políticas Públicas, Socialização e demandas Contemporâneas**. São Luís, 2007.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, Marta Silva. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? IN: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (orgs). **Familismo direitos e cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____; TEIXEIRA, S.M. **Gênero, família e proteção sociais**. Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.13, n.1, p. 20-28, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. Programa Bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. IN: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (orgs). **Familismo direitos e cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____; MARIANO, S.M. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel da mulher na política de assistência social**. Estudos Feministas, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 451-471, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher Negra. Política Governamental e a Mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

CARVALHO, M. do C. B. de. **Construindo o saber – Metodologia Científica – Fundamentos e técnicas**. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, Maria L. S. **A mulher trabalhadora na dinâmica da chefia familiar**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, p.7-33,1998a.

CASTELLS, Manuel. O Poder da identidade. Vol 2, da trilogia **A Era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, p. 169-285.

CASTILHOS, C.F.V. A operacionalização do trabalho social com famílias nos CRAS de Maringá-PR. **Dissertação (mestrado)**. Pós-graduação Política Social e Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo S. C. **Nota Técnica: estudo no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Brasília, março de 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/estupros-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude>> Acesso em: 03/02/2017

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana V. M.; MARTINS, Ana Paula A.; JUNIOR, Jony P. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- IPEA- Brasília ;, março 2015.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Consubstancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/ associativo. **Tese de doutorado**, Unicamp, Campinas: 2014

COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality's definitional dilemmas*. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

CORDEIRO, Fernanda A. Trabalho e reprodução social da cidade segregada- resistência e protagonismo político dos catadores de recicláveis em Campos dos Goytacazes/RJ. **Monografia**, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como uma fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, São Paulo, v. 1, p. 2-12, jul-dez 2002.

CRUZ, José Luis V. da. **Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro: SENAC, v, 18, n.3, p.159-178. set./dez. 1992.

_____. **Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 29-39, jan./ abr. 2003.

_____. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto M; NETO, Romeu e S. (Org.) **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**/ Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. P.77-116

DAVIS, Angela. **Women, race, and class**. New York: Vintage Books, 1983.

DEDECÇA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1, 2005, p.94-111

DELPHY, C. *Les Femmes dans les Etudes de Stratification*. In MICHEL, Andree (org) **Femmes Sexisme et Societe**. Paris, PUF, 1977.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Medida provisória 284: impactos para empregados domésticos e para empregadores**. São Paulo: Dieese, jul. 2006. Nota Técnica, n. 27.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2017, vol.22, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 26/02/2017

DOMINGES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos** Tempo, v.12, no.23 Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007> Acesso em: 16/01/2017

DRAIBE, Sônia M; RIESCO, Manuel. **Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?**. Caderno CRH, Salvador: UFBA, v. 24, n. especial, p. 1-192, 2011.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana Duque-Arrazola. O Estado e os tempos sociais femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres. **Diásporas, diversidades, deslocamentos**. 2010

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do welfare state na nova ordem mundial**. Lua Nova [online], n. 35, p. 73-111, 1995

FARIA, T. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. 5. **Anais...** São Paulo, p. 78-99, 2005.

FARIA, T. POHLMANN, M. A. Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: o programa habitacional Morar Feliz e expansão da periferia. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 16. **Anais...** Sessões Temáticas: Belo Horizonte/MG, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2008.

FIGUEREDO, Ângela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONE, Osmundo A.P. (Org) **Raça: novas perspectivas antropológicas** - 2Ed. Ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008 P. 237-257.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M.D. (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. P. 510-553.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva Marxista. **Crítica Marxista**, n. 27, p.149-156, 2008. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario33Comentario1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

GAMA, Andréa de S. Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil/ 1ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2003.

GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa). Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/>> Acesso em: 30/01/2016

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP**. v.6, n. 119, ago, 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-32.htm>. Acesso em: 10/09/2016.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, n. 2, Brasília, p. 223-244, 1983.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Osmundo A.P. (Org) **Raça: novas perspectivas antropológicas**- 2Ed. Ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008 P. 63-83.

HASENBALG, Carlos; Perspectiva sobre raça e classe no Brasil. In HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Márcia. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 1994.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão**. Caderno CRH. Salvador: UFBA, v. 24, n. especial, p. 1-192, 2011,

_____. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc. vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1984.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000/2010.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009/2014/2016.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014. IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2016.

IBGE. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – BRASIL**. Brasília, IPEA, 2011. Disponível em www.ipea.gov.br/portal.

_____. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília: Comunicação da Presidência, nº 38, jan. 2010a

JOHNSON, Allan G. **The Gender Knot- Unraveling our Patriarchal Legacy**. Filadélfia, Tempe University Press, 1997.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. P. 67-76.

_____. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos Estudos*, n. 86, p. 93-103, São Paulo, 2010.

_____. *Se battre, disant-elles...* Paris: La Dispute, 2012.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Antônio C. de; rego, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEGISLAÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO, Disponível em: <http://www.domesticalegal.com.br/utilidades/nova-legislacao/> Acesso em: 05/02/2017

LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque/ Oxford, Oxford **University Press**, 1986.

LESSA, Sérgio. **Trabalho Produtivo e Improdutivo**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2008. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapr_omp.html>. Acesso em: 20 maio 2014.

LEWIS, J. Gender and the development of welfare regimes. **Journal of European Social Policy**, v.2, n.3, 1992.

LUCCHESI, Mafalda. Filhos- **Evolução até a plena igualdade jurídica. Série Aperfeiçoamento de Magistrados Série Aperfeiçoamento de Magistrados- 10 Anos do Código Civil**. Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos Volume I, p. 231-239, 2012.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp.385-399.

MAGALHÃES, Rosana. **Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais**. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 569-579, maio/jun. 2001

MARCONDES, Mariana Mazzini [et al]. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, 1983, Tomo I, 1985, Tomo II.

MATTOS, Paulo de C. **Tipos de Revisão de Literatura**. São Paulo: UNESP. Botucatu, 2015. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>> Acesso em: 06/12/2016

MEDEIROS, Alexsandro M. M. Políticas Públicas de Igualdade Racial. In: **Consciência Política**, 2011. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%20Ancia-politica/politicas-publicas/igualdade-racial/> Acesso em: 11/02/2017

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs). **História da Vida Privada no Brasil — Contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da Política Social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (orgs). **Familismo direitos e cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTALI, Lília. **Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas: Unicamp, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

MORAES, Rafael V. A produção acadêmica sobre o trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004). **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: UNESP, 2007.

MORGAN, Robing. **Introduction/Planetary Feminism: The Politics of the 21st Century**. In: (ed.). *Sisterhood Is Global: The International Woman's Movement Anthology*. Garden City, NY: Doubleday, 1984.

MOSER, Caroline. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies**. World Development Oxford, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan. 1998.

MOTA, Ana E. (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Desenvolvimentismo e Construção de hegemonia**. Crescimento econômico e Reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **As facetas de um racismo silenciado**. In: SCHWARCZ, Lília e QUEIROZ, Renato. *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP. 1996.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: 2004.

MUNIZ, Leonardo R.; DUARTE, Suely do P. X; PEREIRA, Viviane S. Pobreza e exclusão social: notas sobre um debate em curso e suas implicações na definição de políticas públicas. **Anais...V Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**, 2011.

MUYLAERT, Camila J.; SARUBBI Jr, GALLO; Paulo R., NETO, Modesto L. R.; REIS, Alberto O. A. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Revista Escola de Enfermagem, USP, 2014; 48(Esp2):193-199. Disponível em: <www.ee.usp.br/reeusp/> Acesso em: 13/01/2016

NEVES, José L. **Pesquisa Qualitativa- características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V. 1, n° 3, 2° SEM./ 1996.

NICHOLSON, Linda. **Interpreting Gender, The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern** (p. 53-76). Cornell University, Reproduzido ao português com permissão da editora, Cornell University Press, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Orlandina; GARCÍA, Brígida. *Mujeres jefas de hogar y su dinámica familiar*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP, 1, Caxambu-MG, set. 2004.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: SANSONE, Osmundo A.P. (Org) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2Ed. Ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008 P. 25-65.

PATEMAN, C. **O contrato Sexual**. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **O regime de bem-estar turco vis-à-vis o brasileiro -pressões, resistências e mudanças comparadas**. ARGUMENTUM, Vitória: UFES, v. 2, n. 2, p.271-287, jul./dez. 2010.

_____. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, I. *et al.* (Orgs). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: Ed. Da UnB, 2004.

_____. Prefácio (2013). In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (orgs). **Familismo direitos e cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Jorge R. P. **O ciclo do açúcar em Campos**. Edição do Autor, 1995.

POCHMANN, Márcio. **Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. 1ªed. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

_____. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Osanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. Estud. av.[online]. v. 29, n. 85, pp.7-19. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002>>. Acesso em: 05/12/2016.

QUIJANO, Aníbal. *La Economía Popular y sus caminos en La America Latina*. Mosca Azul Editores, 1998. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005. p. 227-278

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIZZINI, I. *et al.* **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo/ Brasília: Cortez/ Unicef, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Unicef, 1996, p.135-211.

_____. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.11, 2000, p. 71-75.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. In: BONETTI, Alinne de L.; ABREU, Maria A. A. (Org.) **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p. 95- 111

SANTORI, Elisiane. **Família e proteção social: todos sob o mesmo teto**. Campinas, SP: papel social, 2012.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça: política social na ordem brasileira**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, Yumi Garcia. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre o Brasil, a França e o Japão**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, A. Well-Being. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCAVONE Lucila. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero**. Revista Interfaces, Botucatu, SP, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf. Acesso em 12 set., 2006.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 2, jul/dez, 1995.

SILVA, Maria O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista katálysis** vol.13 número 2: Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002 Acesso em: 23/05/2016

SILVA, Maria O. S; YASBEK, Maria C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: SILVA, Maria Osanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Tatiana D. Mulheres Negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana M. [et al.]- **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SIQUEIRA, Luana. **A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo**. Argumentum: UFES, 2014.

SOARES, Bárbara Musumeci. “A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher” **Revista Dilemas** ., Vol. 5 – no 2 - ABR/MAI/JUN 2012 - pp. 191-210.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. Brasília: IPEA, 2009

SOIBET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira. **Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991

TEIXEIRA, Solange M. Política Social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. (orgs). **Familismo direitos e cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

TELLES, Vera da S. Igualdade: qual a medida? In: VERAS, M. P. B. (org.). **Hexápolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas**. São Paulo: Educ e Cortez, 2004.

_____. Trajetórias urbanas: fios de descrição da cidade. In: TELLES, Vera da S; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. Cap 2., p. 69-116. São Paulo: Humanitas, 2006.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder: a família no mundo**. 1900-2000. Tradução de Elisabete Doria Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Editora Mulheres, Ilha de Santa Catarina, 2009

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Cadernos Marxistas, São Paulo: Xamã, 2001.

VALENTE, Ana Lúcia E. **Ser negro no Brasil hoje**. Editora Moderna: 1995.

VELOSO, Zeno. **A dessacralização do DNA**. In: Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2, 2000. Anais (A família na travessia do milênio). Belo Horizonte: IBDFAM/OAB-MG. P. 191-200, 1997.

VIECELI, Cristina Pereira. **Mulher e trabalho no Brasil: características, avanços e permanências (1960-2009)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34832/0084303.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1 maio 2016.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados. São Paulo: USP, v. 25, n.71, p. 37-58, 2011.

VILLELA, Wilza Vieira. Num país tropical, do sexo que se faz ao sexo do qual se fala. In: GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan (org). **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil**. Dilemas e desafios. São Paulo: HUCITEC; Population Council. P. 310-323.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

VITALE, Maria Amália F. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social e Sociedade**, [S.l.], n.71, Ed. especial, p.45-62, set., 2002.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: **crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

YASBEK, Maria C.; SILVA, Maria O. da S; GIOVANNI, Geraldo d. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE I

“Tópicos Centrais”

(MUYLAERT, *et al*, 2014)

Primeira Entrevista:

- Falar sobre os objetivos da pesquisa;
- Explicar como serão feitas as entrevistas;
- Saber nome, idade, raça, situação do domicílio (própria, alugada, cedida);
- Compreender se são beneficiárias de algum programa social e/ ou se recebem pensão paterna;
- Pedir para que digam uma qualidade delas;

Segunda Entrevista:

- Pedir para a entrevistada falar sobre tudo o que lembra de sua trajetória de vida, desde a sua infância até os dias atuais, tentando lembrar as idades aproximadas que tinha nos momentos lembrados;

Terceira Entrevista:

- Solicitar às entrevistadas que falem sobre as suas estratégias para conciliar trabalho remunerado e cuidado com os filhos, perpassando pelos horários dos trabalhos, horário da escola, creche e/ou se contam com alguém da família ou amigos para auxiliar;

- Pedir que falem sobre o bairro em que vivem;

* Como foi percebido, na segunda entrevista, que todas as mulheres tinham pelo menos um filho sem registro paterno e sem o convívio com o pai, foi necessário incluir esta perspectiva no trabalho. Desta forma, a terceira entrevista também contou com o tópico: paternidade.

- Requisitar que falem sobre o que pensam sobre a ausência paterna e como lidam com esta questão;

APÊNDICE II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Gênero, Raça e Classe: uma aproximação da realidade de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ” e receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Também é assegurado que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo. A coleta de dados será realizada por meio de gravações de entrevistas e ficará sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa. Sua participação não implica nenhum risco. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 22- 99823-9811. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) senhor(a).

Com o objetivo de contribuir com o trabalho realizado pela mestrandia em Políticas Sociais no PPGPS, Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego, autorizo a divulgação dos dados e informações por mim fornecidos.

(Assinatura da participante)

(Assinatura da pesquisadora)

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de 2016.

